



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM CULTURAS AFRO-
BRASILEIRAS
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE - PPGREC**

MAYANA ESTHER MORBECK MOTA COELHO

**“EU DEMARCO MESMO”: PROFESSORAS LÉSBICAS E PRÁTICAS DOCENTES
DE DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA NO ENSINO SUPERIOR**

**JEQUIÉ - BA
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE – PPGREC**

MAYANA ESTHER MORBECK MOTA COELHO

**“EU DEMARCO MESMO”: PROFESSORAS LÉSBICAS E PRÁTICAS DOCENTES
DE DESOBDIÊNCIA EPISTÊMICA NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Fátima de Andrade Ferreira

C672e Coelho, Mayana Esther Morbeck Mota.

Eu demarco mesmo: professoras lésbicas e práticas docentes de desobediência epistêmica no ensino superior / Mayana Esther Morbeck Mota Coelho.- Jequié, 2022.

118p.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira)

1.Epistemologias lesbofeministas 2.Teoria Queer 3.Gênero e educação 4.Saberes dissidentes 5.Desobediência epistêmica e decolonial I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“EU DEMARCO MESMO”: PROFESSORAS LÉSBICAS E PRÁTICAS DOCENTES DE DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA NO ENSINO SUPERIOR

Autora : Mayana Esther Morbeck Mota Coelho

Orientadora: Prof. Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

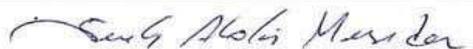
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Mayana Esther Morbeck Mota Coelho e aprovada pela Comissão Julgadora

Data: __/__/__

Assinatura:

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:



Prof^a. Dr^a Suely Aldir Messeder UNEB
(Avaliadora Externa)


Prof^a. Dr^o Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui UEL
(Avaliadora Externa)


Prof^o. Dr. Marcos Lopes de Souza UESB
(Avaliador Interno)


Prof. Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira UESB
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Esta é uma escrita que eu só agradeço a nossa troca e enriquecimento, pois através dela, construí um novo olhar para tudo que eu vivo como ciência e as minhas vivências na sociedade. Mas também tenho que agradecer a todos que valorizam meu esforço e caminhada e são minha rede de apoio essencial.

Ao meu filho, Marcelo. Por toda vez que disse “Mamãe Mayana faz Mestrado”, me engajou a ser melhor e nunca desistir de mim.

À minha orientadora, Maria de Fátima. Por me fazer caminhar tranquila e confiante para poder construir toda essa escrita.

À minha namorada, Isabelle. Por sempre me proporcionar uma relação leve e com muito amor.

À Samea e Luisa. Por serem amigas motivadoras e a rede de apoio primária para esta caminhada.

À todas amigas, familiares e relações, pois em algum momento foram o *backstage* que tornou essa caminhada menos árdua.

À Bianca. Por toda troca de conhecimento que nos proporcionamos.

Ao PPGREC, por abrir os caminhos para a educação dissidente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à realização das atividades do PPGREC e pelo incentivo financeiro essencial para a realização desse trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa investiga de que forma professoras autodeclaradas lésbicas estão produzindo conhecimentos e saberes dissidentes e visibilizando epistemologias decoloniais, como lesbofeministas, *queer* e a legitimidade de informações sobre gênero, observando de que modo utilizam marcadores sociais de gênero e suas interseccionalidades nas relações de ensino e aprendizagem com alunos(as) em sala de aula, para produzir conhecimento científico em instituições de ensino superior do Brasil. Para alcançar o objetivo foi utilizada como metodologia a abordagem teórica e pesquisa de campo, recorrendo a análise bibliográfica e documental para aprofundamento de conhecimentos sobre o tema/objeto de estudo e a análise de discurso de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro interlocutoras que obedeceram aos requisitos de serem docentes de instituições públicas de ensino superior e se autoidentificarem como lésbicas. Partimos de referenciais teóricos como Butler (2019), Lessa (2003), Collins (2016), Davis (2016), hooks (2020), Lorde (2019), dentre outros, para tratar de espaços de abjeção dos corpos, visões de mundo referenciadas em binarismos de gênero (e suas relações com sexo, raça e classe), (pre)conceitos sobre sexualidade, movimentos feministas, opressões. Assim, as categorias de análise do discurso das interlocutoras da pesquisa foram: Descolonização do corpo, continuum lésbico, colonialidade do poder e heterossexualidade compulsória. Com essa pesquisa esperamos contribuir com conhecimentos, discussões, debates, reflexões e pesquisas sobre a desobediência epistêmica nas práticas docentes em instituições de ensino superior, a partir da problematização contemporânea sobre modos hegemônicos de pensar o social, o político, o econômico e o cultural nos espaços universitários brasileiros. Isto será feito a partir sobretudo dos relatos das professoras universitárias lésbicas..

Palavras-chave: Epistemologias lesbofeministas. Teoria *Queer*. Gênero e educação. Saberes dissidentes. Desobediência epistêmica e decolonial

ABSTRACT

This research investigates how self-declared lesbian instructors are reproducing dissident information and knowledge, and making decolonial epistemologies visible, such as lesbofeminists, queer and the legitimacy of information about gender, observing how they use social gender markers and their intersectionalities in regards to teaching and learning with students in a classroom, to produce scientific knowledge in higher education institutions in Brazil. To reach the objective, a theoretical approach and field research were used as methodology, using bibliographic and documental analysis to deepen knowledge about the theme/object of study and also an analysis of semi-structured interviews carried out with four interlocutors who obeyed the requirements of not only being professors at public institutions of higher education, but also self-identifying as lesbians. We start from theoretical references such as Butler (2019), Lessa (2003), Collins (2016), Davis (2016), Hooks (2020), Lorde (2019), among others, to address spaces of abjection of bodies, worldviews referenced in gender binarism (and their relations with sex, races, and social class), (pre)concepts about sexuality, feminism, oppressions. Thus, the analyzed categories of the interlocutors in this research were: Decolonization of the body, lesbian continuum, coloniality of power and compulsory heterosexuality. With this research we hope to contribute with knowledge, discussions, debates, reflections, and research on epistemic disobedience over teaching practices in higher education institutions, from the contemporary problematization of hegemonic ways of thinking about social, politics, economics and culture in Brazilian university spaces. This will be based mainly on the reports of lesbian university professors.

Keywords: Lesbofeminist Epistemologies. *Queer* theory. Gender and education. Dissident knowledges. Epistemic and decolonial disobedience.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da Universidade Estadual de Santa Cruz	68
Figura 2 – Fachada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	68
Figura 3 – Fachada da Universidade Federal Rural do Semiárido	69
Figura 4 - Fachada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das Professoras, interlocutoras da pesquisa	89
---	----

Sumário

UMA APRESENTAÇÃO	10
Capítulo I - Uma introdução à pesquisa	17
1.1 Por que pesquisar sob a perspectiva da subversão epistêmica?	26
1.2 Os feminismos e a ciência: subversões dos padrões eurocêntricos e heteronormativos.	31
1.3 Feminismo lésbico e suas contribuições para a sociedade.....	32
Capítulo II – Marco teórico-conceitual da pesquisa	34
2.1 Lésbica, existência lésbica e <i>continuum</i> lésbico.	34
2.2 Patriarcado, gênero e (des)colonização do corpo	35
2.3 Saberes dissidentes, colonialidade, decolonialidade e epistemologias do Sul 37	
2.4 Colonialidade do poder e masculinidade hegemônica	39
2.5 Movimento de mulheres, Feminismo e Feminismo Lésbico	40
2.6 Lesbianidade, interseccionalidade e descolonização do corpo na instituição de ensino.	42
2.7 Epistemologia lésbica e suas subjetividades para subversão.....	50
2.8 Repensando as instituições de ensino superior e os processos de produção acadêmica sobre perspectivas dissidentes.....	53
Capítulo III – Pesquisa de campo	59
3.1 Tipologia, percursos teórico-metodológicos e conceituais da pesquisa.....	59
3.2 Contextualizando o campo da pesquisa.....	66
3.2.1 Recortes geográficos: critérios de escolha.....	67
3.2.2 Universo da pesquisa: perfil das interlocutoras.....	70
3.3 Coleta, tratamento e análise de dados.....	75
3.4 Resultados e Discussão.....	75
3.4.1 Linguagens, práticas/saberes docentes e pedagógicas.....	75
3.4.2 Narrativas das interlocutoras da pesquisa sobre conhecimentos dissidentes 78	
Considerações finais	87
Referências	91
APÊNDICES	101
3.5 APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 102	

3.6	APÊNDICE B - PERGUNTAS NORTEADORAS.....	118
-----	---	-----

UMA APRESENTAÇÃO

Entre as inquietações e questionamentos que provocam e impulsionam esta pesquisa, estão marcos da minha própria existência. Acompanhamos Butler (2019, 68) que destaca que “se as ficções reguladoras do sexo e do gênero são [...] lugares de significado multiplamente contestado, então a própria multiplicidade de sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca” para defender a importância da justificativa pessoal neste projeto.

O problema de pesquisa que me desloca e que descrevi nesta apresentação remonta a incômodos que eu sentia, ainda em minha infância escolar, como por exemplo, as violências direcionadas àqueles/as que apresentavam características desviantes das normas de gênero e sexualidade. Sendo mulher e lésbica, percebo e reconheço muitas situações de preconceito no meu dia a dia. Não obstante, também reconheço que habito lugares de privilégio por ser uma lésbica branca, feminina e pesquisadora do campo dos estudos de gênero e sociedade. Nesse sentido, acompanhando Djamila Ribeiro (2019), exponho a complexidade desta encruzilhada que me forma e que é fundamental para construir o meu lugar enquanto pesquisadora neste trabalho.

Por mais que sujeitos negros sejam reacionários, por exemplo, eles não deixam de sofrer com a opressão racista - o mesmo exemplo vale para outros grupos subalternizados. O contrário também é verdadeiro: por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos (RIBEIRO, 2019, p. 68).

Considerando a posição e condição que constrói este lugar de fala, utilizo este privilégio para tratar do feminismo como um movimento de subversão e, desse modo, construí-lo coletivamente e solidariamente com diversos outros corpos que são marginalizados e invisibilizados. Tenho como grande motivação para desenvolver esta pesquisa, o profundo senso de justiça que tenho carregado ao longo de minha convivência nos espaços sociais e educacionais que carrego emocionalmente, fisicamente e intelectualmente.

Ainda sem uma compreensão conceitual de que também faria parte do mundo dos corpos desviantes, estava a inquietude diante de tantos atos/manifestações de violência, do *bullying*¹, e o distanciamento de colegas que diminuíssem o Outro. Esta questão foi ganhando contornos mais complexos e específicos ao longo da vida e após o falecimento de meu pai senti um grande ponto de mudanças em minhas vivências.

Ao perder a figura patriarcal, muitas coisas se transformam. A forma como lhe tratam, quem você é e a sua posição no mundo passam a ser mais frequentemente questionadas e invisibilizadas. Ainda dentro do velório do meu pai, algumas falas direcionadas a mim e a expectativas das outras pessoas sobre o meu comportamento dali em diante, incomodaram muito. Sobretudo por partirem de um argumento de fundo que refletia o questionamento da posição das mulheres diante da ausência de uma figura masculina, autoritária e patriarcal.

A partir disso, comecei a repensar sobre o meu ciclo social e à sensação de não pertencimento a este. Adrienne Rich descreve que há “[...] conexões que exigem de nós não apenas orgulho, raiva e coragem, como também a disposição para pensar e encarar a nossa própria complexidade” (2019, p. 122). Muitas vezes são essas relações que movem as nossas inquietudes em direção a posturas e posicionamentos políticos. Foi essa inquietude, esse sentimento de não-pertencimento e conhecendo meninas lésbicas que me reconheci lésbica.

Esse momento não foi fácil. Fui abusada sexualmente e silenciada para que a minha sexualidade não interferisse nas minhas relações. Contudo, mesmo diante do silenciamento causado pela violência sexual busquei estratégias e “[...] autonomia para falar por conta própria, buscando romper com a deslegitimação que éramos (e ainda somos) submetidas (OLIVEIRA, 2017, p. 12). A despeito de contar com uma certa receptividade por parte materna, o que me fez sentir liberdade para falar abertamente sobre a minha sexualidade aos dezessete anos, sofri violência por parte dos meus irmãos, homens cissexuais, que não aceitavam isso.

Mas essas experiências também me fortaleceram para falar abertamente sobre minha lesbianidade. Afinal, por que o meu amor machucaria o outro? As redes de cuidado e afeto que se mantiveram, além do encontro com outras pessoas com quem compartilhava essas feridas e experiências trouxeram de volta o sentimento de

¹“O fenômeno se dá por meio do uso ofensivo do poder sobre o outro de maneira sutil, intencional, repetitiva e por período prolongado de tempo” (MARCOLINO et al, 2018, p. 2).

pertença. E foi com esse reconhecimento da minha lesbianidade e orgulho de ser feliz que me casei e vivenciei um padrão heteronormativo de afetividade que me interessava. Eu escolhi casar com uma mulher e tivemos uma criança que só em existir, já desconstrói padrões. Sua personalidade e suas atitudes já demonstram que em seus pensamentos, não existem muitos marcadores sobre masculinidade ou feminilidade, a começar por sua cor predileta ser “colorido”.

Esse momento foi decisivo para eu compreender o meu lugar na sociedade: uma mãe lésbica, com uma criança fruto de concepção sem nenhum marcador masculino, pois foi concebido por Fertilização in vitro (FIV), numa sociedade rodeada por padrões heterossexistas. Essa vivência me fez perceber o quanto a minha família ainda era vista como um tabu. Era muito frequente receber uma grande quantidade de perguntas sobre como o meu filho nasceu, quem era o pai ou como e quem tinha gerado a criança.

Diante de enovelamentos de violências simbólicas (BOURDIEU, 2002, 1988) com outros tipos de violência reproduzidas no cotidiano da escola, tive a oportunidade de emancipação ao adotar os pressupostos da desobediência à norma. E continuo assim no momento que não aceito ver atitudes racistas, classistas, homofóbicas e/ou sexistas, ao militar no espaço social ou virtual, ao educar meu filho como uma mãe feminista e sem padrões de gênero e até mesmo, ao compreender as violências que vivi na minha relação lésbica. Hoje, consigo afirmar que violências não ocorrem de forma personalizada ou somente entre homens e mulheres cissexuais, mas entre pessoas. Afinal, a heterossexualidade compulsória pode ser reproduzida até mesmo por aqueles/as que são por ela oprimidos/as.

As minhas atitudes e tomadas de decisão foram fundamentais e influenciaram em minha vivência acadêmica, pois, a partir daí, foi possível pensar sobre qual tipo de profissional pretendo ser, que modos de viver e de exercer minha cidadania tenho atualmente como escolhas de vida e de existência no mundo, mesmo diante da invisibilização que sentia ao tratar das pautas LGBTQIA+ em sala de aula. Além disso, ser estudante do curso de graduação, licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Ciências da Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-BA, foi muito importante, pois foi o momento que percebi o quão deficiente eram os meus conhecimentos/saberes e, também, dos meus colegas, em torno das questões de opressões, desigualdades, (pre)conceitos e discriminação de gênero.

Muitos se levantavam da sala de aula em seminários que abordassem a pluralidade familiar e educação e ouvi/escutei discursos que trouxeram questionamentos, provocações e inquietações sobre o tema. Apesar dos esforços de alguns/mas docentes, era perceptível a urgência de inserir pautas de discussão sobre emancipação de corpos desviantes no ambiente escolar e universitário.

Romper o silêncio e o silenciamento em relação às opressões de gênero e seus entrelaçamentos com raça/etnia, classe é um dos mecanismos de combate a padrões hegemônicos do conhecimento através da insurgência. Levantar-se contra as desigualdades perpetuadas pelo silêncio e/ou silenciamento² garantido pela branquitude (CONCEIÇÃO, 2020) é também combater o racismo, a homofobia, o autoritarismo e a misoginia.

Para que a colonialidade do saber e do poder não persistam nas instituições de ensino superior, são necessárias mudanças de padrões metodológicos e da relação entre discentes e docentes. É necessário que os saberes dissidentes sejam também inseridos nesses espaços, possibilitando o fortalecimento de bases para análises críticas sobre diversas temáticas abordadas em sala de aula e, assim, estimular professoras, da mesma forma que o livro de Patrícia Maciel (2018), intitulado “*Lésbicas e Professoras: O Gênero na docência*” trouxe motivação para a escrita dessa pesquisa.

E, por acreditar no *continuum lésbico*, na importância de transformações estruturais, utilizo as palavras da precursora do conceito, Adrienne Rich (2019, p. 121) para reiterar a urgência dessas transformações.

Essas mulheres, e muitas outras como elas, estão tentando revelar e expressar e apoiar nossa complexidade de mulher, agindo *rumo* a em vez de reagir *contra*; levando-nos adiante. Esses projetos não são “reformistas”. Estamos envolvidas hoje em tentar mudar não um ou dois, mas sim todos os aspectos das vidas das mulheres (2019, p. 121).

Desconstruir a centralidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder é essencial para que práticas pedagógicas decoloniais

² O silêncio, na perspectiva de Orlandi (1995, p. 23) é a “matéria significativa por excelência”, é fundante e nele o sentido é; e apresenta-se de diferentes formas e pode assumir valores diversos, como resistência, violência, contemplação, poder, autoria. A autora dá ao silêncio um estatuto positivo, definindo-o como uma forma diferente de significar, por isso, diferente do verbal, afirmando que ele não é apenas a falta de palavras, não é a sombra do verbal, não é o vazio. Isto porque o silêncio significa O silenciamento é a “política do silêncio”. Aí entra toda a questão do ‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc” (p. 30-31).

reestruturem o processo de ensino e aprendizagem e, assim, torne as alunas e os alunos sujeitos críticos da sua realidade. Para isso, é essencial o comprometimento de professoras e professores para “[...] discutir, refletir e usar as tecnologias de gênero, tecnologias sociais de gênero e suas intersecções com raça/etnia, classe social, escolarização, de modo inverso, para combater a alienação, as ideologias perversas, as violências” (FERREIRA e SANTANA, 2020, p. 34).

Para alcançar o objetivo proposto, essa pesquisa é dividida em quatro partes. A parte I - Uma introdução à pesquisa, tem como o intuito responder a problemática norteadora da pesquisa. A parte II, do marco teórico-conceitual da pesquisa, teve como finalidade, elaboração da revisão histórico-conceitual do tema para contextualizar conceitos/categorias, concepções e definições que são utilizados pela pesquisa, dentre esses, destacamos: movimento lesbofeminista na contemporaneidade, desobediência epistêmica, decolonialidade do poder, conhecimento dissidente.

Além disso, tem como pretensão, buscar observar de que modo os aportes teóricos sobre o tema podem embasar as falas das interlocutoras da pesquisa, professoras lésbicas que atuam nas instituições de ensino superior, sediadas no Brasil, campo de investigação da presente pesquisa intitulada “Eu demarco mesmo: estudo descritivo sobre desobediência epistêmica e visibilidade lésbica em instituições de ensino superior, Brasil” e analisar significados e discursos, práticas das participantes em sala de aula.

Nessa perspectiva, procuramos destacar a importância da epistemologia feminista lésbica para a desconstrução dos padrões hegemônicos, que descaracterizam a mulher e outros corpos desviantes da norma como sujeitos políticos e produtores de conhecimentos. Isto porque, no decorrer da escrita, percebemos a necessidade de contextualizar os tópicos em questão, afinal, falar sobre mulher ainda requer compreender concepções, contextualizações para além do padrão heterossexista que só abarca a visão masculina sobre a cientificidade.

Para tanto, no item 2, em busca de entrelaçamentos entre os conceitos, concepções e definições principais da pesquisa, e, assim, temos como objetivo apresentar o conceito dos termos e desenvolver conhecimento sobre a relação do feminismo com a lesbianidade contemporânea, dentre outras categorias relacionadas ao tema/objeto de estudo.

No subitem 2.1, tratamos dos termos lésbica, existência lésbica e *continuum lésbico*, no subitem 2.1.2 patriarcado e descolonização do corpo, 2.1.3 saberes dissidentes, decolonialidade e, em 2.1.4 Movimento de mulheres, Feminismo e Feminismo Lésbico. Além disso, procuramos refletir sobre a categoria “mulher”, a luta contra a heteronormatividade científica, problematizar gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe.

Esse é um dos problemas do mundo contemporâneo e na sociedade brasileira, os (pre)conceitos, a discriminação, o racismo que são produzidos e reproduzidos contra gênero, negros e negras e outras etnias, mulheres, sem precedentes. As violências simbólicas de um lado e o poder disciplinar do outro tem produzido diversas faces de violências estruturais contra pessoas e grupos sociais que são afetados pela colonização, autoritarismos, misoginia, machismo, homofobia e patriarcado.

No subitem 2.2 apresentamos uma breve contextualização das relações sociais na sociedade brasileira e apresenta uma discussão sobre a epistemologia lésbica e suas subjetividades como uma condição fundamental para a subversão, que traz para o meio acadêmico a base para a compreensão sobre as matrizes de dominação e a compreensão sobre as opressões que invisibiliza os corpos e as problematizações sobre gênero e conhecimentos apropriados pelas instituições de ensino superior.

E por último, o item 2.3 trata de repensar as instituições de ensino superior e os processos de produção acadêmica sobre perspectivas dissidentes para tratar de questões relacionadas à produção e reprodução da diferença, identidade de gênero, lesbianidade, dentre outras questões formuladas por esta pesquisa.

Na parte III, apresentamos a metodologia da pesquisa, descrevendo nos subtópicos sobre o percurso teórico-metodológico e conceitual da pesquisa, a contextualização do universo e campo de pesquisa e, por fim, na parte IV, concluímos com nossas considerações finais sobre a pesquisa.

Essas partes referendadas que compõem a organização estrutural da dissertação estão interrelacionadas, planejadas de modo que, ao final, defende a intenção de sintetizar a contribuição desta pesquisa, de acordo com os objetivos pretendidos.

É possível, assim, concluir que, as teóricas feministas lésbicas têm o arcabouço teórico metodológico para a desconstrução de padrões nas relações

sociais e nas práticas em sala de aula, pois o feminismo é um arcabouço teórico e campo político. Contudo, é preciso ocupar os espaços de diálogo, de decisões compartilhadas e de construção do conhecimento, em especial, quando valoriza a integração ensino, pesquisa e extensão, como é o caso, por exemplo, dos espaços acadêmicos e de interlocuções nas universidades.

As discussões que se baseiam nessas teorias envolvem, principalmente, melhorias em torno da discrepância social e de gênero, nesse sentido, as instituições de ensino superior é um ambiente favorável para pensar, refletir e problematizar sobre as demandas que envolvem as diferenças em nossa sociedade contemporânea, principalmente, ao reconhecer as metodologias que são historicamente invisibilizadas e desconsideradas como aporte teórico essencial para o processo de ensino e aprendizagem.

Consideramos essencial para a formação de futuros profissionais a correlação com a realidade social, pois desta forma, teremos profissionais engajados com a não perpetuação das opressões. Nesse sentido, podemos ver no decorrer desta escrita, que as professoras interlocutoras da pesquisa, trazem para suas metodologias e abordagens em sala de aula, o campo epistemológico decolonial, antirracista, anticlassista e principalmente, antiheterossexista, tendo como aporte teórico não só os estudos feministas lésbicos, mas as várias epistemologias do Sul, afinal, a interseccionalidade é a chave para a desconstrução dos padrões eurocêntricos e heterocentros, assim, podemos considerar que elas se posicionam a favor da deslegitimação das opressões nas instituições de ensino superior brasileiras.

Capítulo I - Uma introdução à pesquisa

Veja como o feminismo pode tocar e mudar sua vida e a de todos nós. Aproxime-se e aprenda, na fonte, o que é movimento feminista.
(bell hooks)

Os movimentos sociais e políticos vêm operando, há algumas décadas, contra as desigualdades e injustiças sociais que fazem parte de um longo e complexo processo histórico de construção e manutenção de relações sociais marcadas por gênero e sexo, raça, classe, entre outros marcadores. Nessas relações, os corpos ganham contornos, condutas, formas e modos de ser e estar no mundo, através de incorporações discursivas (BUTLER, 2019).

Nesse contexto de lutas e reivindicações, as políticas identitárias são consideradas ferramentas importantes para instrumentalizar o combate às (in)visibilidades das mulheres, negros, indígenas, homossexuais, travestis e corpos com deficiência. Romper o silêncio é, também, combater o preconceito e a discriminação sofridos por essas pessoas. Corpos lésbicos são marcados pelo silenciamento. Suas existências, por muito tempo, foram registradas a partir da “sutilezas das entrelinhas”, espaços de abjeção dos corpos e de visões de mundo referenciadas em binarismos de gênero (BUTLER, 2019; LESSA, 2003) e normalização discursiva dos corpos (FOUCAULT, 2011).

Há uma grande diversidade de lutas em curso, o movimento feminista é apenas uma delas e que, em si, já possui muitas frentes e vertentes que dialogam e divergem. Entre estas vertentes, destacaremos neste trabalho as lutas lesbofeministas, incluindo os seus desdobramentos e pensando as possíveis intersecções com outras categorias sociais. Essas lutas surgem de propostas emancipatórias contra a discriminação e a opressão sexual e fortalecem reivindicações que atravessam grandes ideais da modernidade como a colonialidade e os saberes eurocêntricos que são base de grande parte das produções acadêmicas.

Em outras palavras, o lesbofeminismo é um dos caminhos possíveis de insurgência frente a mitos, ideologias e preconceitos que também estão presentes no

campo de produção de conhecimento científico. Além disso, questiona a adoção de única forma válida e exequível de produzir verdades sobre a vida das pessoas e de construção da sociedade. Por isso, é muito importante reconhecer a relevância dos saberes dissidentes, da desobediência epistêmica nesse processo de luta e resistência e que nos orienta a persistir nessa luta. Reconhecemos o feminismo lésbico enquanto caminho epistemológico de construção de saberes situados que emanam de questões reais, situações do cotidiano e trazem possibilidades de compreensão e reconhecimento das opressões para além do binarismo de identidade e gênero (BUTLER, 2019; COLLINS, 2016; DAVIS, 2016; HOOKS, 2020; LORDE, 2019).

O conceito de lesbofeminismo adotado aqui inaugura uma categoria que surge a partir da intersecção de orientação sexual e identidade de gênero vivida por mulheres lésbicas. É certo que isso pode ser ainda mais complexo, se pensamos em outros cruzamentos com raça, classe, faixa etária, entre outros (SOARES, 2014; CURIEL, 2020; SOARES e COSTA, 2012). Os movimentos lésbico e feminista carregam semelhanças, no entanto, é fundamental destacar que não serão tratados aqui a partir de uma ideia de soma, senão, desde a interseccionalidade (CRENSHAW, 1991), conceito criado pelo movimento feminista negro.

De acordo com Soares (2014), o lesbofeminismo é um conceito que precisa ser problematizado, e compreendido desde a sua diversidade. As vivências lésbicas não são homogêneas e em muitos momentos vão se aproximar muito às discussões de identidade de gênero, sobretudo quando pensamos performances de feminilidades e masculinidades.

É fundamental reconhecer a importância das epistemologias lesbofeministas na descaracterização de uma masculinidade hegemônica. Sem dúvida, esse é um dos pilares que sustentam as relações de poder na sociedade brasileira e impõem aos homens e às mulheres construções de modelos hegemônicos de existência e normas específicas de reprodução de misoginia, machismo, homofobias e autoritarismos.

O conceito de masculinidade hegemônica, formulado há duas décadas, influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero, identidade e hierarquia social (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). Lembramos que a masculinidade é sempre normativa e legitima a ideologia de subordinação da mulher. Questionar essa cisnorma é também, conforme propõem Connel e Messerschmidt (2013), reconhecer as diversas expressões de masculinidades e suas possibilidades

que podem variar de acordo com o tempo e o espaço onde a pessoa está inserida, mas não está biologicamente ligada ao sexo que lhe é atribuído ao nascer.

Essa discussão tem despertado o interesse de muitos e muitas pesquisadores/as a nível mundial em diferentes áreas do conhecimento, sobretudo dentro dos próprios estudos sobre gênero que vêm expandindo-se ao longo das últimas décadas. Destacamos aqui os estudos de Connell e Messerschmidt (2013), Soares (2014), Costa (2002), Corrêa (2002), Nolasco (1993), dentre outros.

No que tange às investigações sobre epistemologias ao redor do mundo e, mais especificamente, nos países considerados “subalternos”, tema que também interessa a este trabalho, partiremos das teorias sobre as epistemologias do Sul (MIGNOLO, 2008; DUSSEL, 2005). Os estudos pós-coloniais e as suas defesas de uma ecologia de saberes partem do questionamento e desprendimento epistêmico de um saber eurocêntrico hegemônico.

Segundo Quijano (2000, 2017), ainda vivemos uma colonialidade do poder que é, sem anacronismos, duramente criticada por ele. Para o autor, a sobrevivência dos legados coloniais em tempos modernos é uma dimensão fundante da própria modernidade. Se estamos tratando de manutenção de estruturas rígidas de poder que beneficiam a uns em detrimento de outros, como a crítica da noção de ponto zero (GROSGUÉL, 2016), transmodernidade³ (DUSSEL, 2002, 2005), masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), sem dúvida, também estamos falando de mecanismos de perpetuação de opressão de gênero e orientação sexual. E se o machismo e a homofobia também são problemas epistemológicos, propomos aqui adotar a desobediência epistêmica proposta por Mignolo (2008).

Autores como Connell e Messerschmidt (2013), Grosfoguel (2016), Mignolo (2008) e Quijano (2000, 2017) denunciam como a produção do saber e discursos imperiais e colonialistas vem se constituindo sob uma perspectiva hegemônica masculina, branca, patriarcal, capitalista, racista e heterossexual. Nessa perspectiva, entrelaçados, enovelados, esses pensamentos pós-coloniais também se voltam, através do lesbofeminismo, para enfrentar o desafio de tratar da questão da homossexualidade feminina na sociedade brasileira, meritocrática, autoritária,

³ Refere-se à transcendência das estruturas valorizadas pela cultura eurocêntrica moderna em direção a um autêntico diálogo intercultural que tome em conta as assimetrias existentes e supere o diálogo erudito do mundo acadêmico e institucional dominante (DUSSEL, 2002).

misógina e patriarcal. Esse enfrentamento é de fato um desafio complexo, mas, certamente, possível.

Dentre as questões levantadas por grupos lesbofeministas, por exemplo, algumas provocações acerca da desobediência epistêmica tomam como base de apoio para suas interpretações, reflexões e formulações, o pensamento decolonial de Mignolo (2003, 2021). As investigações desse autor têm trazido uma grande contribuição para compreender que a identidade em política se diferencia de política de identidade e a política de identidade se aproxima de aspectos meramente essencialistas e posições fundamentalistas. Isso pode nos levar a uma grande esperança. Estamos fadados a viver no mundo sob o manto do medo, da insegurança e da violência.

A despeito do longo caminho que ainda é preciso percorrer, é notório o aumento das discussões, debates e pesquisas sobre a desobediência epistêmica nas instituições de ensino superior nos últimos anos, principalmente a partir da problematização contemporânea sobre modos hegemônicos de pensar o social, o político, o econômico e o cultural. Com isso, essas ações buscam apropriar-se de novas teorias que desloquem o ponto de vista ocidental, da masculinidade hegemônica, do europeu branco, masculino, cristão e heterossexual, a fim de reconhecer e visibilizar novas experiências e saberes (MIGNOLO, 2008).

Para Mignolo (2021, p. 28), a geopolítica e a corpo-política do conhecimento são desafios decoloniais na contemporaneidade e “têm sido omitidas dos interesses egoístas da epistemologia ocidental. A tarefa do pensamento decolonial é revelar os silêncios epistêmicos da epistemologia ocidental”. No entanto, como adverte o próprio autor, essa não é uma tarefa fácil. Esse movimento de desconstrução do conhecimento e seus conceitos hegemônicos traz muitas provocações e potências que questionam paradigmas até então tomados como verdades absolutas.

A partir desta perspectiva, a desobediência epistêmica tem aparecido como uma potência política, crítica e subversiva que busca produzir conhecimento fora dos padrões hegemônicos. Esse pensamento tem como ponto de partida, o lugar de onde as estudiosas e pesquisadoras falam e, também, pela forma de se colocar, pela linguagem que usam. Dentre outras questões, denuncia opressões impostas, violências, preconceitos, estereótipos, discriminação, exclusão social e o controle sobre suas escolhas, saberes, vidas e corpos. Essas são provocações que abrem espaços para pensar sobre as relações sociais contemporâneas e questões

feministas periféricas, de mulheres oprimidas interseccionalmente pelo gênero, raça/etnia, classe social, desde a colonização até os dias atuais. Mulheres que continuam silenciadas junto às narrativas que constroem o coletivo do qual fazem parte.

Para a realização da presente pesquisa, os conceitos de identidade e de lesbianidade são fundamentais, além de outras categorias relacionadas ao objeto de estudo e que são definidas ao longo desse projeto. Quando ao termo identidade e identidade em política, adotamos a perspectiva de Mignolo. Para o autor, “todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidade” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Para tratar da definição dos termos lesbianidade e lésbica recorreremos a Lessa (2003), quando apresenta uma discussão sobre “*O que a história não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres*” que faz um resgate da história do movimento feminista e pensa sobre as problemáticas da lesbianidade inseridas nesse contexto. Esta escolha deve-se às provocações que a autora colocou em pauta e que reconhecemos como uma exitosa contribuição ao estudo em questão, quando questiona o que tem sido escrito, investigado e produzido sobre as lésbicas. E além disso, como tem sido feito, porque quem e com quem. As mulheres lésbicas estão inseridas nesse processo?

Esses questionamentos foram fundamentais para pensar sobre a desobediência epistêmica nas instituições públicas de ensino superior brasileiras, na atuação das professoras lésbicas e sobre a apropriação do conhecimento dissidente e suas contribuições no combate às normas e aos modelos hegemônicos nos espaços universitários. Para responder a essas questões, Tânia Navarro-Swain (apud LESSA, 2003) em sua obra “O que é o lesbianismo” explica que existem muitos sentidos expressos no silêncio da História “que tentaram apagar a existência das lesbianas, pois sua aparição pode representar uma contradição à ordem naturalizada da heterossexualidade dominada pelo masculino” (2003, p. 4).

O termo identidade é complexo, diverso e encontra-se em constante processo de construção, tendo como base a multiplicidade e a compreensão de que as identidades são negociáveis, revogáveis, fluídas e construídas, conforme os estudos culturais (HALL, 2006; SILVA et al, 2000). Contudo, a sua definição depende das

escolhas do sujeito e sua contestação ocorre através das relações de poder e é formada de acordo como se articula o campo do poder (BAUMAN, 2005; BUTLER 2019).

A partir da concepção de Woodward (2000) sobre “Identidade e diferença – uma introdução teórica e conceitual”, a identidade tem uma história, mostra quem é incluído e/ou excluído e é relacional, marcada pela diferença por meio de símbolos. Essa marcação pela diferença em si não seria um problema, no entanto, sabe-se que frequentemente é um processo associado diretamente à hierarquização dessas identidades que sustenta a exclusão e marginalização de grupos sociais.

Essa definição do termo identidade enquanto ação do fundamento político do feminismo é questionada por Butler (2019). Uma de suas formulações sobre os problemas de gênero é justamente a concepção de identidade e sua definição. A autora defende que para dismantlar a relação de hierarquia de gênero deve-se pensar não nas identidades, produtos ou efeitos de poder, mas nos processos de produção dessas identidades. E, para tanto, é preciso saber como elas são pensadas e produzidas e, também, como se dá a manutenção das relações entre elas. Butler (2019) levanta nessa discussão a questão da construção do sujeito e lembra que o próprio sujeito das mulheres “não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes” (2019, p. 18).

Além de tudo isso, na sua problematização sobre as mulheres como sujeito do feminismo, Butler (2019) levanta questões sobre concepções da teoria feminista que, na sua essência, tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres. Mas afinal, quem é a mulher? O que é mulher? Como definir mulher? E, como podemos observar: “apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que ‘não se nasce mulher e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico’” (HARAWAY, 2004, p. 211). Portanto, nas palavras da autora, a mulher torna-se “um sujeito- em-processo”.

É possível entender que qualquer uma dessas respostas nos levaria a uma definição de identidade fragmentada, engessada. Ademais, Butler (2019) destaca que é significativa a quantidade de material ensaístico “que não só questiona a viabilidade do ‘sujeito’ como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como

indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres” (2019, p. 18).

Collins (2019), assim como diversas outras pensadoras dos feminismos negros, aporta a essa perspectiva o entendimento de que junto ao gênero, outros sistemas de opressão através da classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade produzem entrelaçamentos e experiências “mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (COLLINS, 2019, p. 460). Acompanhando esse entendimento, defendemos a aproximação a epistemologias feministas (MESSEDER, 2013; SWAIN, 1999) e, mais especificamente às epistemologias lesbofeministas, sem deixar de lado as teorias feministas dentro do marco do feminismo negro (DAVIS, 2016; COLLINS, 2019).

Este marco teórico-epistemológico, adotado nessa pesquisa, possui a potência necessária para refletir sobre e questionar o lugar da masculinidade hegemônica nessas hierarquias supramencionadas, visando o rompimento desse modelo colonial e das normas e categorias políticas heterocentradas que se tornam um local de competição, manifestação e perpetuação das opressões, dominação-exploração, submissão. Daí a importância dos estudos feministas críticos, da evocação de uma epistemologia acadêmica associada às cosmologias negras e afrodiáspóricas, de desconstrução e combate à seletividade racial e estereótipos pós-coloniais.

Para Wittig (2007) e Lorde (2019), o lesbofeminismo é uma teoria que tem potência de rompimento e amplitude para muitas mulheres em nossa sociedade autoritária, patriarcal, racista e heteronormativa. Afinal, este movimento atua na perspectiva da insubmissão da mulher, seja na sociedade, na ciência, nas questões binárias de sexualidade e gênero. Sobre o pensamento de Wittig, trazemos à lembrança o curso de extensão promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) intitulado “Pensamento Lésbico Contemporâneo”, quando Mirian Pillar Grossi no seu artigo intitulado “O Pensamento de Monique Wittig”, publicado em 2018, nos Cadernos de Gênero e Diversidade, elogia a palavra de ordem “Leiam Lésbicas” expressa nos *outdoors* da cidade de Salvador, capital da Bahia, nesse período do evento. Ela destaca a importância de dar visibilidade a “um pensamento que muitas vezes aparece como apenas teoria queer e não necessariamente como pensamento

lésbico, ou seja, produzido por mulheres que se reconhecem enquanto tal e que falam deste lugar e experiência social” (GROSSI, 2018, p. 84).

Destarte, a lésbica não seria uma mulher “nem do ponto de vista econômico, nem político ou ideológico, na medida em que se recusa a pertencer ao sistema que a obriga ser heterossexual e não está em uma relação social de servidão a um homem” (POMBO, 2017, p. 396). Para Grossi (2018), tanto a produção teórica como a vida pessoal de Wittig constrói pontes entre o pensamento lésbico francês e o pensamento lésbico norte americano.

A autora ainda recorda que a expressão “leiam lésbicas” é um desdobramento da contribuição teórica de Monique Wittig, pois, como destaca em sua publicação, a compreensão do “ser lésbica” enquanto ato político começa a surgir a partir da provocação de Wittig quando diz que as lésbicas não são mulheres (GROSSI, 2018). Partindo dessas discussões, justificamos aqui a importância destas questões serem debatidas, discutidas, provocando reflexões, experimentações, formulações, questionamentos, pesquisas, nos espaços das instituições de ensino superior a partir do uso da categoria lésbica como central.

Construímos, então, a base que funda um percurso possível de identificação de quais epistemologias são produzidas e reproduzidas nos diálogos acadêmicos. Além disso, investigar que currículos, saberes e práticas que atuam formação dos indivíduos-sujeitos se fazem necessários para a desconstrução das hegemonias, contestar saberes hegemônicos e excludentes.

A construção do conhecimento contemporâneo requer um exercício de (des)construção, inclusive de identidade fixa ou qualquer outra forma estável de representação e de produção de vida. A construção de conhecimentos se dá em espaços de subjetividades, de experimentação. O lesbofeminismo acompanha essa ideia sempre que se mostra diverso. Essa diversidade reside na coexistência de conceitos e trajetórias diferentes, mas que se cruzam e se conectam através de experimentar consciência cultural e social como forma de pertença da lesbianidade (RIBEIRO, 2019, p. 122).

No caminhar acadêmico conhecemos várias teorias, não obstante, muitas são concentradas no que se entende como campo epistemológico hegemônico, dominante. Para autores como Santos (2002), o caráter hegemônico reside no predomínio e reprodução de ideologias que hierarquizam alteridades e definem,

através de maniqueísmos binários, o que é bom, válido e positivo, e considera tudo o que foge a isso como dispensável.

Destarte, a manutenção dessas epistemologias coloniais alimenta-se da invisibilização dos conhecimentos produzidos e reproduzidos pelos grupos ditos “marginais”. Não permite a criação de espaços de discussão, reflexões e formulações para autoras feministas, por exemplo, e deslegitima os conhecimentos produzidos entre elas e para elas.

A ciência é um campo de articulações, redes de contato e trocas. Nesse sentido, este projeto traz uma provocação ao seu caráter hegemônico a partir da adoção de saberes dissidentes como base epistemológica e busca, a partir daí, refletir sobre a atuação de professoras lésbicas em instituições de ensino superior no Brasil. Para tanto, consideramos marcadores sociais da diferença de gênero e suas intersecções com raça, classe e seus signos, para produzir conhecimento científico nas salas de aula. Essas questões são tratadas nesse trabalho por meio de uma abordagem permeada pelos lesbofeminismos decoloniais e possíveis cruzamentos com a teoria *queer* e outros feminismos.

Essa decisão nos aproxima da compreensão acerca da produção do “Outro”, caracterizado por tudo aquilo que foge ao padrão hegemônico mencionado anteriormente, via processos de normalização engendrados pelas atuações das professoras em seu espaço de trabalho e pesquisa. Defendemos, portanto, a relevância de investigar se lésbicas professoras universitárias contribuem (ou não) para as discussões sobre a invisibilização epistêmica das mulheres, principalmente, as mulheres lesbofeministas.

Afinal, é possível dizer que todo pensamento-ação que se propõe contrapor a hegemonia eurocentrada, patriarcal, racista, mantenedora de um sistema capitalista, de “dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2004), que se mantém resistente no Brasil, é visto como uma potência de abertura para um futuro que busca combater a opressão de gênero e suas intersecções raça e classe nas relações sociais e de construção do conhecimento/saber. Essa discussão é muito necessária, principalmente, no atual governo, que se apresenta com discursos racistas, homofóbicos, atitudes excludentes, atos antidemocráticos.

O objetivo desta pesquisa é investigar se professoras lésbicas que atuam em instituições de ensino superior, utilizam marcadores sociais da diferença de gênero e suas intersecções com raça, classe e seus signos para produzir conhecimento

científico na sala de aula. Para tanto, em um primeiro momento, mapeamos as práticas pedagógicas das professoras lésbicas, parceiras nessa investigação, a fim de identificar a presença (ou não) de epistemologias lesbofeministas dentro das suas propostas. O mapeamento de linguagens, saberes e práticas de atuação de professoras autodeclaradas lésbicas é impulsionado pela busca de elementos de saberes e práticas de resistências à dominação em suas intervenções em sala de aula e nas ementas curriculares.

Em seguida, foi observado de que forma as epistemologias feministas são utilizadas e de que forma contribuem (ou não) para a descolonização dos saberes científicos em sala de aula. Quanto a isso, observou-se no saber-fazer pedagógico, não só o que tange a valorizar (ou não) problematizações sobre questões de opressão e invisibilização dos corpos que não são pertencentes ao modelo heterocentrado, por exemplo, mas também o modo como essas discussões se dão e são abordadas. Com esta observação, procurou investigar e mapear os *dispositivos* que podem ser identificados, tendo como base da análise a perspectiva da dissidência epistêmica (CINTRA et al., 2017). A dissidência epistêmica é entendida nesta pesquisa como um movimento de contraposição à modernidade/colonialidade que tem como aspecto principal questionar o pensamento eurocentrado/heterocentrado desde a subalternidade (SANTOS, 2018).

É importante destacar que esta investigação não visa apresentar respostas inequívocas, tampouco soluções, o que se chocaria com o paradigma pós-estruturalista, campo teórico-epistemológico onde esta pesquisa se localiza. Buscamos, portanto, interrogar e problematizar como forma de exercitar o pensamento (FOUCAULT, 2004) e procurou provocar deslocamentos que movem o que se pretende e compreende-se como estático, universal, verdadeiro.

1.1 Por que pesquisar sob a perspectiva da subversão epistêmica?

Os processos de desumanização nas relações de gênero e poder têm sido, cada vez mais, objeto de pesquisas científicas e impulsionado importantes publicações no campo de estudos das relações de gênero e feminismos (BUTLER, 2019; COLLINS, 2016; CURIEL, 2020; DAVIS, 2016; LESSA, 2007; LORDE, 2019; LUGONES, 2020; PRECIADO, 2014). Esses processos constroem e são construídos

a partir de argumentos heterocêntricos, autoritários e patriarcais. Nessa direção, Quijano (2017) com sua colonidade do poder e Butler (2019) com a teoria queer, a partir de conhecimentos dissidentes, criticam fenômenos sociais e políticos que ignoram a autonomia do sujeito e perpetuam a crença em um sujeito ocidental neutro e universal.

Nesse sentido, observamos a importância de tomar como necessária para a base da análise a epistemologia feminista lésbica em concomitância com teóricos e teóricas decoloniais e *queer*, pois, ela traz a complexidade necessária para analisar os dispositivos de subversão nas instituições de ensino superior e, nessa perspectiva, buscar identificar influências na descolonização das dicotomias hierárquicas que acompanham a construção do sujeito desde a sua concepção.

Do mesmo modo, percebemos como fundamental ao entendimento do tema, discutir os conceitos, concepções e/ou definições de sexualidade e gênero na experiência sobre o corpo, normalização, hegemonia heterossexual (BENTO, 2014; CÓRDOBA e VIDARTE, 2007; LOURO, 2004; LUGARINHO, 2010; MISKOLCI, 2009, 2014; PELÚCIO 2014), problemas de gênero (BUTLER, 2019), a produção dos fatos científicos (LATOUR, 1998), a desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2021), saberes subalternos (PEREIRA, 2012), colonialidade do saber (QUIJANO, 2017), dentre outros que serão apresentados ao longo da pesquisa.

Para Diana Raffaella Calazans Ribeiro (2019), é preciso resistir para que o caminho de luta a favor da igualdade seja efetivo e, para tanto, é preciso buscar estratégias para combater a opressão de uma cultura exploratória, branca e masculina. Além disso, as imposições culturais e sistemáticas postas na sociedade, como destaca a autora, “são de ordem conformadora e colonizadora e, voltar o olhar para essas influências deterministas que atravessam as identidades lésbicas brasileiras é extremamente importante e ajuda a compreender a relação de opressão estabelecida” (2019, p. 123).

Observar como as professoras lésbicas atuam nas instituições de ensino superior brasileiras é buscar compreender a apropriação, a geração, a mediação e a disseminação do conhecimento científico e, ao que tudo indica, é uma das possibilidades para buscar respostas necessárias para tratar dessas questões.

As instituições de ensino superior são reconhecidas como um espaço social e político, um lugar de construção do conhecimento. Portanto, com relação ao conhecimento, é reconhecida como uma instituição responsável pela disseminação

da informação e do conhecimento que produz. Esses espaços são destinados à formação do sujeito autônomo, do pensamento, de formação de docentes, de construção e disseminação do conhecimento científico, mas também produz contradições, tensões e incertezas.

Ainda considerando que os discursos produzem os objetos sobre os quais falam, trazendo dispositivos das relações de poder (FOUCAULT, 2008)⁴, observamos que é possível discutir as gramáticas utilizadas dentro da perspectiva da desconstrução de binarismos e, desse modo, buscar investigar se os discursos de professoras que se autodeclaram lésbicas baseiam-se nas epistemologias feministas.

Pois, como lembram França e Padilla (2013, p. 1), é preciso ultrapassar as fronteiras proibidas e, nesse sentido, os estudos feministas “têm cada vez mais se legitimado como um campo de conhecimento sólido e inovador, tanto desde uma perspectiva teórico-metodológica como crítica”. Sabemos que o objetivo da ciência é construir conhecimento, analisar seus avanços, realizar buscas por meio das formulações e pela explicação dos fatos, e, muitas vezes, realiza buscas para criticar os próprios caminhos percorridos.

A partir dessa compreensão, formulamos o problema delimitado desta pesquisa: De que forma as professoras lésbicas estão produzindo conhecimentos/saberes dissidentes, visibilizando epistemologias lesbofeministas e, de que modo utilizam marcadores sociais de gênero e suas interseccionalidades nas práticas docentes, discursos e relação com discentes na sala de aula, para produzir conhecimento científico nas instituições de ensino superior, sediadas no Brasil, campo de investigação?

Este problema teve com ponto inicial a seguinte inquietação/formulação: Se as instituições de ensino superior são reconhecidas como espaço de construção do conhecimento/saber, um terreno fértil para se pensar, refletir, elaborar formulações, pesquisar e problematizar as demandas da diferença em nossa sociedade contemporânea, acreditamos que precisamos pensar no potencial desse campo discursivo como lugar apropriado para produzir conhecimentos/saberes dissidentes, um espaço capaz de promover a visibilidade das epistemologias lesbofeministas e a

⁴ “Foucault define *dispositivo* afirmando que, quando conseguimos isolar” estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa”, então, temos um *dispositivo*” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 134 grifos do original).

legitimidade das informações sobre gênero e debater questões acerca do emprego de marcadores sociais de gênero nas práticas docentes, discursos e relação com alunos(as) na sala de aula, para produzir conhecimento científico.

Do mesmo modo, começamos a pensar sobre as seguintes formulações/provocações: Se as professoras lésbicas, de instituições de ensino superior brasileiras estão produzindo conhecimentos/saberes dissidentes, então de que modo estes conhecimentos são abordados nas suas práticas pedagógicas, nos discursos docentes e na relação com discentes na sala de aula da universidade? - Se abordam, quais são as estratégias utilizadas por elas? De que modo utilizam?

Para responder o problema principal e demais questões que pudessem surgir relacionadas à pesquisa, este estudo buscou investigar e analisar o que há no interior dos discursos das professoras lésbicas, como um *dispositivo* (DELEUZE, 1990; FOUCAULT, 2000). Isto é, uma configuração específica de domínios do saber, de modalidade de exercícios de poder, uma rede de subjetividades que estão relacionados aos poderes, à produção de saberes e se respondem a uma urgência da contemporaneidade diante da necessidade de converter às subversões epistêmicas. Esta conversão demanda processos de subjetivação que são engendrados pelas linhas de força que foram descritas após analisar os discursos e as compreensões das professoras participantes.

Adotamos nessa pesquisa o método de mapeamento de produções e de discursos de docentes lésbicas sobre gênero e suas interseccionalidades dentro das instituições de ensino superior. A partir disso, verificar se há um estímulo à compreensão das participantes da pesquisa sobre os dispositivos utilizados para a construção do processo de subjetividade, que envolve o processo de ensino-aprendizagem dentro da perspectiva decolonial. Desse modo, foi investigado como as interlocutoras atuam e pesquisam, tendo como base a subversão epistêmica e a concepção da diferença de Deleuze (2018).

A contribuição que se espera com esse estudo sobre epistemologias feministas lésbicas e feminismo negro é traçar caminhos possíveis para compreender o tema em questão. E, assim, é possível influenciar na desestabilização e na desnaturalização das noções de superioridade epistemológica, ao problematizar sobre o papel da professora dentro do ambiente universitário, seus saberes e práticas docentes.

A partir da apresentação do tema, justificativa/problematização e problema delimitado, estabelecemos o objetivo geral da pesquisa: Investigar de que forma as professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, estão produzindo conhecimentos/saberes dissidentes, se dão visibilidade as epistemologias lesbofeministas no espaço acadêmico e de que forma utilizam os marcadores sociais de gênero na sua prática docente em instituições de ensino superior sediadas no Brasil.

Optou-se por uma abordagem teórica com densa caracterização teórico-conceitual, sobretudo a partir do campo das teorias feministas e, especialmente, lesbofeministas. A abordagem bibliográfica é tão importante quanto a análise documental e estão em constante comunicação durante todo o trabalho. Buscou-se questionar qualquer base construída a partir de visões binárias simplistas e normatizadoras quanto às categorias de gênero e seus cruzamentos com raça, etnia, classe e outros marcadores sociais de diferenças.

De acordo com Danielle Vaz Maciel e Marco Bonito (2018), a abordagem teórica traz a base dialógica entre a bibliografia e a pesquisa, pois o conjunto de fatos e teorias constroem a sistematização e o embasamento para problematizar e para a ação do pesquisador. E a pesquisa de campo, conforme Minayo (2007), é definida como a segunda etapa de uma pesquisa e “realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção da teoria” (MINAYO, 2007, p. 26).

Nesta dissertação, a narrativa também se faz presente, pois buscamos através da cientificidade o fortalecimento da palavra democratizada dos professores, dos homossexuais, das lésbicas, dentre outros, como visto no livro “História oral: a democracia das vozes (GATTAZ et al, 2019). Assumir as narrativas como fonte de conhecimento cientificamente válida é assumir e acompanhar um compromisso com a decolonialidade e seu intuito de visibilizar vozes marginalizadas pelas epistemologias hegemônicas.

Para isso, é importante destacar que é fundamental identificar se existem padrões de resistência à colonialidade na perspectiva da subjetivação/subjetividade e, para responder aos seus objetivos, a pesquisa buscou mapear, identificar e investigar se as professoras lésbicas, realizam práticas de resistência diante da legitimidade, da autoridade, da voz, do sentido e da invisibilidade das epistemologias lesbofeministas (WITTIG, 2007; LORDE, 2019).

Nesta perspectiva, Santos (2018, p. 4) afirma que é possível perceber como a decolonialidade é uma condição importante para entender que seus “estudos eram limitados pela colonialidade, na medida em que, ao construir ‘objetos’ de investigação, hierarquizar e dissociar múltiplas relações discriminatórias aparecia como esforço necessário e garantia de profundidade das análises”.

Esperamos, assim, que essa pesquisa possa, com seus resultados, estimular e constituir-se como base para que professoras e professores possam atuar em sala de aula de forma dissidente aos padrões sociais heteronormativos. Afinal, novas perspectivas sobre o processo de ensino e aprendizagem, compreensões das novas epistemologias de subversão estimulam novas propostas pedagógicas na universidade e fora dela, em outros espaços de formação do indivíduo para viver a vida cidadã, com dignidade, respeito ao outro e propõe mudanças inovadoras para a sala de aula, para a universidade e para a sociedade.

1.2 Os feminismos e a ciência: subversões dos padrões eurocêtricos e heteronormativos.

[...] os questionamentos feministas ao patriarcado e a sua insistência na crítica a primazia de pensadores homens e de seus trabalhos foram uma insurreição que resultou em grandes mudanças. Quando a crítica de raça e de classe social foi acrescida a de gênero, todos os preconceitos passaram a ser questionados (hooks, 2020).

O feminismo é uma ciência do campo político que ajuda a compreender e alterar, como descreve Mignolo (2021), a geografia do raciocínio. Segundo esta concepção, a tarefa do pensamento decolonial de gênero (LUGONES, 2014) é embasar as práticas de resistência visando à transformação vivida do social, assim, começou a ser implementada e analisada a partir do século XXI, através da ruptura epistêmica.

O feminismo, conforme Butler (2019), Mignolo (2021) e outras diversas autoras e autores, ao adentrar de forma política nas questões que envolvem a identidade, traz a potência de desnaturalização e desestabilização das construções teóricas em torno dos binarismos, opressões e visão eurocentrada. Além disso, pode ser um caminho possível e um instrumento relevante para estudar, entender, refletir,

experimentar e repensar as epistemologias, saberes e práticas de professoras, seus discursos e os modelos de ensino das instituições que atuam.

Esse movimento científico é uma antítese ao patriarcado, ao machismo e um importante mecanismo para lutar contra o complexo sistema de dominação, opressão e exclusão contra todos aquelas e aquelas que não compartilham do padrão masculino, homem europeu branco, proprietário, cristão e heterossexual. Ir ao encontro, em oposição aos padrões impostos, dessa sociedade heteronormativa é o plano de fundo da proposta científica desta pesquisa.

A categoria gênero é fundamental para isso, visto que

(...) encontra-se no centro das discussões do movimento feminista ao longo de décadas, e tem avançado como movimento de luta e resistência, assegurando a sustentação das minorias contra os desmandos do poder de dominação e exclusão da mulher, trazendo em seus estudos, substantivas contribuições para o combate ao racismo, homofobia, machismo, autoritarismo, não permitindo, assim, que o totalitarismo torne a ocupar os espaços da civilidade (FERREIRA; SANTANA, 2020, p. 14).

Para Maria Lugones (2014), o ato de descolonizar o gênero vem necessariamente de uma práxis conforme. descreve que “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. E Audre Lorde (2020) aponta que trabalhadores e trabalhadoras da educação são afortunados/as porque o seu ofício lhes proporciona uma posição favorável para a atuação contra o reforço da cultura dos dominadores e dos preconceitos.

Nesse sentido, podemos dizer afinal que acreditamos que o feminismo é um aporte teórico e prático, e que deve ser orientado a partir das epistemologias do Sul. Essa orientação direciona a produção de conhecimento no sentido de produzir mais respaldo teórico e científico que permita ocupar espaços tradicionalmente negados a grupos sociais marginalizados, como é o caso das mulheres lésbicas.

1.3 Feminismo lésbico e suas contribuições para a sociedade

O feminismo lésbico e outras múltiplas perspectivas tem a “prática libertadora” como metodologia para a compreensão da sociedade e permite solidificar propostas metodológicas e as teorias que se baseia na não violação do Outro o que permite

“contestar qualquer teoria que supostamente nos aprisiona na verdade da nossa diferença” (CORNELL, 2018, p. 143).

A persistência de teorias eurocêntricas na educação brasileira influencia na repetição de padrões heteronormativos e eurocentrados. Como pensa Valter Mignolo (2008), é preciso buscar estratégias para demonstrar que as teorias que fundamentam concepções sob o ponto de vista ocidental, da masculinidade hegemônica, do europeu branco, masculino, cristão e heterossexual possam ser interrogadas.

Nesse sentido, a pesquisa em questão pode influenciar as mudanças sociais necessárias nas relações de ensino e aprendizagem ao demonstrar os relatos de professoras que já atuam nas instituições de ensino superior. E ir de contra os padrões ainda impostos por essa sociedade heteronormativa que se encontra a importância social para a pesquisa em questão. Entender como essas relações ainda se perpetuam para convertê-la, é essencial para as práticas libertadoras.

As lésbicas resistem bravamente aos padrões impostos, ao conservadorismo e a cada dia mais expandem a não visibilização da sexualidade feminina “Tecemos modos diversificados de enfrentar o retrocesso, visibilizando nossas existências, denunciando violências, formando redes de solidariedade, fortalecendo nossa autonomia e criando espaços de sociabilidade [...]”, como descreve Érica Sarmet (2018, p. 379).

Enfim, nessa perspectiva de solidariedade entre mulheres, destacando o *continuum lésbico* para a não perpetuação dos preconceitos e discriminações no ambiente da sala de aula, bem como na sociedade, que ratificamos que o feminismo lésbico traz a base necessária para mudanças sociais impostas pelo modelo patriarcal, branco, sexista, racista e transfóbico.

Capítulo II – Marco teórico-conceitual da pesquisa

*A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma.
(bell hooks, 2018).*

Neste segundo capítulo, apresentaremos algumas considerações teóricas adotadas para este trabalho. Em cada um dos tópicos seguintes trataremos de defender os conceitos desde os quais escolhemos partir, seja com relação à lesbianidade e existência lésbica, movimento lesbofeminista, gênero e patriarcado, saberes dissidentes, colonialidade e decolonialidade, assim como outras categorias secundárias que se relacionam com as mais centrais.

2.1 Lésbica, existência lésbica e *continuum* lésbico.

O dicionário Aurélio (1999) define lésbica como “aquela que é dada ao lesbianismo” (p.455) e lesbianismo como “homossexualismo feminino” (p. 454). Os termos lésbica, existência lésbica e *continuum lésbico* tem suscitado muitas discussões, debates, reflexões teóricas e pesquisas por diferentes áreas do conhecimento, e, nos últimos anos, os movimentos lésbicos tem buscado caminhos e espaços de socialização e divulgação desses conhecimentos, antes invisibilizados.

Para Judith Butler (2019), a crítica genealógica “[...] investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (p.10). Assim, ao definir o conceito de gênero através do falocentrismo e da heterossexualidade compulsória, acaba reduzindo o corpo feminino à dominação.

Contudo, falar do corpo lésbico é falar em corpo político. Como descrito por Adrienne Rich (2019), a mulher lésbica não se enquadra em nenhuma dicotomia de gênero instituída pelo patriarcado que controla o corpo feminino e inferioriza a mulher. A existência lésbica e o *continuum* lésbico tem a ideia do não silenciamento da mulher.

Escolhi usar os termos existência lésbica e *continuum* lésbico porque a palavra lesbianismo ressoa clínica e limitante. A existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação continua do significado dessa existência. Proponho que o termo *continuum lésbico* inclua uma gama - ao longo da vida de cada mulher e ao longo da

história - de experiências identificadas com mulheres, não simplesmente o fato de que uma mulher teve ou conscientemente desejou ter uma experiência sexual genital com outra mulher. Se o ampliarmos para que contenha muito mais formas de intensidade primária entre mulheres, inclusive o compartilhamento de uma vida interior rica, a união contra a tirania dos homens, o dar e receber de apoio prático e político, se também o conseguirmos escutar em associações tais como a resistência ao casamento e ao comportamento “xucro” [...] (RICH, 2019, p. 65).

Para isso, é importante entender a identificação das mulheres lésbicas de forma diversa, para além do erótico. Assim, o olhar e a experimentação se voltam para uma luta contra o limite das forças heterossexistas impostas e faz com que a ideia subliminar da heterossexualidade seja revista. Nesse sentido, “a existência lésbica compreende tanto a quebra de um tabu quanto a rejeição de um modo de vida compulsório. Também é um ataque direto ou indireto ao direito dos homens de acesso às mulheres” (RICH, 2019, p. 65-66).

Acreditamos e corroboramos com a ideia de que a existência lésbica perpassa a definição limitada de um dicionário, ou a ideia binária que a heterossexualidade compulsória tenta delimitar, pois a existência lésbica é conteúdo político libertador e que seu aprofundamento e expansão conceitual levará a uma identificação consciente das mulheres com o feminismo lésbico (RICH, 2019, p. 85).

Por fim, Tania Navarro-Swain em suas discussões teóricas descreve que é preciso pensar e entender que “[...] traçar um perfil da lésbica ou das lésbicas é uma tarefa impossível, pois não há substância a qual se prender, não há um bloco homogêneo e monolítico de coerência, não existe experiência unívoca que possa tomar o lugar de um referencial estável” (1999, p. 118).

2.2 Patriarcado, gênero e (des)colonização do corpo

Falar dos termos patriarcado, gênero e (des)colonização do corpo nos remete a algumas questões históricas, políticas e culturais da formação da sociedade brasileira, marcada por relações capitalistas de poder-dominação-subordinação que construíram as sociabilidades e a colonização das relações sociais no Brasil.

Patriarcado, segundo Saffioti (2004, p. 56), é um conceito polissêmico que tem como base a ideia de gênero. Essa pluralidade envolve a compreensão de que a relação patriarcal é civil e dá ao homem direitos sexuais sobre as mulheres, além de

hierárquica, envolvendo todos os espaços sociais, desde a família até o trabalho e tem uma base material, violenta e ideológica.

Para Judith Butler (2019, p. 31), “a concepção universal da pessoa é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificações”, assim, gênero intersecciona seu conceito com raça, classe, etnia, sexo e identidade que são produzidas e reproduzidas diante da ideia do patriarcado, pois o gênero “não pode ser abstraído do contexto social e de outros sistemas de hierarquia” (OYÈWÚMI, 2020, p. 97).

A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e a radicalizar a noção de crítica feminista (BUTLER, 2019, p. 13).

Para Oyèronkè Oyèwúmi (2017), o pensamento feminista branco tem como pauta e como abordagem teórico-conceitual um entendimento de gênero que muitas vezes não serve a outras experiências de mulheres não-brancas. Isso se dá, porque esta corrente feminista parte da adoção do gênero como categoria central, muitas vezes em detrimento de outras, como raça e classe, que são inegociáveis para mulheres negras e indígenas, por exemplo. Gênero é definido pela autora nigeriana como uma construção sociocultural e que não deve ser utilizada como modelo explicativo para que se compreenda a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo (OYÈWÚMI, 2017).

Nas suas reflexões e estudos sobre a descolonização epistêmica, a autora (2020) busca novas perspectivas sobre a compreensão do processo de ocidentalização que também influenciou o continente africano provocando diferentes e diversas formas de opressão, discursos coloniais, de subordinação do outro, e uma das mais perversas formas de opressão e dominação-subordinação foi a dos “homens” sobre as “mulheres”, com a instituição do patriarcado. Junto ao patriarcado encontra-se a hierarquia social e a noção de diferença baseada no substrato biológico, caracterizado pelo padrão normativo e hegemônico que rege as sociedades contemporâneas.

A mirada a outras categorias que se interseccionam com gênero, como raça e classe, devem ser visibilizadas e consultadas a fim de construir caminhos rumo a mudanças no modelo patriarcal vigente, ressignificando o que é entendido como

“normal” pela sociedade. Descolonizar o corpo é também compreender as “lutas que se desenrolam em processos de longa duração, em vez de entendermos cada um desses elementos como anteriores a essas relações de poder” (LUGONES, 2020, p. 62).

O entendimento de descolonização é, aqui, baseado nas reflexões sobre as disputas históricas de controle dos corpos pelo patriarcado. Ao descrever as concepções de Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder, colonialidade do saber e decolonialidade, Maria Lugones (2020) tece as relações entre as instituições centrais do poder, com a invisibilização da mulher negra, dentro dessas classificações e as relações que a permeiam.

A integração de novas epistemologias nos ambientes universitários, escolares, familiares e o reconhecimento da mulher como produtora do saber e poder é fundamental para adentrar e ocupar os espaços tomados pelo patriarcado, pelo tradicionalismo científico e pelas relações verticais com os corpos que são descritos como desviantes à norma.

2.3 Saberes dissidentes, colonialidade, decolonialidade e epistemologias do Sul

Os conceitos de saberes dissidentes, colonialidade, decolonialidade e epistemologias do Sul dialogam com o pensamento que propõe a democratização do saber. Colonialidade é um elemento constitutivo do sistema de dominação-exploração-subordinação de poder capitalista que se sustenta na imposição e crença em ideologias de classificação racial/étnica da população no mundo, separando e excluindo negros, pobres, homossexuais, mulheres, enfim, todos que não se enquadram nos padrões normativos. Constroem-se verdadeiras hierarquias epistêmicas atuantes em cada uma das áreas e dimensões, materiais e subjetivas, que são constituídas no dia a dia das sociedades e da escala social, como afirma Quijano (2017, 2000).

Para buscar uma definição dos termos, utilizamos as formulações e compreensão de Quintero et al (2019) publicadas na obra “Uma breve história dos estudos decoloniais”, onde destacam:

Estudos decoloniais nos referimos aqui ao conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade. O que cobre tanto as revisões historiográficas, os estudos de caso, a recuperação do pensamento crítico latino-americano, as formulações (re)conceitualizadoras, como as revisões e tentativas de expandir e revisar as indagações teóricas. É um espaço enunciativo não isento de contradições e conflitos, cujo ponto de coincidência é a problematização da colonialidade em suas diferentes formas, ligada a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas (QUINTERO et al, 2019, p. 4).

A partir dessas considerações, um movimento de desprendimento do saber do modelo colonial e de epistemologias hierarquizantes, frutos de um pensamento construído com base na ideologia de uma suposta superioridade racial, aponta para a produção de saberes que sirvam à desconstrução do modelo hegemônico do poder e do saber pertencente ao homem branco, capitalista, cristão, racista e heterossexual.

Para isso, o feminismo decolonial denuncia as ligações entre as noções de heteronormatividade, da classificação social e sistema capitalista.

As propostas decoloniais, em suas diferentes expressões, oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades. Partindo de paradigmas não dominantes que mostram a relação entre a modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, elas questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuraram as hierarquias sociais (CURIÉL, 2020, p. 135).

Em seu artigo “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial”, Donna Haraway (1995) trata da pesquisa feminista acadêmica e ativista, lembrando que as pesquisadoras sempre tentaram por repetidas vezes responder à questão sobre o que se pretende dizer com o termo que ela define como intrigante e inescapável, a “objetividade”.

Este sistema de dominação e exploração que interliga o controle do trabalho e a produção do conhecimento é uma herança do sistema de conquista de territórios, de criação da formação racial, enraizado em sistemas hierárquicos do conhecimento e saberes, hierarquias epistêmicas, construídos pelo sistema capitalista de exploração e colonização de negros, mulheres, pobres, indígenas.

A autora recorda que,

Temos gasto muita tinta tóxica e árvores transformadas em papel para difamar o que eles queriam dizer com o termo e com isso nos machuca. O “eles” imaginado constitui uma espécie de conspiração invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsas de pesquisas e laboratórios; o “nós” imaginado são os outros corporificados, a quem não se permite não ter corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante, fora de nossos pequenos círculos, nos quais um revista de circulação de “massa” pode alcançar alguns milhares de

leitores, em sua maioria com ódio da ciência. [...] Nós, feministas nos debates sobre ciência e tecnologia, somos os “grupos de interesse especial” da era Reagan no âmbito rarefeito da epistemologia, no qual o que tradicionalmente tem vigência como o saber é policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento (HARAWAY, 1995, p. 8).

Mignolo (2003, 2008, 2021) considera que o pensamento decolonial surgiu como uma forma de contestar a modernidade e a colonialidade nas Américas através de pensamentos que se contrapõem à hierarquização epistêmica. Isso se daria através da visibilização e aproximação a formas de pensar afro-caribenha e indígena, por exemplo, em contrapartida ao eurocentrismo, do reconhecimento da ciência produzida no continente africano em oposição à reorganização do colonialismo britânico e francês.

O pensamento decolonial surge como um processo de (des)construção e (re)construção do pensamento (MIGNOLO, 2003, 2008, 2021) e as Epistemologias do Sul são definidas por Santos (2019) como

(...) a produção e a validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas de injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado” (SANTOS, 2019, p. 17).

As epistemologias dissidentes contrapõem o racismo epistemológico e as políticas educacionais homogeneizantes e excludentes. Questiona os modelos da pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a compartimentada e tecnicista, afirmando que estas seriam incapazes por si só de romper com o sistema hegemônico vigente.

2.4 Colonialidade do poder e masculinidade hegemônica

A colonialidade, segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2020) é uma forma padrão de exercício de poder “[...] que não se limita as relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial” (2020, p.18). Nessa mesma linha está o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, vejamos a explicação proposta por Ochy Curiel (2020):

A colonialidade do poder implica relações sociais de exploração/dominação/conflito em torno da disputa pelo controle e domínio do trabalho e seus produtos, da natureza e seus recursos de produção, pelo

controle do sexo e seus produtos, da reprodução da espécie, da subjetividade e seus produtos, materiais e intersubjetivos, inclusive o conhecimento e a autoridade, e seus instrumentos de coerção. (CURIEL, 2020, p. 142).

O artigo de Maria Lugones, presente na obra *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais* (2020), também se embasa nas ideias de Aníbal Quijano e problematiza aspectos relacionados à colonialidade do poder. Para ela, as estruturas presentes nas “relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle dos quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos” (LUGONES, 2020, p. 61), estruturam o capitalismo juntamente com o eixo da modernidade. Isso faz com que o patriarcado e a masculinidade hegemônica ainda influenciem verticalmente as disputas pelo controle dos corpos.

A definição do termo masculinidade hegemônica adotado nessa pesquisa é a proposta por Connell. De acordo com o seu artigo escrito conjuntamente com James W. Messerschmidt, publicado em 2013 no Brasil com o título “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, o termo surgiu na Austrália no início 1990 tendo como base epistemológica “[...] as teorias feministas sobre o patriarcado e os debates sobre o papel dos homens na transformação do patriarcado” (2013, p. 243).

Acompanhando o entendimento supracitado, pensar a masculinidade hegemônica por esse viés é construir um pensamento crítico que questione qualquer modelo que se pretenda universalizante acerca da categoria de homem e as práticas de reprodução que os envolvam e que possibilitem a dominação dos modelos sociais de gênero e colocando-se no topo da hierarquia social.

2.5 Movimento de mulheres, Feminismo e Feminismo Lésbico

O Feminismo, como destaca de forma crítica, Drucilla Cornell (2018), tem como pressuposto o embasamento teórico que versam sobre as construções simbólicas do corpo feminino e do que seria ser Mulher. Dentro dos feminismos, conceitos biologizantes sobre o que é e como está conformado o corpo feminino e como as fantasias da feminilidade são construídas e limitadas dentro do entendimento da heterossexualidade são contestadas.

[...] Um aspecto crucial do feminismo ético é que ele alargue continuamente o espaço no qual possamos tanto escrever quanto falar da rica e multifacetada sexualidade de uma criatura que luta para obter individualização das limitações impostas pela hierarquia de gênero e da rígida identidade de gênero (CORNELL, 2018, p. 117-118).

Na acepção de Woodward (2000), o feminismo se dirigia especialmente às mulheres e à política sexual, às pessoas lésbicas e gays, sendo que a política de identidade era o que definia esses movimentos sociais da década de 1960, trazendo a preocupação sobre o que significa identidade, como ela é produzida e é contestada.

Sendo assim, consideramos o reconhecimento do lesbofeminismo como um movimento político e, por isso, necessário para a (des)construção de paradigmas conceituais oriundos da educação colonial, patriarcal e racista. Isto porque, a potência de subversão que os conceitos feministas trazem ajuda a desaprender o que a razão colonial e imperial nos trouxeram como epistêmico. Afinal, essa é uma teoria que possui base científica e é um movimento de luta que se utiliza da argumentação sobre a proibição e a repressão de gênero, latentes em nossa sociedade.

Nesta perspectiva, utilizamos para embasamento e referencial teórico desta investigação, autoras feministas lésbicas. Dentre elas, destacamos: Judith Butler (2019) para embasamento sobre a desconstrução do conceito de heteronormatividade; Angela Davis (2016), para empoderar a escrita da dissertação dentro da perspectiva de uma sociedade livre de qualquer tipo de opressão; bell Hooks (2019) para permitir observar as narrativas dentro dos eixos antissexista, antirracista e anticlassista. Além de outras autoras mencionadas, recorreremos a outras ao longo da pesquisa, que permitam embasar a descrição das narrativas das entrevistas dentro dos eixos antissexista, antirracista e anticlassista.

Para Monique Wittig (2019, p. 116), o feminismo lésbico é “potencialmente a maior força no mundo hoje para uma transformação completa da sociedade e da nossa relação com a vida como um todo”. É preciso considerar que a partir da década de 1970 surgem produções e a visibilidade do feminismo lésbico. É através deste movimento que a visibilização dos corpos diversos ganha notoriedade, pois o movimento feminista até então não reconhecia questões de análise sobre a legitimidade do corpo feminino, raça e etnia (AKOTIRENE, 2020, p.51-52). Mas, junto a outros movimentos sociais que emergiram no Ocidente nos anos 1960 e, especificamente, em 1968, as hierarquias burocráticas foram questionadas, assim

como as lealdades políticas tradicionais e atravessaram a divisão de classe e de direção às identidades particulares de seus sustentadores (WOODWARD, 2000).

Tânia Navarro-Swain (1999, p. 120) descreve um movimento entre os dois conceitos “[...] lesbianismo e feminismo não se encontram em polos opostos ou em termos de positivo/negativo, pois as posições de sujeito pontuais e locais serão palco de configurações identitárias na criação de estratégias de dissolução e resistência à violência da norma”. Nesse sentido, o movimento feminista lésbico traz pontos de vista específicos sobre as opressões e dominações que invisibilizam e homogeneizam os corpos feminino, marginalizando aqueles que fogem à norma. Essa norma racista, classista, heterossexista e religiosa fez com que o movimento feminista lésbico se tornasse o principal movimento de crítica à heteronormatividade.

Aos poucos, o movimento das mulheres lésbicas adquire autonomia, funda suas próprias organizações. produz crítica a misoginia, ao patriarcado e a forma falocêntrica do movimento homossexual, dominado por homens; apoiadas nas argumentações feministas para propagar a insatisfação com a ausência de lugar nos movimentos feministas e homossexual (SOARES; COSTA, 2012, p. 27).

No Brasil, como relatado por Patrícia Lessa, “A atuação das lesbianas, como se pode constatar, tem sido bastante expressiva no Brasil; muitas são as dimensões dos movimentos lésbicos com uma diversidade de problemáticas [...]” (2007, p. 96). As contribuições de mulheres que adotam uma perspectiva epistemológica feminista decolonial são muito importantes e têm produzido conhecimentos acadêmicos que propõem a reconstrução e produção de conhecimentos e de saberes fortalecem uma perspectiva crítica de compreensão dos espaços sociais, evidenciando os seus traços de opressão e abrindo mais espaços a serem ocupados por movimentos feministas e homossexual.

2.6 Lesbianidade, interseccionalidade e descolonização do corpo na instituição de ensino.

A lesbianidade é, em si, uma forma de resistência aos padrões heteronormativos, patriarcais e sexistas. A conceituação baseada na compreensão sobre o *continuum lésbico* (RICH, 2019) é a chave para compreender a existência fluida e sem definições binárias das mulheres lésbicas. É a não definição do corpo

lésbico que o define. Navarro-Swain (2000, p. 86) afirma que “Não há UMA sexualidade lesbiana, pois não há um modelo a ser seguido, não há uma receita, não há mistérios [...]”.

Lessa (2007), em sua tese de Doutorado, trata dos movimentos de lesbianas no Brasil e suas representações sociais e, recorrendo ao pensamento de Wittig (1998), conceitua o termo lesbianidade como uma categoria para além da definição de homem e mulher. Para a autora, ser lésbica é um ato revolucionário que não se enquadra nas categorias de sexo e desafia as normas de gênero, por isso, tem como ideias centrais a dissidência e a descolonização do corpo. Isto porque, o não silenciamento das diferenças que reduzem o corpo da mulher a um estereótipo pré-estabelecido é uma busca importante do movimento lesbofeminista.

A descolonização do corpo exige a integração entre teoria e prática e, além disso, é preciso de compromisso com a aplicação de estratégias metodológicas eficientes no seu enfrentamento, principalmente porque as mulheres são as principais vítimas de violências relacionadas a gêneros.

Na verdade, nesse processo de desconstrução de preconceitos, combate à discriminação, exclusão e colonização dos corpos em uma sociedade patriarcal como a que pertencemos, presenciamos atrocidades, conflitos e violências estruturais ligadas a gênero e suas intersecções com raça/etnia, classe. É fundamental compreender que o corpo é um instrumento político e as normas, regras e imposições afetam e colonizam os corpos, fragilizando os corpos de mulheres, o homossexual, as pessoas negras, os indígenas, enfim, o ser humano, determinando, por exemplo, o que se pode fazer com o próprio corpo ou não.

Dentro da academia, em espaços de discussão de instituições de ensino superior que vêm sendo ocupados por movimentos lesbofeministas, a descolonização do corpo é um tema importante. O lesbofeminismo tem se destacado por pensar de forma comunitária sobre problemáticas do pensamento heteronormativo que envolve todos os corpos desviantes dessa norma que ainda é imposta na sociedade.

É importante destacar que lutar contra a não legitimação e a exclusão do Outro, da supremacia heteronormativa branca não é uma tarefa muito fácil. A partir do entendimento de que a linguagem é um mecanismo de poder, observamos que é fundamental procurar compreender para subverter, pois “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco” (RIBEIRO, 2019, p. 24).

Ribeiro (2019), ao descrever a reflexão de Audre Lorde (2018) e Lélia Gonzalez (1983), nos dá uma pista das vozes que são reconhecidas e legitimadas na sociedade. A autora (RIBEIRO, 2019) chama a atenção sobre a importância de discutir os privilégios da branquitude que permanece reproduzindo estereótipos que perpetuam o racismo em nossa sociedade. Os movimentos feministas e lesbofeministas não estão imunes ao racismo. Ribeiro (2019) lembra que para utilizar o privilégio da branquitude na partilha de processos de resistências é preciso, antes de tudo, que haja um reconhecimento e compreensão das interseccionalidades. Além disso, o reconhecimento do próprio privilégio não deve implicar em práticas que levem a falar pelo Outro, reforçando a exclusão e invisibilização de grupos subalternizados. Nesse contexto, cabe aos brancos desconstruírem questões que envolvem a vulnerabilidade e, assim, desordenar os privilégios e oportunismos que envolvem a identidade branca (AKOTIRENE, 2020, p. 49-50).

Para isso, a professora e o professor universitários, bem como os professores da educação básica, precisam estar atentos em sala de aula, observar de que modo a linguagem é utilizada para não perpetuar discursos de hegemonia patriarcal entre alunos(as). Cuidar do ambiente de aprendizado é também valorizar o pensamento crítico e abrir caminhos para que este seja construído a partir da sua atuação, da mediação do conhecimento e da desconstrução das hierarquias nas relações entre docentes e discentes.

Os futuros licenciados são os futuros profissionais que atuarão nas salas de aula das escolas de educação básica e terão a função de formar cidadãos. A política da educação e a visão dominante do social entendida como “a realidade” é, em realidade, apenas um ponto de vista nutrido por práticas de poder que se perpetuam ao longo da história com a manutenção de opressões de determinados grupos. Aquilo que passa por ‘realidade’- a ‘realidade’ da globalização, do mercado, da competição – não passa de uma forma específica, particular, de construí-la” (SILVA, 1998, p. 7).

A homofobia, o heterossexismo, o racismo, o machismo e o autoritarismo hoje presentes em nossa sociedade, não são atos isolados de indivíduos que possuem pouca representação social, são problemas sistêmicos e estruturais. Por isso, não é difícil perceber a sua presença e consequências em todos os segmentos sociais e diversas instituições que travam guerras contra os pobres, contra as pessoas, que em virtude de sua raça, etnia, língua, sexo, sexualidade e classe “são reduzidas, no melhor das hipóteses, a meios-cidadãos e, na pior, a um inimigo nacional que é

responsável por todos os males de nossa sociedade” (MACEDO e BARTOLOMÉ, 1998, p. 19).

A Universidade e a escola devem firmar parcerias contra essa problemática, buscar estratégias de combate e um dos instrumentos necessários é a preocupação com a formação de profissionais que tem como função formar cidadãos e cidadãs no contexto das instituições de ensino. Isso pode se dar através do compromisso com o combate a qualquer opressão de gênero, raça e classe, como ponto de partida para a descolonização do ambiente acadêmico. Esse é um caminho possível para compreender como as opressões dos corpos ocorrem e também constroem subjetividades sobre a sexualidade humana.

Decolonizar a posição de privilégio na universidade “é um ato político que envolve desde o pensamento às ações” (KUMPERA, 2019, p. 138-143). A necessidade de romper com o silêncio e construir bases de análise para o racismo, o colonialismo e o sexismo que permeiam a nossa educação é o que deve mover o pensamento na sala de aula/na instituição de ensino. Pois, é notória a necessidade de novas linguagens para além do modelo eurocêntrico, principalmente na Bahia, onde têm-se a capital mais negra do país⁵.

O movimento global da interseccionalidade tomou amplitude acadêmica mundial pela voz de Kimberlé Crenshaw (1991). No entanto, antes deste conceito ser oficialmente cunhado, ele já era uma realidade que vinha sendo desenvolvida por diversas feministas negras ao longo da história e que segue ecoando nas escritas de autoras contemporâneas como Djamila Ribeiro (2017), Chimamanda Ngozi Adichie (2015), Angela Davis (2016), Audre Lorde (2019), bell hooks (2019), Patricia Hill Collins (2016), dentre outras, que interseccionam os saberes sobre o feminismo lésbico, feminismo *Negro* e a decolonialidade.

Vale destacar que as questões interseccionais não podem ser descartadas na pesquisa, pois, “qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros [...] não existe hierarquia de opressão” (LORDE apud AKOTIRENE, 2020, p. 43). Pensar gênero na perspectiva interseccional exige uma abordagem crítica às formas de análise das abordagens tradicionais de produção do conhecimento e de saberes nas

⁵ Segundo o censo de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 82,1% da população de Salvador se autodeclararam negras.

instituições de ensino e, ao mesmo tempo, deve-se apresentar essa categoria como um instrumento de educação para a cidadania e de emancipação política.

Lemos (2019) lembra que,

A interseccionalidade dos estudos sobre feminismo, sexualidade e as críticas a preponderância de estudos sobre a heterossexualidade, contribuíram para a formação do feminismo lésbico, que além de ser uma prática política que prioriza como bandeira de luta da lesbianidade, estimula a construção da visibilidade em torno desta identidade política e suas memórias, assim como entende a sexualidade como fator de opressão, para além das relações de gênero, raça e classe (LEMOS, 2019, p. 40).

Para Akotirene (2020, p. 14), o termo interseccionalidade pode ser definido como um posicionamento do feminismo negro frente às formas de opressão, subordinação e dominação, “desfazendo a ideia de um feminismo global hegemônico”. Portanto, podemos assim entender com apoio da autora que esse é um termo tratado como uma perspectiva, um instrumento heurístico e metodológico. Desse modo, a autora reconhece a inseparabilidade entre capitalismo, racismo e cisheteropatriarcado e lembra que esta é uma forma de expor as mulheres negras, lésbicas, homossexuais aos trânsitos dessas estruturas.

Akotirene (2019) também compartilha a definição de patriarcado que foi adotada neste trabalho.

O patriarcado é um sistema político moderador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. E reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas (AKOTIRENE, 2019, p. 67).

Além dessa preocupação com a cultura e dominação masculina, a autora demonstra preocupação com a apropriação da interseccionalidade pelo pensamento neoliberal, pois se isso ocorrer, suas consequências podem levar à redução e até a simplificação de sua conceituação. Este alerta tem muito sentido nos dias de hoje, quando já se percebe a investida neoliberal e de extrema direita contra o pensamento crítico a partir da apropriação de conceitos importantes para grupos subalternos, propondo alterações de sentido que ocultam os propósitos de libertação que impulsionaram as feministas negras interseccionais.

Mas observamos que a definição do termo interseccionalidade, conforme compartilha Akotirene (2020), impulsionou a comunidade científica a deixar de lado pontos de vista simplistas em direção à real complexidade que o cruzamento de opressões pode trazer para o entendimento de realidades diversas, sobretudo aquelas que são diferentes das experienciadas por pesquisadores e pesquisadoras. Essa seria a grande virada descolonial, pois trata-se de fugir de uma visão cartesiana e assumir o universo de possibilidades que surge com a diversidade. Essas mudanças significativas trazidas para o campo científico e social no final da década de 1960 trouxe mais potência aos estudos feministas e de gênero no espaço acadêmico.

Dentre as autoras que participaram dessa construção de conhecimento decolonial, destacamos Angela Davis (2016), feminista estadunidense, marxista, mulher lésbica e negra, militante na luta por igualdade, que tem como base de seus pensamentos, esclarecer como é possível conciliar o pensamento acadêmico com a luta coletiva de liberdade de todas as pessoas, independente da diferença e da diversidade de gênero, raça/etnia, classe social. Em seu livro "*Mulheres, raça e classe*", publicado originalmente em 1981, a autora inicia a sua discussão falando da escravidão e seus efeitos e utiliza a análise de discurso para embasamento de sua pesquisa, buscando a compreensão sobre como as opressões se combinam ou se sobrepõem no cotidiano e na profissão das interlocutoras de sua pesquisa.

Na perspectiva da Angela Davis (2016), reconhecer, compreender, voltar à fonte de conhecimento invisibilizado através da leitura de escritas de mulheres traz a potência necessária para compreender o feminismo, seja sob a ótica do conhecimento científico, ou sob a ótica do posicionamento pessoal, o que ajuda a desmistificar e sensibilizar as mulheres sobre as formas de opressão que a sociedade cisheteronormativa impõe.

Na sociedade contemporânea, a suposta supremacia heterossexual e masculina é sustentada e promovida pelo heterossexismo, machismo, sexismo e pela deslegitimação da existência lésbica e, nesse sentido, é um desafio fazer desaparecer o modelo heterossexual. Ochy Curiel (2017) fala da importância de interrogar os processos de produção das estruturas de opressão do sistema-mundo colonial e Teixeira et al (2017, p. 114), em entrevista com Curiel (2017), afirma que "Nossa luta, como lésbicas feministas, é fazer desaparecer o modelo heterossexual e não nos incorporar ao modelo heterossexual".

O que o movimento lesbofeminista, desde uma perspectiva decolonial, propõe não é a aceitação das lésbicas no modelo vigente, mas sim a destruição desse modelo e construção de uma nova realidade que, não só nos caiba, mas que abranja a tantas quantas sejam as formas de existir no mundo. As mulheres são seres sociais que internalizam as ideias através da socialização e, nesta sociedade, a mulher será livre a partir do momento que as expectativas de gênero não forem mais uma forma de hierarquizar e perpetuar o patriarcado (ADICHIE, 2015, p. 33).

Nesse aspecto, conforme Preciado (2014), todo o embasamento utilizado de autoras mulheres pode, ao atravessar os fundamentos da teoria e da política da identidade, buscar embasamento para subverter os efeitos da norma. Ou seja, para que a invisibilidade lésbica deixe de existir e a forma de viver a sexualidade seja considerada como legítima, sem preconceitos e discriminação, é preciso combater o heterossexismo, o machismo, o sexismo e as formas de dominação e poder.

O pensamento lésbico está presente tanto na militância nos movimentos sociais, como produzindo um conhecimento epistêmico [...]. Percebemos a necessidade de dialogar esse conhecimento com os conceitos das teorias decoloniais que elaboram a problematização da colonialidade do poder, do saber e do ser, como um constructo da modernidade, e que gera hierarquizações e opressões, sendo a heterossexualidade um dos pilares dessas opressões (TOLENTINO, 2017, p. 50).

Trazendo essa perspectiva para o objeto de pesquisa deste trabalho, destacamos a potência de uma possível incorporação do lesbofeminismo às práticas docentes de professoras universitárias, sobretudo as que se identificam como lésbicas. É indiscutível o caráter subversivo deste movimento político-acadêmico e as práticas subversivas são um possível ponto de partida para o enfrentamento de dicotomias hegemônicas e de privilégio.

Afinal, é através do reconhecimento da própria identidade política e do reconhecimento das interseccionalidades de gênero, raça e classe que será possível construir um pensamento crítico que mova uma práxis favorável às rupturas necessárias dentro do ambiente acadêmico, especialmente quando se trata de discutir a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais e a exclusão como resultado dessas questões.

Abreu et al (2019), no artigo “Pintando bocas monstros por meio da Pe-drag-ogia”, propõem uma transformação da pedagogia formal, “que exclui, violenta e silencia bocas não contempladas pelos padrões hegemônicos de normalidade” (ABREU et al, 2019, p. 101), por meio de uma pe-drag-ogia, inventiva, pirateadora,

amorfa e transformista. Para as autoras, “a ideia de uma pe-drag-ogia é evocar as inventividades, os trânsitos e as potencialidades de desestruturar expectativas sociais” (p. 102). Para tanto, é preciso buscar estratégias para

A discussão perpassa teorias educacionais para pensar como os processos escolares e/ou educativos tentam moldar e violentar corpos e subjetividades dissidentes, flertando com as teorias interseccionais e uma educação que priorize a autonomia, o exercício de falar de si, embasando-nos em diferentes autoras que propõe formas pedagógicas contra hegemônicas [...] (ABREU et al, 2019, p. 102).

A partir dessa perspectiva, aprender é revisitar, movimentar. E revisitar o conceito de epistemologias feministas lésbicas, desde a decolonialidade, traz a potência de subversão, de desconstrução de conceitos, de ideias e permite a compreensão sob a perspectiva interseccional sobre as formas de opressão, de poder e dominação existentes na sociedade.

Não queremos com essas observações essencializar as identidades ou afirmar nenhuma supremacia da produção endógena lésbica nem deixar de considerar a pluralidade de experiências dos grupos identitários. Importa-nos, porém, situar a necessidade de se tratar a lesbianidade a partir de um olhar não impregnado de valores e cultura masculina, colonizado, que atravessa as publicações sobre as homossexualidades de uma forma geral, reproduzindo especificidades do universo gay sem dar visibilidade às peculiaridades do mundo lésbico (SANTOS et al, 2017, p. 1).

A ação política do movimento feminista lésbico é também um aporte teórico, pois a sua prática também constrói teoria. Uma lésbica que traça linhas de fuga para construir seu território no meio da cisheteronormatividade, independente de possíveis leituras teóricas, traça estratégias que superam a ideia binária perpetuada pela heterossexualidade compulsória, pois permite uma existência a partir de múltiplas identificações que não devem se sobrepor ao serem analisadas.

Por fim, podemos dizer que para pensar os problemas vividos pela lesbianidade, na sociedade brasileira, é preciso entender as lentes através das quais o patriarcado e a colonização dos corpos retratam as condições de submissão e de exclusão social das lésbicas. E a instituição de ensino superior é um espaço importante para discutir os processos de resistência e insurgência aos poderes estabelecidos, pois é um lugar de construção de conhecimentos/saberes, de reflexão epistemológica e, assim, se comprometer com a descolonização do feminismo.

2.7 Epistemologia lésbica e suas subjetividades para subversão

A epistemologia lésbica e suas subjetividades para a subversão trazem para o meio acadêmico bases para a compreensão de matrizes de dominação que invisibilizam corpos que fogem à norma cishetero. Para Curiel (2020), as metodologias feministas, através do desengajamento epistemológico, contribuem para a descolonização da prática metodológica e pedagógica, ao reconhecer e legitimar o saber subalternizado e problematizar as condições em que ocorre a produção do conhecimento.

A conhecida “segunda onda do feminismo” foi um marco importante para o movimento lésbico. Ocorreu no final da década de 1960 e início de 1970 e foi marcado pela luta por igualdade jurídica e social das mulheres oprimidas pela estrutura heterossexista. Além disso, esse movimento trouxe a abertura crítica para as mulheres sobre padrões heteronormativos nas normas e condutas sociais. E, através da mídia de massa divulgavam, por coletivos, que as lésbicas buscavam com a informação alertar sobre os padrões heteronormativos e patriarcais, bem como, lutar contra as definições essencialistas baseadas na categoria do sexismo (CURIEL, 2020).

No Brasil, como movimento político, o movimento lésbico tem como marco a luta emancipatória e a criação do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), tornando-se o primeiro grupo de lésbicas no Brasil. Cabe salientar que este grupo surge durante os Congressos da Mulher Paulista e, também, após palcos de disputas sexistas dentro do Congresso e do próprio movimento de militância homossexual e feminista, que invisibilizavam até então as demandas das lésbicas. Isto é, dentro de movimentos que lutavam contra a dominação, também estavam presentes as contradições através de outras hierarquizações de marcadores sociais. Desse modo, surgem conflitos políticos entre os movimentos e muitas vezes provocam a desarticulação entre mulheres lésbicas e o feminismo.

Com o tumulto político estabelecido entre os movimentos sociais e o desagregamento das mulheres lésbicas ao feminismo, criou-se entre o grupo SOMOS e o subgrupo de Ação Lésbica - Feminista um afastamento irreconciliável, resultando então, na saída das mulheres lésbicas do grupo SOMOS, e na criação do GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista), o primeiro grupo de lésbicas no Brasil (FERNANDES apud IZIDORO et al, 2019).

O GALF é um movimento muito importante e se destaca pela sua história, dimensões políticas, ativistas e subjetivas, é resultado de lutas e resistências. A organização política dos estudos lésbicos surge da “mobilização social, organização e publicação de revistas, jornais e boletins, com reflexões importantes que foram dando caminhos às discussões sobre lesbianidades” (LEMOS 2019, apud LESSA, 2007).

Nesse contexto de lutas e transformações, as datas políticas foram consideradas importantes, como por exemplo o dia 29 de agosto, em que se comemora o “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica” instaurado a partir do I Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE, em 1996. E o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, comemorado em 19 de agosto que tem como marco a conquista de permissão judicial para vender o Boletim ChanacomChana no Ferro’s Bar. Esse boletim foi uma publicação dos coletivos que constituíram grupos de mulheres lésbicas para protagonizar a mobilização ocorrida em São Paulo, em 1983, a favor do ChanacomChana, um instrumento de reivindicação e debates políticos e a luta pela redemocratização do país.

Mesmo diante dos avanços na organização política dos estudos lésbicos, é possível dizer que os espaços para a lesbianidade ainda são restritos. Contudo, percebemos que há mudanças significativas e, não há dúvida de que expandir o conhecimento sobre o feminismo lésbico traz a compreensão deste movimento como um sistema e regime político que se constrói desde o começo da década de 1970. Desta forma, reconhecer as histórias das mulheres lésbicas e dos grupos de militância potencializa o feminismo dentro do campo epistemológico que defende a subversão dos padrões excludentes, reafirmando e reconstruindo a diversidade e a pluralidade necessária. O movimento do feminismo lésbico tem progredido e observamos uma notória intensificação das produções científicas que têm como lugar de fala a lesbianidade. Esse incremento relaciona-se diretamente com a conquista da autonomia do movimento lésbico diante dos movimentos de mulheres e homossexual (SANTOS et al, 2017, p.1).

Isso não significa que não deva haver diálogos e pontes com esses outros movimentos que trazem importantes aportes teóricos para a luta lesbofeminista. Como afirmam Tolentino e Batista (2017), a lesbianidade também é outra forma de viver o mundo que está em constante embate com as premissas da colonialidade e do moderno Estado-Nação e os referenciais feministas trazem bases para análise das

correlações existentes da colonialidade. Ao utilizar uma teoria de subversão, como por exemplo, a teoria feminista lésbica, tem-se embasamento para desestruturar a hierarquização do poder, da exclusão e da identidade. Afinal, o problema não é a identidade, mas a desigualdade que é criada a partir das identidades e essa hierarquização reforça a divisão de gênero.

Se a colonialidade do poder precisa dos corpos das mulheres colonizadas e das não colonizadas para sua reprodução sexual e econômica, as mulheres que se recusavam a entrar nessa lógica seriam (no passado) e continuam sendo até hoje, violentadas e reprimidas nos mais diversos âmbitos de suas vidas. Esses fatos podem explicar o porquê de a produção do conhecimento localizado de mulheres lésbicas, principalmente das ex-colônias, ser incipiente e ainda não muito explorado no meio acadêmico (TOLENTINO e BATISTA, 2017, p. 48).

A partir dessa compreensão de Tolentino e Batista (2017), é possível relacionar o pensamento e a prática de forma dialética com as subjetividades e tratar essa relação como uma condição substantiva para permitir mostrar se algumas identidades são desmerecidas no campo epistêmico, como dizem.

Nesse sentido, podemos buscar apoio de Mignolo (2008) para afirmar que decolonizar a epistemologia é importante para a localização do conhecimento sobre as legitimações das identidades. Como também para entender como e porque alguns grupos são privilegiados em relação a outros e como a desobediência epistêmica “desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Nas trilhas de Butler (2019), podemos entender que se basear no feminismo lésbico para trabalhar com essas questões traz o posicionamento teórico e político necessário para a resistência e a construção de identidades diversas. Isto porque, certamente, as professoras que utilizam posições teóricas e metodológicas, baseando-se nessa epistemologia, deslocam para o meio acadêmico a possibilidade de desconstruções marcadas pelas diferenças e compreensões dos sujeitos plurais.

Nesse sentido, é possível investigar a atuação das professoras lésbicas a fim de mapear de que forma o exercício docente é marcado pela vivência enquanto mulheres de forma geral, e lésbicas, mais especificamente. Partiremos das epistemologias do Sul e de teorias lesbofeministas para analisar os dados, no entanto, a adoção ou conhecimento dessas teorias pelas parceiras de pesquisa entrevistadas não foi um requisito.

Ballestrin (2013, p. 100), ao citar Mignolo (2010, p. 12), descreve que as relações da colonialidade do poder interferem nas relações das esferas econômica e política, pois estas não acabaram com o fim do colonialismo e influenciam diretamente nas estruturas do saber, do ser e do poder. Esses marcadores pautam-se na formação das identidades sociais e históricas que interferem nas condições de vida da mulher através dos processos de significação.

Sobre essas questões, com apoio de Cornell, é importante perguntar: “Como podemos nos responsabilizar pelo que é inconsciente?” Assim, responde:

Existe aqui um paradoxo, mas que é inerente ao feminismo. O desafio que nos faz o feminismo é tentar chegar a um acordo com os resultados prejudiciais de fantasias inconscientes que dão corpo à hierarquia de gênero. Como argumentei, o feminismo ético exige que o pensamento filosófico da relação ética confronte a maneira com que esta é informada e moldada pela fantasia psíquica da Mulher. O próprio processo de criar consciência exige que lutemos para que modelos inconscientes se tornem conscientes sem, por definição, saber se estamos sendo bem-sucedidas ou autênticas. É o Outro, incluindo o outro em nós mesmos, que nos chama a essa responsabilidade (CORNELL, 2018, p. 138-139).

A partir dessa provocação de Cornell (2018), podemos concluir, ressaltado a necessidade de lançar um olhar sobre as práticas sociais, pensar numa perspectiva contra-hegemônica e apostar numa política do lesbofeminismo antirracista decolonial para buscar possibilidades de criar consciência sobre a importância de combater a opressão histórico-colonial. A apropriação desses conhecimentos no espaço acadêmico é muito importante, pois a universidade é um ambiente apropriado para falar, debater, refletir, experimentar e fortalecer a cidadania, a democracia social, a justiça social e os direitos humanos e sociais, além de preparar professoras e professores para atuar na educação básica – espaço de educar para a cidadania e estimular os/as alunos/as a pensar.

2.8 Repensando as instituições de ensino superior e os processos de produção acadêmica sobre perspectivas dissidentes

A produção acadêmica de forma geral e, mais especificamente, nas instituições de ensino superior vem sendo questionada e repensada à medida que perspectivas dissidentes ganham espaço e expandem o seu arcabouço teórico. As mais diferentes

áreas do conhecimento vêm se debruçando sobre o tema, nesse trabalho nos interessa mais especificamente aquelas que problematizam a construção e reprodução de um padrão de masculinidade hegemônica e heteronormativa dentro das salas de aula, fortalecendo discursos de poder que permanecem presos a uma construção fundamentalmente heterossexual, sufocando outros pontos de vista.

Destacamos aqui que entendemos que o rol de atuação das instituições de ensino superior extrapola as salas de aula e também abarcam os campos de pesquisas e extensão, conformando o tripé que forma as Universidades. Cada um desses campos apresenta suas especificidades e enfrentamentos. Os embates vividos dentro de centros de pesquisa e inovação tecnológica, por exemplo, sofrem com as disputas por financiamento e as cobranças por resultados favoráveis. Alguns campos de extensão recebem mais incentivo do que outros e o sucateamento das Universidades e precarização do trabalho docente também impactam duramente o ensino nessas instituições.

A despeito de qualquer preferência política ou orientação ideológica, o que se defende aqui é a importância da presença de perspectivas plurais dentro do espaço universitário. Para os estudos decoloniais, isso só é possível através da desconstrução de certa rigidez acadêmica que apenas reproduz saberes oriundos da Europa e Estados Unidos. Grosfoguel (2016) afirma que os diálogos de pesquisa devem produzir vários ângulos, a depender do objetivo a ser alcançado. Assim, podemos compreender que,

A existência de diversidade epistêmica garante o potencial para os esforços de decolonização e de “despatrialização” que não mais estão centrados nas epistemologias e visões de mundo eurocêntricas. Para nos movermos além da Modernidade eurocêntrica, Dussel propõe um projeto de decolonização que utiliza continuamente o pensamento crítico das tradições epistêmicas do Sul. É a partir dessas tradições diversas que podemos construir processos que vão trazer ideias diferentes e instituições apropriadas pela Modernidade eurocêntrica para decolonizá-las, em diferentes direções. Na Modernidade eurocêntrica, o Ocidente sequestrou e monopolizou as definições de democracia, direitos humanos, libertação da mulher, economia etc. A transmodernidade implica uma redefinição desses elementos, em diferentes direções, de acordo com a diversidade epistêmica do mundo, em direção a uma multiplicidade de sentidos até um mundo pluriversal (GROSFOGUEL, 2016, p. 44).

De acordo com o pensamento de Grosfoguel (2016) e outros referenciais deste trabalho, desnaturalizar o privilégio epistêmico através do feminismo traz para a academia uma virada linguística necessária para a transformação histórica na

filosofia e na teoria social. Esta é uma problemática epistemológica que reflete a realidade de forma discursiva sobre os significados sociais culturalmente construídos, recontextualizada e articulada de forma produtiva contra a hegemonia da cultura falocêntrica.

Segundo Fraser (2018), as abordagens ecléticas e neopragmáticas são aconselháveis diante da variedade e fenômenos que podem ser teorizados, principalmente sobre gênero. Pois, esta categoria está presente em diferentes dimensões da sociedade, em diferentes espaços, na economia política e na cultura política, nas esferas públicas e nos aparatos do Estado. Afinal o privilégio de gênero

[...] atravessa domicílios, redes de parentesco e a totalidade de instituições que formam a sociedade civil. Ela opera em todos os sítios de produção cultural e ideológica, incluindo culturas de massa, alta cultura, culturas acadêmicas, culturas de oposição e contraculturas (FRASER, 2018, p. 236).

O currículo disponibilizado por um componente tem que possibilitar a discussão e o processo de ensino e aprendizagem no espaço da sala de aula (LOURO, 2000). Para isso, deverá abarcar também temáticas sobre a sexualidade e trazer um movimento exterior à cultura e, assim, as instituições de ensino superior devem aproximar-se da epistemologia com perspectiva feminista como teoria curricular, pois “arriscar o óbvio” no espaço universitário traz a compreensão para o sujeito sobre o próprio eu e com os outros como forma de aprender a viver e de cuidado (LOURO, 2000, p. 68).

Tunnermann e Chauí (2008, p. 17) acreditam que a análise das relações entre sociedade e universidade “é um dos principais temas na agenda de estudos sobre a educação superior. Não há dúvida de que o mundo acadêmico deva envolver-se mais com os processos sociais, econômicos e culturais [...]”. Decerto, a pluralidade de soluções a partir de diferentes epistemologias e culturas é a chave para responder às questões problema do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista.

A universidade é uma instituição social que expressa a estrutura da sociedade como um todo e seus espaços têm dinâmicas de opiniões, projetos e atitudes conflitantes que refletem as opiniões sobre a sociedade. Nesse sentido, tem que estabelecer em seus espaços de pesquisa um universal abstrato que não favorece a hegemonia do domínio do intelecto e que não atue com condutas instituídas para beneficiar a demanda do capital.

Em relação à prática docente, as professoras têm que criar condições para que a aprendizagem seja efetiva e, para tanto, deve ser desenvolvida através da interação criativa com o conhecimento e estimular os alunos à construção de seus significados sobre a temática dentro da perspectiva libertadora na docência universitária.

É inegável que, através da mediação do professor, os alunos adquirem conhecimentos e competências básicas para sua atuação profissional, bem como para a vida. bell hooks (2013), em seu livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, relata situações de sua vivência como professora que estimula a prática libertadora e feminista em sala de aula.

As professoras e professores devem atuar com entusiasmo para que as práticas pedagógicas transcendam estrategicamente a colonização do saber. A valorização da presença de cada aluna e aluno na dinâmica da sala de aula é parte fundamental desse processo, para que este espaço seja de fato uma comunidade de aprendizagem.

Para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos. A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela (hooks, 2013, p. 22).

As instituições de ensino superior sempre foram reconhecidas como um espaço que oferece a oportunidade igualitária de participação da sociedade, mas que ao mesmo tempo, delimita de acordo com as qualificações sociais a posição profissional a ser alcançada, o que reforça as diferenças e exclusões. Ao produzir conhecimento em seus espaços, tem como função social gerar a universalização do acesso da população ao conhecimento produzido em seus espaços formativos. A instituição Universidade deve estar em uma constante relação dialógica com a comunidade, principalmente a partir da articulação entre ensino, extensão e pesquisa.

Tunnermann e Chauí (2008) consideram que os novos paradigmas para os processos de ensino-aprendizagem constituem-se como uma possibilidade de buscar novos elementos estruturais para a organização acadêmica das instituições de educação superior. Os autores observam que, de acordo com os problemas complexos da sociedade contemporânea, esses paradigmas podem ser resolvidos de acordo com uma perspectiva interdisciplinar. É uma das condições fundamentais para

isso é compreender que o ponto crucial das mudanças acadêmicas é combinar os elementos estruturais da universidade de modo a que sua organização promova e facilite o diálogo, a comunicação, a interlocução entre as disciplinas e o conhecimento promovendo a interdisciplinaridade.

Há uma questão importante a ser discutida no que tange à busca por superar o conceito de educação como mera transmissão/acumulação de conhecimento e informação nos espaços universitários. O modelo pedagógico tradicional entra em crise quando contraposto a diferenças as quais não consegue dar conta e isso passa pela análise crítica do papel docente no processo de aprendizagem universitária. É fundamental entender que “estes desafios da aprendizagem provocam respostas acadêmicas que formam o núcleo dos presentes processos de transformação da universidade e devem inspirar modelos educacionais e acadêmicos” (TUNNERMANN e CHAUI, 2008, p. 33).

Tunnergmann e Chauí (2008) apontam competências básicas que devem ser adquiridas através dessa remodelação do processo pedagógico do ensino superior:

capacidade reflexiva e crítica; - capacidade de solucionar problemas; capacidade de adaptar a novas situações; capacidade de selecionar a informação relevante nas áreas de trabalho, cultura e exercício da cidadania, que lhe permite tomar decisões corretas; capacidade de continuar aprendendo em contextos de mudança tecnológica e sociocultural acelerada, com a permanente expansão do conhecimento; capacidade de buscar espaços intermediários de conexão entre os conteúdos das várias disciplinas, de modo a realizar projetos que envolvam a aplicação de conhecimentos ou procedimentos próprios de diversas matérias; e por fim, capacidade de apreciar a leitura e a escrita, o exercício do pensamento e a atividade intelectual, de modo geral (CHAUI, 2008, p. 33-34).

Grosfoguel (2016) aponta que desde o século XVI, o colonialismo vem promovendo epistemicídios e diversas formas de destruição de conhecimentos, saberes e culturas. Todos e todas que fujam ao que é estabelecido como norma devem ser destruídos ou assimilados em um processo de apagamento que perpassa diversos momentos da história mundial e que tem consequências também nos espaços universitários. Uma nova pedagogia, construída criticamente, deve romper com essa prática. Nesse processo, deverá fomentar a liberdade e a autonomia acadêmica para não perpetuar o privilégio epistêmico dos homens ocidentais de acordo com o seu conhecimento produzido em relação a outros corpos políticos (GROSFOGUEL, 2016).

Muito se fala em corpo ao longo deste trabalho que trata de educação. Isso porque acompanhamos hooks (2000) quando propõe que não há, em essência, uma divisão entre mente e corpo, esta é uma proposta ocidental de controle. Esse é um fundamento importante para a construção de uma pedagogia crítica feminista.

Para Louro (2000, p. 87), a educação feminista quando desenvolvida “para a conscientização crítica está enraizada na suposição de que o conhecimento e o pensamento crítico dados na sala de aula deveriam orientar novos hábitos de ser e modos de viver fora da sala de aula”. Louro (1998) chama a atenção sobre os olhos vigilantes da igreja, da escola, da autoridade e governo que emanam de um único ponto e que são exercidos por múltiplas forças e grupos que regulam nossa existência e consideram-se capazes de vigiar, julgar e marcar a sexualidade e o gênero.

Capítulo III – Pesquisa de campo

Quando me atrevo a ser poderosa, a usar minha força a serviço da minha visão, o medo que sinto se torna cada vez menos importante.
(Audre Lorde, 2021).

3.1 Tipologia, percursos teórico-metodológicos e conceituais da pesquisa

Uma pesquisa teórica, de acordo à definição proposta por Lakatos e Marconi (2003), implica em partir da construção de um referencial bibliográfico sólido que funcionará como base para desenvolver o caráter interpretativo dos dados obtidos. Neste trabalho, adotamos esse formato e a revisão de literatura foi desenvolvida entre os meses de abril e julho de 2020, junto com o levantamento de documentos que pudessem servir como fontes primárias.

Também realizamos uma pesquisa de campo com vistas a aprofundar e verificar como a teoria se transpõe em fatos. De acordo com Gil (2008), o campo utiliza técnicas de observação e coleta de dados, de forma a incrementar a submersão no tema de forma empírica.

De acordo com os nossos objetivos propostos, optamos por uma abordagem descritiva que, de acordo com Goldenberg (2004, p. 27), tem como propósito compreender as significações das interlocutoras da pesquisa conforme suas concepções práticas de construção do mundo social, trazendo para a pesquisa o olhar das pesquisadas.

A pesquisa é descritiva

quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de reações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática (PRODANOV, 2013, p. 52).

As técnicas de pesquisa descritiva implicam em observar, registrar, analisar e classificar os fatos sem que a pesquisadora interfira diretamente na construção dos mesmos. Esta escolha foi aliada a uma interpretação qualitativa dos dados, uma prática que, segundo Koche (2011), constrói uma metodologia que compartilha e

avalia as relações entre as variáveis sem manipular o fenômeno estudado assim, descreve a manifestação espontânea dos fatos, das situações e das condições existentes. Além da pesquisa bibliográfica, partimos nesse trabalho do entendimento da oralidade como um potente espaço de disputa política e epistemológica, por isso, partimos das narrativas das professoras como fonte central de análise.

Na batalha contra determinadas formas de ser no mundo e na compreensão errática ou instrumental sobre a ideologia, o papel da história oral não é apenas o de resistir, mas o de propor soluções, políticas públicas e estimular resoluções nem sempre evidentes sem a experiência de campo (GATTAZ et al, 2019, p. 13).

Definiu-se o campo e as interlocutoras da pesquisa, professoras autodeclaradas lésbicas que atuam em instituições públicas de ensino superior sediadas no Brasil. Quanto à abordagem do problema, utilizou-se a abordagem qualitativa de análise que pareceu mais adequada a uma temática com tal relevância dentro dos estudos das relações sociais que considerem a pluralidade social. E, assim, considerou que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que permite um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, que não pode ser traduzido em números, não pode ser quantificado.

Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa favorece a compreensão das subjetividades dos fenômenos sociais.

[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p. 21).

A pesquisa qualitativa é a que vai dar conta dentro das Ciências Sociais de questões específicas que fogem ao alcance de quantificações, isto é, “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21). Nesse sentido, a observação e análise de práticas docentes de professoras autodeclaradas lésbicas, que pertencem ao quadro docente de quatro instituições públicas de ensino superior, sediadas no Brasil, escolhidas como campo de investigação.

As interlocutoras da pesquisa foram selecionadas entre o conjunto de professoras lésbicas que participaram do II Curso sobre Feminismo Lésbico, realizado

entre março e julho de 2021. Os critérios para a escolha das interlocutoras da pesquisa foram: (1) o autorreconhecimento como lésbica; (2) pertencer ao quadro docente de uma instituição pública de ensino superior; e (3) estarem disponíveis para colaborar de forma livre e ética. Após leitura final da Orientadora, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil e enviado para a apreciação do Comitê de Ética para a sua aprovação, pois a pesquisa envolve seres humanos.

Dessa forma, após a liberação do projeto pelo conselho de ética, foi feito um convite a possíveis voluntárias através do grupo de Whatsapp do curso supracitado. O convite continha informações sobre o projeto, motivações e justificativa para a pesquisa. Com o aceite das futuras entrevistadas e a troca de documentos necessária, foram agendadas as entrevistas em data e horário que melhor se adequasse ao calendário das parceiras.

É importante destacar que no processo da pesquisa foi possível verificar que os dispositivos de gênero influenciam nas relações sociais e, assim, foi possível perceber que é fundamental buscar compreender a fluidez que pode acontecer diante da significação em diferentes contextos sociais e históricos e que pode ser reconhecido até na fala de uma mulher.

Nesta perspectiva, utilizamos o método descritivo para discorrer sobre as subjetividades que envolvem o ambiente de atuação em sala de aula de professoras universitárias investigadas, procurando compreender o que trazem em seus discursos e o que pensam sobre a visibilização da mulher dentro de uma perspectiva política e cultural e como se expressam. A importância de tomar as narrativas dessas mulheres como referência nesse trabalho vem da defesa dos discursos de intelectuais subalternos/as, já que através desses discursos legitimam-se experiências que até então não eram discutidas e analisadas nos espaços acadêmicos. As narrativas representacionais, de acordo com o lugar de fala, validam o outro lado da história e permitem combater as teorias excludentes, baseadas no nacionalismo, autoritarismo, colonialismo e, desse modo, é possível superar o binarismo relacionado ao conhecimento construído no espaço acadêmico.

A pesquisa de campo foi feita através de coleta de dados através de distintas técnicas: observação direta, assistemática e sistemática, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas, estas últimas realizadas com o auxílio de plataformas online como *Google meet* e *TeamsSetupx*. Optou-se pela pesquisa descritiva, pois, apesar de exigir familiaridade com o estudo realizado, esta abordagem possibilitou uma

análise minuciosa dos dados coletados sem interferência da pesquisadora no momento da descrição das experiências, processos, situações e fenômenos de maneira detalhada, com fluidez e respeito à subjetividade.

Nas pesquisas descritivas, as interrelações “são descritas no contexto concreto do caso e explicadas em relação a este” (FLICK, 2004, p. 22). Além disso, ao registrar, estudar e interpretar um problema de pesquisa, o pesquisador interage com o campo e os sujeitos para produzir os dados empíricos necessários para a interpretação das hipóteses formuladas. Nessa perspectiva, visando alcançar o objetivo proposto, a presente pesquisa foi planejada e realizada em três etapas: **(1)** elaboração do projeto e do marco teórico conceitual da pesquisa; **(2)** execução da pesquisa; **(3)** escrita da dissertação.

A primeira, uma fase exploratória, destinada para a elaboração do projeto e delimitações necessárias para a entrada no campo. Nessa fase, após realizar os ajustes necessários com a orientadora, delimitar o tema, definir o problema e os objetivos, demos sequência com a construção do referencial teórico que acompanhou a Dissertação até a sua entrega final. Pois, “a pesquisa científica requer flexibilidade, capacidade de observação e interação [...]” com os interlocutores da pesquisa e, assim, ao definir as categorias fundamentais será destacada a forma e o conteúdo mais importantes da teoria (GOLDENBERG, 2004, p. 79).

Tendo como base a clareza e a relação com os fenômenos estudados, foi formulado as proposições da pesquisa (pois a pesquisa qualitativa não exige hipóteses, mas as proposições são fundamentais nesse percurso), que foram confirmadas pela presente pesquisa. Tais proposições partem da pesquisadora e norteiam indagações que foram realizadas no decorrer da investigação, sobretudo, no decorrer da coleta de dados para responder ao objetivo proposto pela pesquisa.

Para isso, foi necessário construir o embasamento por meio de teorias que ajudaram a levantar as questões, dar clareza para organizar e analisar os dados, colaborando para esclarecer o objeto de investigação (MINAYO, 2007, p. 17-18). Para tanto, foi elaborado o marco teórico da pesquisa entre os meses de março e outubro de 2021, considerando as questões que foram surgindo ao longo da investigação.

Na segunda etapa supracitada, foi realizada a pesquisa de campo, com a aplicação da abordagem descritiva e qualitativa de análise. Consistiu em levar para a prática empírica as teorias acumuladas até o momento. Essa fase combinou “com instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e

interlocução com os pesquisados, levantamento do material documental e outros” (MINAYO, 2007, p. 26). E, também, teve como finalidade trazer a resposta necessária para a confirmação ou negação da questão problematizadora da pesquisa.

Em um primeiro momento foi realizada uma observação direta e assistemática, portanto, não estruturada, de forma livre e sem planejamento prévio, entre os meses de março e julho de 2021, com a intenção selecionar professoras autodeclaradas lésbicas e que pertencessem ao quadro docente de instituições públicas de ensino superior. Essa seleção foi feita a partir da participação no II Curso sobre Feminismo Lésbico, realizado de forma independente por Ana Carla Lemos⁶, entre março e julho de 2021, com objetivo de criar redes de apoio e investigação através do intercâmbio de experiências compartilhadas em forma de narrativas de pesquisadoras lésbicas.

Durante o decorrer do evento, foi possível observar previamente como as professoras lésbicas participantes elaboram suas práticas/saberes docentes na sala de aula. Desse modo, foi possível conhecer melhor o tema e a elaboração do problema surgiu como consequência, assim como as proposições e os objetivos da pesquisa. Buscou-se uma maior aproximação com as perspectivas das interlocutoras da pesquisa, no entanto, sem interferir no grupo estudado. Essa abordagem permitiu a coleta de dados iniciais em uma situação atípica que, em outro momento seria mais difícil – um curso sobre Feminismo Lésbico com participação ativa de docentes de diversos estados do Brasil.

Em seguida, foi aplicada a observação direta sistemática entre os meses de outubro e novembro de 2021. Essas etapas foram realizadas logo que o projeto de pesquisa recebeu o parecer de aprovado e liberado pelo Conselho de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e submetido à Plataforma Brasil. Nesse período foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as interlocutoras, entre os meses de novembro e dezembro de 2021, com questões abertas e a possibilidade de respostas livres.

Através do método descritivo, discorreremos sobre as subjetividades que envolvem o ambiente de atuação em sala de aula das professoras pesquisadas

⁶ Cientista social, Mestre em Antropologia, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco. Integra o FAGES - Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade da UFPE e o Instituto PAPIRO - Pesquisa Antropológica e Social. Expõe suas discussões sobre lesbianidades e suas interseccionalidades no YouTube <https://www.youtube.com/c/AnaCarlaLemos> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9676533471554739>

buscando compreender o que trazem em seus discursos e o que dizem/falam/pensam sobre a visibilização da mulher dentro de uma perspectiva política e cultural. Além disso, investigou-se de que modo as interlocutoras agem (ou não) contra a invisibilização das mulheres lésbicas.

A entrevista semiestruturada com questões abertas possibilitou que o ponto de vista das interlocutoras fosse expressado com maior fluidez, tendo como base a mediação entre o curso e o guia da entrevista. A escolha desse formato se deu acompanhando o entendimento de Flick (2004) que defende o formato mais aberto de entrevistas como uma possibilidade de aproximar-se mais do ponto de vista das pessoas entrevistadas, considerando que o excesso de planejamento prévio ou a utilização de questionários talvez não seja a metodologia adequada para as investigações que têm nas experiências das interlocutoras um dos seus pontos centrais.

Às perguntas formuladas nesse instrumento foram apresentadas respostas abertas. Portanto, é o tipo “não limitada por alternativas apresentadas, o pesquisado fala ou escreve livremente sobre o tema que lhe é proposto” (GOLDENBERG, 2004, p. 86). O roteiro de entrevista foi elaborado com perguntas que pudessem estimular a conversa aberta com as interlocutoras e sem indução a respostas determinadas previamente. O método descritivo-qualitativo atendeu aos objetivos propostos.

Vale salientar que, a entrevista semiestruturada é um instrumento que permite registrar os dados produzidos sem capturá-los, sem analisá-los *a priori*, apenas acompanhando e registrando os passos arrítmicos da dança das linhas. Para compor as entrevistas e dar a oportunidade de revisitar e observar as interlocuções necessárias para a escrita foi realizado também a gravação do momento após a autorização prévia e a assinatura do Termo de Livre Consentimento (Anexo) pelas interlocutoras da pesquisa.

Considerando que desde março de 2020, enfrentamos uma pandemia mundial que transformou a forma de ensino e aprendizagem e exigiu mudanças devido às restrições de contato social, o diálogo com as entrevistadas foi feito remotamente através do uso de plataformas virtuais. O ambiente virtual foi utilizado para coletar os dados através de encontros síncronos com as interlocutoras, tendo como intermediador o aplicativo *Meet/Microsoft TeamsSetup*, também, o *WhatsApp* quando necessário.

Vale destacar que a pesquisa procurou assegurar às participantes o anonimato e o sigilo sobre os seus dados. Assim, para marcar a entrevista foi realizado um contato primário para convidar as interlocutoras da pesquisa e definir a melhor data e horário para o encontro virtual e, assim, através da conversa, tendo os objetivos definidos para a análise, buscamos destacar as problemáticas já mencionadas. Ao realizar a entrevista semiestruturada com as interlocutoras da pesquisa, e, ao empregar um processo formal e sistemático através do método científico, foi permitido obter novos conhecimentos e perspectivas sobre a realidade social.

Desse modo, a base para análise dentro da perspectiva descritiva, foi o mapeamento das características encontradas nas entrevistas realizadas com as professoras interlocutoras. Para isto, foi confeccionado um roteiro com as perguntas principais. Este roteiro era flexível e poderia sofrer alterações ao longo da entrevista, caso necessário.

O marco teórico e conceitual foi elaborado continuamente ao longo da pesquisa, buscando tratar dos conceitos, concepções e definições, categorias importantes ao entendimento do tema/objeto de estudo. Isto porque, nesta pesquisa foi considerado que a leitura é um processo contínuo, recheado de descobertas que influencia a escrita até o momento da entrega final da Dissertação.

Em todos os casos é preciso diagnosticar as hipóteses inúteis, com a devida atenção a cada grupo estudado e representado na esfera digital. Anotar e gravar as buscas realizadas compondo diferentes pastas e arquivos faz parte do desempenho organizacional de qualquer pesquisa (FERRAZ, ALVES, 2017, p. 6).

Ferraz e Alves (2017, p. 6) tratando de deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital, recorrem a Mauss (1999), para dizer que “pelo acesso à conexão online, é possível garantir a observação e o contato como base preliminar, na busca online como primeira fonte para a maioria dos objetos de estudos”.

A partir dessa compreensão, foi importante mostrar que Mauss,

Deixa claro, a qualidade metodológica desempenhada em qualquer campo está em reconhecer e identificar os princípios significantes do objeto estudado. Procedendo uma análise profunda que vai, necessariamente, de encontro com suas variáveis (FERRAZ, ALVES, 2017, p. 6).

Para a análise de discurso, buscamos o apoio dos procedimentos teórico-metodológicos de Ângela Davis (2016), mulher lésbica e negra, pesquisadora e militante na luta por igualdade, que tem como base de seus pensamentos mostrar

como é possível conciliar o pensamento acadêmico com a luta coletiva de liberdade de todos os seres. Em seu livro “Mulheres, raça e classe”, lançado no Brasil em 2016, a autora utiliza a análise de discurso para embasamento de sua pesquisa, buscando a compreensão sobre como as opressões se combinam ou se sobrepõem no cotidiano e na profissão das interlocutoras.

A chave para a análise das entrevistas foi o mapeamento e identificação dos *dispositivos*, sejam eles oriundos de uma prática subversiva ou de uma perpetuação da masculinidade hegemônica. Acreditamos que práticas subversivas têm como ponto de partida o enfrentamento das dicotomias hegemônicas e de privilégio. Assim, a pesquisa buscou ao identificar os discursos das interlocutoras, compreender se estas naturalizam ou enfrentam as dicotomias hegemônicas e de privilégio.

Na terceira e última etapa da pesquisa foi realizada a análise e tratamento do material empírico e, simultaneamente, foi dada continuidade à análise documental e bibliográfica. Esta etapa, realizada entre os meses de setembro a dezembro de 2021, consistiu na análise dos dados através da ordenação, classificação e análise e trouxe para a pesquisa a reunião da teoria com os dados coletados.

Recorrendo a Goldenberg (2004, p. 96), a pesquisa analisou “comparativamente as diferentes respostas, as ideias novas que aparecem, o que confirma e o que rejeita as hipóteses iniciais, o que estes dados levam a pensar de maneira mais ampla”. Foi elaborado um planejamento para a categorização dos dados coletados e analisa-los criticamente em busca da descoberta dos *dispositivos*, dos códigos sociais presentes nas falas e símbolos encontrados durante a entrevista (MINAYO, 2007, p. 26).

Por fim, a categorização dos dados foi realizada a partir da leitura crítica do arcabouço teórico selecionado durante a revisão bibliográfica, seus principais conceitos, definições, concepções e proposições que tratassem do conhecimento acumulado sobre o tema abordado nesta dissertação. Apresentaremos um quadro com os principais conceitos, que se inter cruzaram nos discursos das interlocutoras, tomados como base da análise dentro do objetivo proposto, procurando manter a lógica e a coerência da abordagem proposta.

3.2 Contextualizando o campo da pesquisa

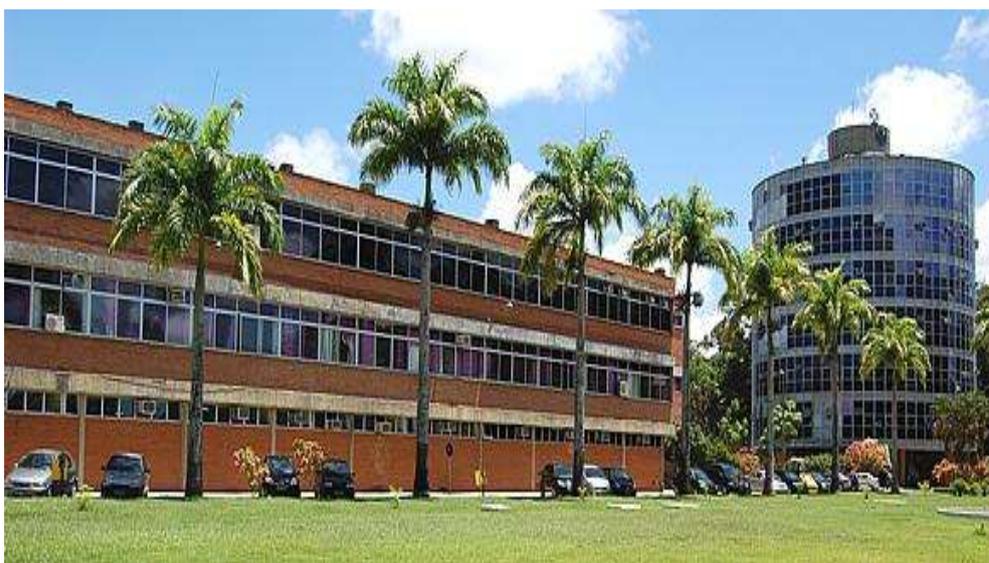
3.2.1 Recortes geográficos: critérios de escolha

O critério utilizado para a seleção das instituições de ensino superior como campo de pesquisa foi: ser local de trabalho das professoras que se autodeclararam lésbicas ao serem consultadas pela abordagem exploratória, com apoio do levantamento de dados, realizado entre os meses de outubro e dezembro de 2021, e que aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária.

O campo da pesquisa é composto, então, por 4 (quatro) instituições públicas de ensino superior, sediadas em 3 (três) estados brasileiros (Bahia, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro), que possuem professoras que se autodeclararam lésbicas e aceitaram participar da pesquisa, participantes do II curso Feminismo Lésbico: Arcabouços teóricos metodológicos e produções brasileiras. São elas: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) está situada entre os polos urbanos de Ilhéus e Itabuna, no Território de Identidade Sul da Bahia, Região Cacaueira. De acordo com o site oficial, é a principal instituição de ensino superior entre o sul e Extremo-Sul da Bahia.⁷

Figura 1– Fachada da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)



Fonte: *Google imagens*, 2022.

⁷ Para mais informações: www.uesc.br

De acordo com o site oficial do IFBA⁸, o instituto surgiu em dezembro de 2008 após ser sancionada a Lei n. 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ligado ao Ministério da Educação (MEC) e membro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), possui autonomia desde administrativa até didático-pedagógica e disciplinar.

Figura 2 - Fachada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)



Fonte: *Google imagens*, 2022.

O campus de Camaçari, onde está lotada a professora entrevistada, tem cursos de diversas modalidades: integrado (técnico em informática e técnico em eletrotécnica); Subsequente (técnico em eletrotécnica); Superior (Bacharelado em Ciência da Computação, Licenciatura em Computação e Licenciatura em Matemática); Pós-graduação Lato Sensu (Especialização em ensino de matemática: matemática na prática) e Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação). O IFBA Camaçari conta com 73 (setenta e três) docentes e 887 (oitocentos e oitenta e sete) discentes.

A terceira instituição, a UFRSA, está situada na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte. Inaugurada em 1967 possui campus em 4 (quatro) municípios do estado e contribuiu de maneira exponencial para a formação de novos profissionais

⁸ Para mais informações: www.portal.ifba.edu.br/camacari

através de graduações presenciais e à distância. Também, oferta cursos de pós-graduação e extensão.⁹

Figura 3 - Fachada Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)



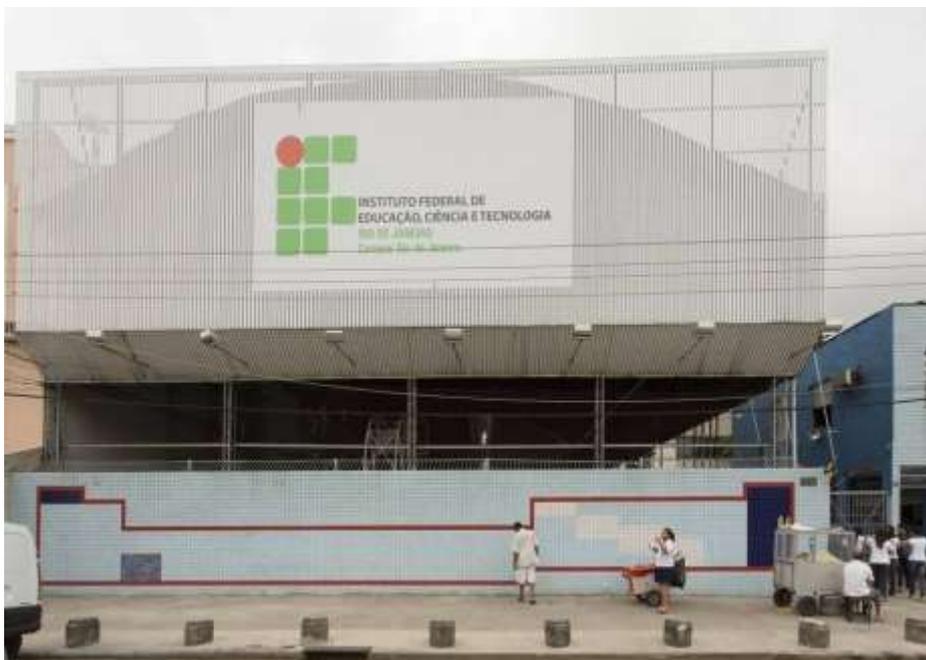
Fonte: Google imagens, 2022.

A quarta instituição foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro¹⁰. O IFRJ oferta ensino público e gratuito e conta com vinte e seis ambientes tecnológicos (laboratórios), sendo três de informática, vinte e seis salas de aula climatizadas e uma biblioteca com vinte e sete mil exemplares disponíveis para consulta.

⁹ Para mais informações: <https://ufersa.edu.br/>

¹⁰ Para mais informações: <https://www.ifrj.edu.br/>

Figura 4 - Fachada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)



Fonte: Google imagens, 2022.

De acordo com o site do Instituto, o corpo docente possui mais de duzentos professores em seu quadro permanente.

3.2.2 Universo da pesquisa: perfil das interlocutoras

O momento de escolha das participantes pareceu desafiador até a participação no II curso sobre feminismo lésbico realizado entre março e julho de 2021, de forma *online*. Este curso teve como fator central de discussão as autoras que tem realizado produções científicas sobre lesbianidades e a base crítica sobre a academia da heterocentricidade. O curso foi ofertado online para abranger as participantes de diversos estados do país e, assim, alcançar maior visibilidade em relação à temática, principalmente no momento de pandemia devido ao Covid-19.

Para isto, foram utilizados como ferramentas para os encontros de modalidade síncronas e assíncronas os aplicativos *Google Meet* e *WhatsApp*. Este último destinava-se à troca de informações entre as participantes e foi a principal

ferramenta de contato e aproximação com possíveis interlocutoras da pesquisa e, futuramente, o meio pelo qual o convite para a participação foi realizado.

Entre as quarenta e uma participantes do grupo, seis demonstraram interesse e atendiam aos requisitos traçados para participar da pesquisa, não obstante, duas desistiram por razões pessoais. Após o contato inicial, foram agendadas as datas para realização da entrevista semiestruturada. Finalmente, contamos com quatro parceiras interlocutoras docentes em instituições públicas do ensino superior no Brasil. Para manter o anonimato das entrevistadas utilizaremos pseudônimos.

A escolha dos pseudônimos foi feita para homenagear e referenciar quatro mulheres referentes na luta pela educação. Adotaremos aqui o nome de Débora Seabra, primeira professora com síndrome de Down do Brasil. Ela foi alvo muitas vezes de todo tipo de preconceito chegando, inclusive, a ser agredida. Débora atuou por muitos anos como professora assistente em turmas de educação infantil em Natal, Rio Grande do Norte. Também adotaremos Nísia Floresta, educadora, escritora, feminista e abolicionista. Nísia foi uma grande defensora da igualdade de gênero ainda no século XIX no Brasil e é considerada uma das pioneiras a discutir a importância de uma educação feminista no Brasil. Ela escreveu mais de quinze livros e centenas de artigos defendendo o direito de mulheres, povos originários e em favor da libertação de escravizados. Maria Montessori, mais um dos pseudônimos escolhidos, foi a primeira mulher a se formar médica na Itália. Não obstante, não pôde seguir a sua carreira como desejava, pois, na época, não era permitido que mulheres examinassem homens. Começou, então, a trabalhar com crianças e criou um método, conhecido como Montessori, que dá ênfase à autoeducação e a uma educação que prepare para a vida. Por fim, adotaremos Malala Yousafzai, jovem paquistanesa militante do direito à educação de meninas e mulheres, sofreu ataques contra a sua vida por conta disso. Malala é a mais jovem ganhadora do Prêmio Nobel pela Paz, com apenas dezessete anos.

No Quadro 1, apresentamos a identificação de cada uma das interlocutoras, informando nome da instituição onde atuam, pseudônimo e autodeclaração, disciplina que ministra, tempo de atuação, formação e titulação, com a intenção de apresentar as características que definem seus perfis.

Quadro 1 - Perfil das Professoras, interlocutoras da pesquisa, 2022

NOME DA IES	IDADE	PSEUDÔNIMO E AUTODECLARAÇÃO	DISCIPLINAS QUE MINISTRA	TEMPO DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO E TITULAÇÃO
UESC	43 anos	Maria Montessori Negra, lésbica	Metodologia da Pesquisa em Educação; Trabalho de Conclusão de Curso I	15 anos	História. Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos
IFBA	37 anos	Débora Seabra Mulher lésbica	Relações étnico-raciais e diversidade; Relações étnico-raciais e educação	8 anos	Licenciatura em Artes. Mestrado em Cultura e Sociedade
UFERSA	43 anos	Malala Yousafzai Mulher branca, cisgênero, lésbica	Metodologia do Ensino de História; Introdução ao Ensino de História; História do Rio Grande do Norte; Introdução às Ciências Humanas e Sociais	19 anos	Licenciatura em História. Mestrado em Sociologia. Doutorado e Pós Doutorado em História
IFRJ	49 anos	Nísia Floresta Mulher negra, lésbica	Saúde do homem e da população trabalhadora; Atenção à saúde Introdução à biossegurança; Projeto de Intervenção	29 anos	Graduação em Enfermagem e Obstetrícia. Mestrado Profissional em Enfermagem. Doutorado em Saúde Coletiva

A professora Maria Montessori, atua há 15 (quinze) anos no corpo docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), se autodeclarou negra e lésbica. Com 43 anos, tem formação acadêmica na Licenciatura em História com Mestrado e Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos. Atua no Departamento de Educação e ministra as disciplinas Metodologia da Pesquisa em Educação e Trabalho de Conclusão de Curso I. Além disso, declara não ter participado de militância de maneira direta.

A segunda interlocutora da pesquisa, professora Débora Seabra, tem 37 anos de idade, atua no Instituto Federal da Bahia (IFBA) há 8 (oito) anos e se autodeclara

mulher lésbica. Destacamos que a Débora não declarou a sua raça, entendemos que a ausência de um dado também é um dado relevante e, por isso, decidimos manter dessa forma. Formada em licenciatura em Artes ministra as disciplinas Relações étnico-raciais e educação e Relações étnico-raciais e diversidade. Ao ser questionada se já teve alguma participação em movimento social e atividades de militância, ela destacou que participou de atividades do movimento sindical durante um importante momento de embate político no país quando se deu o debate do Projeto de Lei (PL) conhecido popularmente como Escola sem Partido¹¹. Débora, no entanto, destaca que foi uma participação pontual e que não se entende como ativista.

DÉBORA: Eu quando entrei em Paulo Afonso, eu consegui um ambiente muito acolhedor, e nós tínhamos muitas pesquisadoras que se importavam com gênero. E era bem naquele contexto do suposto projeto da escola sem partido, me, que foi e tramitou em âmbito estadual e federal [...] E isso foi uma ameaça muito grande pra a gente. Então houve uma série de discussões sobre gênero, sexualidade, desejo, heteronormatividade... Então eu fiz algumas palestras (informação verbal, 2021).

Continuando seu relato, a professora descreveu situações de silenciamento que ocorreram durante a implantação do Campus de Euclides da Cunha.

DÉBORA: [...] mas quando eu cheguei em Euclides da Cunha, na época do impeachment de Dilma Rousseff, a gente fez uma série de palestras sobre democracia, e aí dentro desse contexto sobre democracia, foi um ciclo de debates. Aí a gente também abordou as questões de gênero e sexualidade. Foi quando o diretor de ensino, na ocasião, ele me disse que poderia ser muito assustador pras famílias esse tipo de abordagem. E disse que nós estávamos implantando o campus [...] Então foi a primeira vez que alguém na instituição queria esvaziar esse espaço. Foi a primeira vez que eu senti uma certa tentativa de interdição, né, por um conservadorismo desse professor que na ocasião ocupava a posição de diretor de ensino (informação verbal, 2021).

Como descrito por Eni Orlandi (1995), o silêncio e o silenciamento têm caráter político "[...] da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política" (1997, p.55).

A professora Malala Yousafzai, 43 anos, é autodeclarada mulher branca, cisgênero e lésbica. Destacamos que o processo de autodeclaração foi livre e a Malala foi a única que expressou a sua identidade de gênero, este parece um dado relevante,

¹¹ De acordo com Lorena Ismael Fernandes e Camila Alves Ferreira (2014), o Movimento criado em 2004 ganhou notoriedade através de um projeto de lei federal (PL) que estavam preocupados com a "contaminação" político-ideológica nas escolas. Para acessar o texto completo do PL: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037

sobretudo porque foi um dado que não surgiu de forma espontânea na entrevista com as outras docentes. Malala é atuante na docência no ensino superior há 8 (oito) anos e no momento da entrevista, ministrava as disciplinas Metodologia do Ensino de História, Introdução ao Ensino de História, História do Rio Grande do Norte, Introdução às Ciências Humanas e Sociais na graduação da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Já na pós-graduação, é responsável pela disciplina Epistemologia e Metodologia da Pesquisa. Ao ser questionada se já teve alguma participação em movimentos/militância destaca que primeiro teve o contato com a academia para depois, participar do Movimento Feminista e no movimento LGBTQIA+, mas no momento não faz mais atuação direta, somente em momentos de eleições ou posse de novas chapas.

MALALA: Primeiro foi a pesquisa. Primeiro contato que eu tive, assim, mais efetivo, foi exatamente na universidade, onde eu era professora substituta, na Universidade Estadual da Paraíba... tem um dos grupos de estudos de gênero mais antigos do Brasil, que é o Flor e Flor. E foi aí que eu conheci a militância, né... E um grupo que até hoje os dois pés tanto na pesquisa quanto na militância, dialoga muito com os movimentos sociais também. Mas primeiro foi na academia, a primeira movimentação foi na academia, foi a partir da pesquisa a partir do ensino. Só depois desse contato mais direto e através disso fui ocupando outros espaços, de movimentos, chegando a participar de forma muito direta do movimento LGBTQIA+ em Campina Grande, que é de onde eu sou. Mas sempre essa coisa de estar nesses dois espaços, nenhum momento foi só... assim, por um certo tempo foi só academia, depois academia e movimento, mas nunca foi só movimento (informação oral, 2021).

Essa união da ciência com a militância traz novas abordagens críticas e científicas e a união dos movimentos sociais e de estudos científicos conformam conflitos, debates e reflexões que promovem

[...] novas habilidades de pensar de modo relacional e contextual, incluindo estruturas que possam conectar vários elementos da totalidade social, estabelecendo esses elementos não apenas como “diferentes” uns dos outros, mas como mutualmente interconectados (FRASER, 2018, p. 237).

A professora Nísia Floresta é autodeclarada mulher negra e lésbica, doutora em Saúde Coletiva, tem 49 anos e atua há 29 (vinte e nove) anos na docência no ensino superior. Ela é professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), possui uma carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e ministra 4 (quatro) disciplinas. São elas: Saúde do homem e da população trabalhadora, Atenção à saúde 2, Introdução à biossegurança e Projeto de Intervenção I. Sobre a sua participação em movimentos/militância, teve

atuação na Associação Brasileira de Lésbicas (ABL) por 2 (dois) anos, se afastou em decorrência do Doutorado e atualmente faz parte do Comitê de Saúde da população LGBT do Rio de Janeiro.

3.3 Coleta, tratamento e análise de dados

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas através da internet utilizando o dispositivo *Google Meet*. Como também participamos do II Curso Feminismo Lésbico, tivemos a possibilidade de utilizar a observação direta, sistemática e participante, observando, olhando, auscultando, dialogando, conversando, interagindo com as interlocutoras para coletar informações necessárias sobre o tema, considerando os objetivos da pesquisa.

Após os aceites dos convites e da aproximação inicial, avançamos para a fase das entrevistas semiestruturadas, sempre permeadas por conversas informais. Nessa etapa, coletamos os dados que seriam utilizados para a análise de narrativas das docentes a fim de mapear suas práticas docentes e se produzem (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes - da autoridade, da voz, do sentido e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas, legitimidade de informações sobre gênero, lésbicas e feministas nos espaços universitários pesquisados.

Utilizamos também as técnicas de análises documentais a partir de fontes cedidas pelas interlocutoras e encontradas em outras fontes durante a investigação, como ementas de disciplinas ministradas, mapeamento de participação em cursos de extensão e outros eventos relevantes.

3.4 Resultados e Discussão

3.4.1 Linguagens, práticas/saberes docentes e pedagógicas

As linguagens, as práticas e os saberes docentes e pedagógicos são elementos importantes para observar e descrever de que forma as professoras

autodeclaradas lésbicas utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com raça, classe, sexualidade, masculinidades e feminilidades) para produzir conhecimento científico nas instituições de ensino superior, nos espaços acadêmicos e de construção de saberes e conhecimento científico.

De acordo com a análise e interpretação de dados coletados pela pesquisa foi possível perceber que o espaço da sala de aula, para as professoras pesquisadas, é visto como um espaço para uma atuação crítica, interseccional, baseado em práticas e metodologias feministas, o que traz para a sala de aula uma relação entre a vida pessoal e a prática política de resistência. Demarcar em sala de aula uma prática decolonial, transforma os momentos que são institucionalizados em “[...] um impulso politicamente atuante, e não simplesmente uma validação de vidas pessoais” (RICH, 2019, p. 27).

Contudo, para conquistar esse espaço é necessária uma trajetória de subversão e estratégias para que os preconceitos relacionados à sexualidade e questões de gênero não se sobreponham a sua carreira profissional. Nesse sentido, foi possível perceber que as professoras interlocutoras da pesquisa demonstraram que diante de todos os padrões heteronormativos e de um formato de educação eurocentrada, que persiste nas instituições de ensino superior, elas seguem com ideais que sobrepõem a norma.

Nessa perspectiva, corroboramos com Sueli Aldir Messeder (2014), ao descrever porque desejamos professoras e professores com conduta ética e compromissada.

[...] compromisso se alia a solidariedade política, o que não significa, exatamente, uma posição identitária, mas, sim, uma posição que privilegia um mundo que possa acolher a justiça social, a justiça racial, a justiça de gênero, a justiça erótica e a justiça religiosa (MESSEDER, 2014, p. 120).

A professora Malala atua há mais de 19 anos em instituições de ensino superior, e ao discorrer sobre a seguinte pergunta: "Em relação a sua sexualidade, você teve que falar de maneira aberta no espaço universitário? Em qual tipo de situação?", a interlocutora relatou que em diversos momentos foi silenciada pela heterossexualidade compulsória que questionou a sua carreira acadêmica sempre que estabeleciam relações entre a sua sexualidade e a atuação ética e profissional, mesmo que apresentasse a maior titulação para atuação acadêmica, e sequer tratasse abertamente sobre sua sexualidade quando era professora substituta.

MALALA: [...] eu nunca fingi, também, nunca expus abertamente a minha sexualidade, assim, de chegar na sala de aula e dizer que sou lésbica... Inclusive, fui casada com uma professora do mesmo departamento que eu à época, mas assim, isso era algo que era muito sutil... (informação oral, 2021).

Como descreve Beatriz Preciado (2014, p. 26), a criação das ideias de diferenças sexuais é uma tecnologia “(...) de redução que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais” e desse modo as instituições de ensino superior ainda perpetuam a educação heteronormativa, classista e racista que tenta sempre invisibilizar os corpos que não pertencem ao padrão heteronormativo.

Os espaços de educação de ensino superior ao perpetuar esse tipo de silenciamento mantêm o dispositivo de deslegitimação do sujeito baseado em gênero presentes em seus espaços, o que Judith Butler (2019, p. 19) destaca que “[...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (2019, p. 19).

Beatriz Preciado em seu livro *Manifesto Contrassexual* (2014) relata algumas práticas subversivas de identidade sexual e descreve que a tecnologia social heteronormativa “[...] pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado” (PRECIADO, 2014, p. 28) e traz a norma imposta de produção de sexo-prostético que tenta ameaçar os corpos através da conceituação do que é “real masculino” e “real feminino”.

Nesse sentido, a professora Malala descreve em sua fala características sobre como o dispositivo de deslegitimação do sujeito afetou por um tempo a sua carreira acadêmica ao relatar sobre seu silenciamento como estratégia de sobrevivência no ambiente de trabalho.

MALALA: [...] porque sempre me incomodou até então o questionamento a minha ética profissional, isso me deixava furiosa. Hoje eu vejo isso de uma outra forma, e claro, eu vejo isso como uma agressão, uma violência, forma de expressão, hoje eu tenho uma outra leitura disso, porque eu era muito juvenzinha, né... Então, às vezes a gente não tem dimensão de algumas coisas, porque inclusive a questão da sobrevivência ela é muito mais presente né? (informação oral, 2021).

Em contrapartida a essa experiência, e mais uma vez confirmando que as vivências lésbicas podem ser variadas, a professora Nísia Floresta relata que falar de forma aberta sobre sua sexualidade foi algo natural e que favoreceu o seu contato com discentes e o corpo docente. O feminismo e o *continuum lésbico* como uma prática libertadora é bastante significativa para que as professoras do ensino superior utilizem o lesbofeminismo como aporte teórico em sua profissão docente, pois assim institucionaliza a prática subversiva e a não perpetuação da masculinidade hegemônica.

NÍSIA: [...] como eu sou de saúde coletiva, né, e sentia muita falta da introdução da política... das políticas transversais, né, eu comecei a inserir no ensino a questão da população LGBT e da população negra, ne. E eu tive um aluno trans, ne, e uma aluna trans... homem trans e um aluno travesti. Então, assim, geralmente os alunos se aproximam mais da gente. Aí eu conversei. E na pós-graduação eu tive... trabalhei na pós-graduação na Fiocruz e aí apareceram situações-problemas em relação à população LGBT. Então eu expus mais, né, tive que falar, mas eu falo com muita tranquilidade. Eu acho que viver a sexualidade, na minha vida, sempre foi muito natural, tanto na família quanto no cotidiano. Eu sempre fui muito... e... assim, meu jeito e esse, né. Então, se me perguntar, eu vou falar, se não perguntar também e eu tiver que dialogar sobre isso eu vou falar com muita tranquilidade. Então, tudo foi inserido muito natural (informação oral, 2021).

Ser professora e lésbica é contrapor os padrões, é independência, é o corpo necessário para pensar sob novas perspectivas em sala de aula, é um recurso indispensável para constituir uma sala de aula com relações e linguagens capazes de falar e agir contra a dominação.

3.4.2 Narrativas das interlocutoras da pesquisa sobre conhecimentos dissidentes

Ao que tudo indica, ao analisar as narrativas das interlocutoras, há uma semelhança na forma de conceber o conhecimento sobre sexualidade, políticas transversais, gênero, pois, como foi possível identificar nas suas colocações sobre essas questões, ao enfrentar as dicotomias hegemônicas e de privilégio através de discursos contra coloniais. As professoras fazem com que a complexidade do gênero e seus limites da identificação não sejam barreiras para o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, o que torna a prática de subversão praticável.

Afinal, “Os discursos sobre sexualidade evidentemente continuam se modificando e se multiplicando. Outras respostas e resistências, novos tipos de intervenção e política são inventados” (LOURO, 2000,p. 25). Sobre isso, a Professora Malala fala sobre os espaços por ela ocupados, de identidades multirreferenciadas que são os pontos de partidas tomados por ela como referência, como possíveis campos de diálogos, reconhecendo que possuem diferentes e variadas interfaces, entre ser lésbica, ser mãe, se filha, ser professora, pesquisadora, seu pertencimento a matrizes religiosas e, assim, diz:

MALALA: Então eu demarco mesmo. Aí quando eu vou falar das nossas identidades multirreferenciadas, né, eu uso como ponto de partida que eu tenho várias interfaces, ne, entre ser lésbica, ser mãe, ser filha, atuo como professora, tenho matrizes religiosas diversas, então eu falo dessas diversidades que também se estendem para a sexualidade, inclusive, uma vez, e... no ambiente de trabalho isso é tranquilo de... isso é uma premissa para mim, entendeu? Lá no IFBA tem algumas professoras que eu suponho que sejam lésbicas, inclusive algumas que já ocuparam cargos diversos na instituição, mas já são de uma geração em que isso se acomodou na invisibilidade. A escola sempre silenciou sexualidade, com uma forma de deixar o tabu, de deixar pra depois, de não assumir né, esse lugar. Ela se construiu segregando muito e passou a reproduzir isso na forma de silenciamento. Então eu rompo com isso, até porque eu tenho muitos estudantes que hoje precisam dessa conversa, dessa orientação, precisam de alguém que intermedeie, até porque a gente pega situação de violência [...] (informação oral, 2021).

Ao serem questionadas se acreditavam que as instituições de ensino superior favorecem uma educação dissidente, foram unânimes em afirmar que estes espaços não favorecem este tipo de educação.

NÍSIA: Não, não favorece não. Ainda porque eu parto do princípio que a formação docente não explora bem esse olhar, né? Então, se você tem docente que não tem na sua construção docente essa realidade, vai interferir (informação oral, 2021).

Ter o reconhecimento do seu espaço de atuação e dos direitos faz com que as professoras também encontrem maneiras de contrapor a ordem nas instituições superiores, o que demonstra a fluidez de ações e a mudança de padrões através do ato político pessoal e de engajamento para desestruturação dos modelos impostos.

MALALA: A universidade ela tem essa premissa de ser um lugar de universalidade de ideias a partir de uma premissa científica. Eu acho que as universidades públicas fazem esse papel constitucional. Eu tenho uma experiência universitária pós-democracia, né, se a gente pensar nesse marcador que relegitima e reafirma que providências precisam ser tomadas pra que o desenvolvimento do Brasil seja mais respeitoso com a sua diversidade. Dentro desse escopo, as universidades fazem, ne, agora varia muito de curso pra curso, tem cursos que têm ainda um fetiche de segregação

de todo tipo: de raça, classe e de sexualidade, né. Há um perfil profissional mais conservador em algumas áreas né? Mas eu acho que a universidade e a nossa esperança, né, se a gente não construir e alimentar e cuidar e zelar pra que essas instituições respondam aos seus papéis, elas podem se corromper, né, como outros espaços estão corrompidos e violados nas suas liberdades e respeitos. Eu acredito na universidade e eu preciso dessa instituição, mas ela não está incólume, é uma guerrilha, porque é uma disputa, né? (informação oral, 2021).

Já que a identidade é construída também através de sexo, gênero e sexualidade, a “[...] noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (BUTLER, 2019, p. 43).

MALALA: Não! Eu nem preciso pensar muito... Não! Eu acho que a universidade é um espaço privilegiado, com focos muito pontuais, particulares, que permitem o estímulo, diálogo e o exercício para uma educação dissidente... focos, muito pontuais. Mas eu não acho que ela é esse espaço... eu não acho não, eu não penso, eu não tenho que achar nada, né, eu penso que não! Eu penso que a universidade continua servindo a uma branquitude elitista, heterocentrada, lgbtfóbica, racista, machista (informação oral, 2021).

Acreditamos e corroboramos com bell hooks (2013) que o desafio de lecionar para comunidades diversas também impulsiona a uma mudança de paradigmas e de forma de atuação. A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela. Nesse sentido, mesmo afirmando que, os espaços das instituições de ensino superior não favoreçam um espaço de educação dissidente, as participantes atuam subvertendo os padrões eurocentrados e heteronormativos ao lecionarem

MARIA: [...] a cada programação de semestre da UESC ou da UNEB, não há isso lá, não tá no planejamento, eu vou inserindo, mulheres negras, conceitos decoloniais. Toda aula minha de 2015 até hoje, a primeira aula é conceitual, seja do mestrado ou da graduação.... Eu coloco lá o que é feminismo, colorismo, branquitude, vários temas, o que é interseccionalidade, porque feminismo branco, porque apareceu o feminismo negro, então não importa a disciplina, eu trabalho primeiro com os alunos a noção de quebra conceitual (informação oral, 2021).

Diante dessa lógica, as professoras ao serem questionadas sobre suas atuações em sala de aula abordam alguma situação de subversão epistêmica, todas demonstraram um caminho de utilização da perspectiva decolonial em sala de aula.

Para Louro (2000, p. 87), a educação feminista quando desenvolvida “para a conscientização crítica está enraizada na suposição de que o conhecimento e o

pensamento crítico dados na sala de aula deveriam orientar novos hábitos de ser e modos de viver fora da sala de aula”. Assim, a professora Maria também descreveu como utiliza a abordagem da temática e a necessidade de preservar o lugar do Outro e suas diversas interfaces na identificação de gênero.

MARIA: As nossas graduações nas universidades nos venderam e a sociedade, a novela vende isso. E feminista? Logo ela é masculina, ela é desleixada, ela não casa, ela não gosta de homem. Ai eu vou e sempre recorro a palavra interseccionalidade. [...] aí eu explico pra eles a questão do feminismo e da quebra através da interseccionalidade, que uma pessoa está atravessada por esses lugares, né? Se ela for gorda, se for periférica, se for mãe solteira, se for muito magra, se ela gostar de mulher, se ela, ai vou mostrando esses lugares, eles foram atravessados por essas identidades . [...] Inclusive eu não sei falar os termos novos, a gente não sabe, isso tem que ser uma busca nossa mesmo, de alfabetizar inclusive o conceito pra não ferir o outro. Então eu fico falando muito da identidade, eu vou pela fluência da identidade, de que não é padrão, de que um homem super masculino, de barba, super malhado, ele pode gostar tanto de homem e como aquele mesmo perfil pode gostar de mulher, né (informação oral, 2021).

Em sua discussão sobre “*Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares*”, Louro (1998) chama a atenção sobre os olhos vigilantes da igreja, da escola, da autoridade e governo que emanam de um único ponto e que são exercidos por múltiplas forças e grupos que regulam nossa existência e consideram-se capazes de vigiar, julgar e marcar a sexualidade e o gênero.

MALALA: Sim, sim, sim. Nos componentes que há espaço, pra início de forma mais aberta, eu tenho tentado inserir de alguma forma textos que rompam com essa perspectiva historiográfica eurocentrada. Nem sempre é possível, considerando a própria formação muito precária dos estudantes [...] Então sempre que possível eu tô tentando colocar e discutir aspectos que dialogam com esse rompimento da historiografia mais eurocêntrica, sabe? E não só em termos de referencial teórico mesmo, mas também inserindo discussões que tratam de temáticas que às vezes são muito distantes para essas pessoas, pra essas pessoas que eu digo, não dos meus estudantes apenas, mas pra dentro da universidade mesmo. Porque discutir gênero e sexualidade continua sendo um bicho com muitas cabeças, e quem faz isso, inclusive, continua tendo o profissionalismo medido a partir do que discute, né, e não da seriedade com o que faz [...] (informação oral, 2021).

Já para hooks (2000), ao descrever sobre Eros, Erotismo e o processo pedagógico no livro “O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade”, organizado por Louro (2000), destaca que “[...] Um dos princípios centrais da pedagogia crítica feminista tem sido a insistência em não reforçar a “divisão mente/corpo” (2000, p. 87) que pode trazer para o momento de ensino e aprendizagem em sala de aula como espaço político para subversão dos padrões.

E essa pedagogia crítica, essa subversão epistêmica em relação à prática pedagógica foi relatada pelas professoras o que faz com que todas as participantes da pesquisa demonstrem que a atuação profissional, como descrito por bell hooks (2013) é de uma perspectiva de crescimento através da mediação do processo de ensino e aprendizagem. Pois, “[...] a pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo” (hooks, 2013, p. 35).

NÍSIA: [...] na graduação, aos poucos, eu tenho tentado inserir também esse olhar, e eu fico impactada quando os alunos dizem assim: “professora, a senhora é a primeira que traz esse olhar diferente, e bom tá na disciplina com a senhora, porque a senhora traz coisas que a gente até hoje nunca viu”. Então eu acho importante a gente tá enfatizando esse olhar pros alunos, não só pela minha construção pessoal, mas pelas questões que a gente presencia nos cotidianos das unidades de saúde, né. E essa minha militância dentro da academia, no sentido dessa percepção, mais na perspectiva de políticas de saúde, né, eu faço uma construção de uma tese com diálogos de políticas de saúde relacionados à população LGBT, com destaque as lésbicas, de modo a desconstruir, na saúde, toda essa questão que vem fragmentando o nosso cuidado, eu procuro sempre tá inserindo. Às vezes é uma militância isolada, mas... (informação oral, 2021).

A escritora, poeta e ativista caribenha-estadunidense, Audre Lorde (2019), é um exemplo importante desse movimento de luta e resistência, pois, como feminista, negra e lésbica, participou intensamente em diferentes de seus projetos e discussões sobre o racismo, preconceitos e sobre sexualidade, tendo como aporte teórico os movimentos feministas, que não tem somente como foco as experiências e valores de mulheres de classe média, mas outras questões presentes em suas discussões e reflexões teóricas.

Baseados nos relatos das professoras lésbicas, nos aproximamos de Lorde (2019) quando diz que

Cada uma de nós está aqui hoje porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo (LORDE, 2019, p. 54).

É importante destacar que os movimentos lesbofeministas brasileiros tem se destacado desde 1979, e suas formas de resistência vêm se diversificando e multiplicando-se, nos dias atuais, por trajetórias de lutas para a formação da

identidade lesbofeminista, demarcação de espaços de diálogo, alianças, lutas por cidadania, direitos constitucionais, autonomia, representação e orientações teóricas. Conquistar espaços, reconhecer as barreiras e se conhecer através de leituras do feminismo trouxe para as participantes da pesquisa a base crítica para contrapor o modelo heteronormativo imposto nas instituições de ensino superior.

Ao serem questionadas se utilizavam algum conceito do feminismo em sala de aula, as participantes descreveram as situações em sala de aula que ajudam a inserir as autoras. Por exemplo, o relato da professora Y, que diz:

MALALA: Às vezes sim, quando e possível, tem uma disciplina que tem um espaço que é pra discussão... que eu faço uma discussão preliminar, porque na última unidade vão ter que me entregar uma proposta [...] e nessa preparação pra essas pesquisas, em geral, eu trabalho com alguns textos muito pontuais de acordo com os temas que vão me aparecendo. Então, sempre tem temática sobre sexualidade, sobre gênero, então a gente vai lá discutindo aí com algumas autoras. Já discuti a Faulkner, já discuti a Ângela Davis, já discuti a Tânia Navarro (informação oral, 2021).

O aporte teórico baseado no feminismo lésbico é essencial para compreender os conhecimentos sobre legitimação das identidades se opondo aos princípios da matriz racial e colonial (MIGNOLO, 2008). Esses conhecimentos trazem para a sala de aula o aporte teórico científico e metodológico necessário para a construção de identidades diversas de resistência.

Ao relatarem como abordam o feminismo lésbico em sala de aula, a professora Nísia descreve que aborda em momentos mais específicos, como por exemplo, de delimitação maior e mais pontual do objeto de estudo. Acreditamos que um diálogo mais direcionado à temática é necessário para uma abordagem mais abrangente sobre as metodologias de subversão, seja como objeto de estudo, seja como metodologia, a professora Nísia estimula o aprofundamento na temática do lesbofeminismo.

NÍSIA: [...] Na pós graduação eu acho que eu exploro mais no sentido de até de... Nodiálogo e na construção dos pareceres de banca, a tentativa de introdução do pensamento lésbico, a tentativa de introduzir esse olhar, para que haja realmente de forma significativa uma construção diferente (informação oral, 2021).

O conceito de *continuum lésbico* (RICH, 2019) é a chave para compreender a existência fluida e sem definições binárias das mulheres lésbicas. Afinal, a não definição do corpo lésbico é o que o define.

Quando questionadas sobre como problematizam em sala de aula questões tidas como absolutas e universalistas, destacaram a importância das atualizações acadêmicas e a constante busca do conhecimento científico para terem o embasamento necessário para articular essas questões.

MARIA: Bom, depois de concursada e realfabetizada no doutorado, com essas ideias de decolonialidade de pensamento, eu fui começar a ler Frantz Fanon e outros, e outras, então, essas ideias universalistas, fascistas, totalizantes, elas ainda estão presentes. [...] Eu vou na fala do aluno, ou quando eu tenho a obrigação de ir na primeira ou na segunda aula apresentar o plano de curso. Só que o plano de curso, ele tem uma ementa obrigatória, como eu chego lá? Eu não chego a toa, eu espero, eu crio a oportunidade, eu espero essa oportunidade assim: “olha gente, se vocês acessarem a página da UESC, esse aqui é o ementário da disciplina X”. No ementário, eu peço para os alunos olharem quais foram os autores que estão indicados como obrigatórios, inclusive alguns conceitos que estão ali, eles já estão em desuso. Ai eu tento ver, eu tento mostrar que quando a universidade, a UESC por exemplo que é um campus recente, ela foi criada e ela foi estruturada no projeto de curso que tem algumas ideias dessas machistas, totalizantes, universalistas, de autores super parciais e europeus, brancocêntrico, patriarcais. [...] Só que eu entro numa pergunta que você me fez agora, na reatualização desses conceitos, desses autores[...] (informação oral, 2021).

MALALA: Questionando e colocando pra discussões como essas narrativas elas foram construídas, a partir de que lugar de fala elas foram construídas, me baseando principalmente na filosofia da diferença e tentando desnaturalizar essa narrativa que continua muito, muito, muito presente nos livros didáticos. E, como é formação de professores, então, por meio dos estudantes, os meus estudantes têm essa oportunidade de ter um espaço para pensar sobre isso: a quem serve essa narrativa, por que ela é construída e por que ela é naturalizada? (informação oral, 2021).

Respaldar de forma científica sobre a resistência aos padrões heteronormativos traz a visibilização das minorias na academia. Como descrito por José de Carvalho e Juliana Flórez (2014) o uso do lesbofeminismo concomitantemente com outras teorias feministas e decoloniais, traz para as academias “una perspectiva capaz de cruzar fronteras disciplinares para beber de las disciplinas y así forjar lenguajes comunes y novedosos sobre problemas específico, recombinar metodologias diversas [...]” (CARVALHO e FLÓREZ, 2014).

Ao serem questionadas sobre se veem o feminismo como um movimento social ou teoria epistêmica e científica, apresentam alguma dificuldade e afirmam que não é uma pergunta fácil de ser respondida, por ser muito abrangente.

DÉBORA: Pensar e articular conceitualmente dá a perspectiva de teoria, ao esforço de sistematizar para produzir um saber. E ele é um movimento porque ele tem aspectos políticos, aspectos que vão refletir em práticas relacionais. E como toda teoria, ele se atualiza... E como todo movimento, ele perde e ganha elementos. Então eu acho que isso não é o foco, de saber se é uma

coisa ou outra, não interesse em fazer essa divisão, mas me interesse mais em saber os seus usos e, enfim, acho que é muito mais uma questão de compreender... (informação oral, 2021).

Sobre as suas produções científicas todas demonstraram entendimento e interesse na discussão sobre produção do conhecimento. A professora Nísia, inclusive, falou como a perspectiva decolonial pode ser utilizada em diversas áreas do conhecimento, em diversas ciências, como na área das ciências biológicas que ela atua.

NÍSIA: [...] O quanto nos tornamos livres, o quanto falamos com propriedade do que sentimos, né, de modo a representar. E aí a gente coloca uma categoria que vem sendo massacrada dentro dessa sociedade, né... E quando eu digo assim “mudou a minha vida” é porque hoje eu tenho possibilidade de escrever cartilhas pro exterior, para traduzir no exterior, sobre a saúde da população LGBT... eu tenho a oportunidade de conversar sobre a saúde em diversas livres, coisas que a gente não fazia antes, coisa que a gente não falava antes. E o quanto é necessário esse diálogo dentro da academia, nos diversos cursos, nas diversas ciências, o quanto é necessário, né (informação oral, 2021).

Para a professora Débora, a sua produção acadêmica científica foi a implantação do campus em região remota do seu estado.

DÉBORA: Porque o meu maior ativismo nos últimos tempos foi o trabalho de implantar um campus. Eu implantei um campus dentro de um local que tinha uma memória de coronelismo muito forte, que é o semiárido baiano: Uauá, Canudos, Monte Santo, Quijingue, Tucano, Euclides da Cunha, são territórios onde as pessoas não chegavam... Eu ia nas rádios as pessoas não chegavam a acreditar que o ensino era gratuito, como um colégio que tem laboratório, que tem ginásio, que tem bolsa, isso aí não existe, isso aqui não... Eu tinha que ir nas comunidades, então eu fiquei muito tempo fazendo isso. Fiquei quatro anos da minha vida implantando o campus (informação oral, 2021).

Para além da análise do discurso, realizamos a análise documental e observação assistemática para identificar se existem elementos de práticas de resistência à dominação em sala de aula, mediações, elementos presentes em ementas e currículos e na forma de fazer pedagógico. Entre os documentos, encontramos a ementa do componente “História do corpo e das práticas da sexualidade” ditada pela professora Malala, ofertada na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. Nessa ementa, há previsão de abordagem de temas ligados a masculinidades, gênero, corpos, interseccionalidade e marcadores de classe, raça/etnia, sexualidade e até antropologia ciborgue.

Ainda a partir dessas fontes documentais, verificou-se a participação da professora Débora em eventos pedagógicos que apontam a práticas de resistência, como por exemplo a Semana da Consciência Negra 2021, ocasião em que liderou a comissão organizadora do evento¹².

Por fim, ao serem questionadas sobre quando começaram a conhecer e aproximar-se da utilização das epistemologias feministas, responderam:

DÉBORA: [...] comecei a usar isso na época do mestrado, quando eu fui do Centro de Estudos de Cultura e Sexualidade (CUS). E aí eu comecei a ter essa inserção nesse debate, que era uma novidade. A universidade não lhe oferece isso, ou você entra dentro de um núcleo de pesquisa que existe como uma forma de resistência mesmo [...] (informação oral, 2021).

MARIA: Quando eu terminei a tese, o primeiro capítulo que eu publiquei foi utilizado p termo tese com esse sentido, aí com que eu fiz, eu fui ler as autoras que pensaram no papel da mulher negra em outros lugares, em outras epistemologias. [...] Comecei a estudar como a gente estuda uma disciplina qualquer de graduação. Fui ler, pegar pdf e aí eu fui e me apaixonei mais ainda por bell hooks [...] (informação oral, 2021);

Foi visto que nenhuma formação das professoras pesquisadas abordou as epistemologias de subversão. O encontro com essas metodologias ocorreu através de uma busca pessoal de estudos, a partir do aperfeiçoamento através do Mestrado. Consideramos essencial para a formação de futuros profissionais a correlação com a realidade social, pois desta forma, teremos profissionais engajados com a não perpetuação das opressões. Verifica-se no decorrer desta escrita que as professoras interlocutoras da pesquisa trazem para suas metodologias e abordagens em sala de aula, o campo epistemológico decolonial, antirracista, anticlassista e principalmente, antiheterossexista, tendo como aporte teórico não só os estudos feministas lésbicos, mas as várias epistemologias do Sul. Assim, podemos considerar que elas se posicionam a favor da deslegitimação das opressões nas instituições de ensino superior brasileiras, para isso, é necessário autoavaliação, autorreconhecimento e autoatualização, características que encontramos nas professoras interlocutoras dessa pesquisa.

¹² Para mais informações, acessar: <https://portal.ifba.edu.br/camacari/noticias-2/noticias-2021/semana-consciencia-negra-2021>

Considerações finais

A prática do amor é o antídoto mais poderoso contra as políticas de
dominação.
bell hooks, 2019.

A lógica da subversão epistêmica visa, antes de tudo, fugir à norma de
opressão de grupos historicamente invisibilizados. Assim, a utilização do feminismo

lésbico e das demais epistemologias decoloniais são importantes instrumentos para transgredir as normas heteronormativas existentes.

Ao elaborar o marco teórico desta pesquisa utilizamos o lesbofeminismo como aporte teórico essencial para a nossa escrita, bem como correlacionamos esta perspectiva decolonial com a prática docente de professoras lésbicas em instituições de ensino superior. Assim, ao correlacionar as categorias lesbianidade, *continuum lésbico*, patriarcado, descolonização do corpo, colonialidade do poder, gênero, decolonialidade com os discursos das interlocutoras, vimos que, apesar das instituições de ensino não pensarem a decolonialidade nas metodologias aplicadas, as professoras participantes da pesquisa demonstraram que buscam transgredir as normas impostas ao utilizarem metodologias e abordagens decoloniais, fora do padrão do ensino eurocêntrico, como: discussões informais sobre sexualidade, situações problema com o público LGBTQIA+ nas disciplinas de saúde, apresentação das metodologias decoloniais, etc., o que traz para o ambiente da sala de aula melhor interação crítica no processo de ensino e aprendizagem.

Ao analisarmos os significados, as práticas docentes, discursos e a relação com os alunos e alunas e mapearmos as linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos utilizados pelas professoras interlocutoras da pesquisa, demonstramos como elas transcendem as normas impostas por acreditarem que a perspectiva decolonial é uma chave importante para diversas mudanças sociais. Assim, buscar e observar de que modo os aportes teóricos sobre o tema embasam as falas das professoras, foi essencial para analisar os significados, discursos e as práticas das participantes em sua prática pedagógica em sala de aula.

Acreditamos que as professoras lésbicas têm maior criticidade em relação às metodologias eurocêntricas, afinal ser lésbica é um ato político, já que o corpo lésbico muitas vezes não se encaixa em nenhum padrão binário de definição. Assim, elas reafirmam seu espaço na sociedade, o que torna sua consciência pessoal crítica e estimula o engajamento primordial para a desconstrução dos padrões. Nesse sentido, estimular e ampliar o uso do feminismo como metodologia no ambiente acadêmico é um importante instrumento para transgredir a heteronormatividade compulsória.

Salientamos que é mais que urgente a retirada da máscara do silenciamento das alunas e dos alunos nas instituições de ensino superior e a proposição de provocações aos que chegam envoltos por preconceitos, falta de conhecimento científico e práticas opressoras, ou simplesmente, que chegam sem esclarecimentos

sobre as epistemologias do Sul, para que não se perpetue os padrões de superioridade nestas instituições. Além disso, as atuações nas instituições de ensino superior das professoras que têm ferramentas pedagógicas de subversão fazem com que ocorram melhores interações críticas entre docentes e discentes, o que cria momentos favoráveis à decolonização do pensamento.

Para tanto, foi pertinente identificar como as formas de linguagens utilizadas pelas professoras influenciaram a perspectiva da desconstrução de binarismos em sala de aula. Como resultado, as professoras demonstraram uma consciência individual e coletiva sobre a desconstrução de padrões, e isso possivelmente influencia, conforme apontam as investigações que se dedicam ao tema, as visões críticas de seus alunos e alunas tanto em relação à sua futura profissão, quanto em relação à sua vida em sociedade e posicionamentos políticos.

Nessa perspectiva, ratificamos a importância da epistemologia lesbofeminista como aporte teórico-metodológico para a desconstrução dos padrões hegemônicos que descaracterizam a mulher e outros corpos não heterossexuais como sujeitos políticos e não produtores de conhecimentos, afinal, essas metodologias influenciam nas compreensões e contextualizações sobre gênero e cientificidade.

Cabe salientar que a teoria feminista lésbica e sua rede com outros feminismos, com as teorias decoloniais e teoria *queer* trazem o respaldo necessário para refletir sobre a categoria “mulher”, a luta contra a heteronormatividade e as problematizações interseccionais sobre gênero, raça/etnia e classe. Os (pre)conceitos, a discriminação, o racismo que são produzidos e reproduzidos contra gênero, negros, não-brancos, mulheres é um dos problemas do mundo contemporâneo e da sociedade brasileira que são produzidos e reproduzidos sem precedentes.

As violências simbólicas de um lado e o poder disciplinar do outro têm produzido diversas faces de violências estruturais contra pessoas e grupos sociais que são afetados pela colonização, autoritarismos, misoginia, machismo, homofobia e patriarcado. Assim, o feminismo como aporte teórico e sua importância como movimento de luta e resistência nas questões políticas, históricas e sociais é um instrumento capaz de provocar mudanças nos padrões acadêmicos hegemônicos do conhecimento científico sobre gênero, raça e sexualidade e demais entrelaçamentos com os marcadores sociais da diferença nos espaços acadêmicos.

Sabe-se que o objetivo da ciência é construir conhecimento, analisar seus avanços, formulações, buscas e, muitas vezes, criticar os próprios caminhos percorridos. Nesse aspecto, a universidade pode ser pensada como espaço de construção de conhecimento e de múltiplos saberes, um terreno fértil para se pensar, refletir e problematizar as demandas da diferença na sociedade contemporânea, inclusive reconhecendo a relevância de outros saberes historicamente invisibilizados e desconsiderados. Nesse sentido, o movimento feminista, lésbico e demais teorias decoloniais é uma importante contribuição na desconstrução de (pre)conceitos e questionamento de marcadores sociais da diferença e têm ganhado espaço em debates públicos e nas políticas e ações para corrigir desigualdades sociais, de gênero, raça/etnia, classe e suas confluências com outras categorias.

Esses movimentos oferecem uma valiosa contribuição às reflexões acadêmicas, às práticas pedagógicas e à formação de professoras(es) nas instituições de ensino superior, quando colocam em pauta práticas enunciatórias e tradutórias de um projeto feminista da descolonização do saber, da produção de conhecimentos dissidentes e procuram destacar que os saberes construídos atravessam os limites da academia e podem abarcar outros espaços discursivos, como das escolas, da rua, dos espaços da militância feminista.

Repensar as instituições de ensino superior e os processos de produção acadêmica de acordo com as perspectivas dissidentes para tratar questões relacionadas à produção e reprodução da diferença, identidade de gênero, lesbianidade, dentre outras questões formuladas por esta pesquisa é ainda uma longa temática a ser analisada e discutida em diversas áreas do conhecimento, não somente nas instituições de ensino superior. É urgente que a deslegitimação das opressões nas unidades educacionais ocorra de forma mais constante como forma de contrapor a colonialidade do poder e combater a perpetuação do estereótipo sobre a hegemonia do conhecimento e da cultura do colonizado como a única veracidade científica.

Com essa pesquisa concluímos que as professoras que se autodeclaram lésbicas têm utilizado diversas linguagens para combater os preconceitos e discriminações. Suas práticas docentes e escolhas metodológicas também são situadas no campo dos estudos feministas lésbicos e outras teorias decoloniais, o que demonstra a importância dessas teorias como referências para contrapor os modelos acadêmicos eurocêntricos e coloniais que ainda são as bases teóricas das instituições de ensino superior brasileiras. Considerando os percursos histórico-político do

feminismo e seus desdobramentos, se permite aumentar a compreensão sobre mecanismos de poder e as formas práticas e de saberes docentes nessa direção, pois só assim pode ser possível influenciar a preparação crítica sobre o mundo e também, na carreira profissional, tanto das professoras quanto de suas alunas e alunos.

Referências

ABREU, Lua Lamberti; MAIO, Eliane Rose; PARPINELLI, Roberta Stubs. Pintando bocas monstras por meio da PE-DRAG-OGIA. **ODEERE**, v. 4, n. 7, p-101-118, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/5104/4025>

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo, 1ª ed. Companhia das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio - agosto de 2013, p. 89-117.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, Berenice. *Queer* o quê? Ativismo e estudos transviados. **CULT – Revista de Cultura Brasileira**, São Paulo, n. 193, p. 42-45, ago. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, José Jorge; FLÓREZ, Juliana. Encuentro de saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocêntrico. **Nómadas**, Bogotá, n. 41, 2014.

CINTRA, Amanda Mendes Silva; MESQUITA, Luana Pinho de; MATUMOTO, Silvia; FORTUNE, Cinira Magali Fortuna. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. São Paulo. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** [online]. 2016, v. 31, n. 1. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci_abstract&lng=pt

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude: dilema racial brasileiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

CONNELL, Robert William e MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, 424, jan.-abril, p. 241-282, 2013.

CÓRDOBA, Davi; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (Org.). **Teoria Queer: políticas bolleraas, maricas, trans, mestizas**. 2.ed. Madrid: Egales. 2007.

CORNELL, Drucilla. O que é feminismo ético? In: BENHABIB, Seyla et al. **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. Tradução Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CORRÊA, Marisa. **Gênero e cidadania**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, 2002.

COSTA, Rosely. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; COSTA, Rosely Gomes; RAMÍREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata de. (Org.) **Gênero em matizes**. Estudos CDAPH. Série História e Ciências Sociais. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 213-241.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43, 1991.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 58-91.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? Tradução Wanderson Flor do Nascimento. In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

_____. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo. Paz e Terra, 2018.

Dicionário eletrônico Aurélio século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. IN: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais, perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

_____. World-System and transmodernity. **Nepantla Views from South**. V. 3, 2002. Pp. 221-244.

FERRAZ, Carla Pereira; ALVES, André Porto. Da etnografia virtual à etnografia online: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. 2017. Caxambu. **41º Encontro Anual ANPOCS**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file>

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade e SANTANA, José Valdir Jesus de. Estudos de gênero, corpo, sexualidade e desigualdades: de que se trata? **Revista Linguagem em (Re)vista**. Vol. 15, n. 30, ago./dez. Niterói, 2020.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; tradução de Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FRANÇA, Thais; PADILLA, Beatriz. Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate. **Configurações** – Revista de Sociologia [online], Epistemologias do Sul: contextos de investigação, n. 12, p. 1-14, 2013.

FRASER, Nancy. Falsas antíteses: uma resposta a Seyla Benhabib e Judith Butler. In: BENHABIB, Seyla et al. **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. Tradução Fernanda Verissimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. (organizadores). **História oral: a democracia das vozes**. São Paulo: Pontocom, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz António Machado da; et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**. Brasília: ANPOCS, n.2, p. 223-224, 1983.

GROSGUÉL, Ramón. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/Sexismo Epistêmico e os Quatro Genocídios/Epistemicídios do Longo Século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, nº 1, jan./abr. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdz4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>

GROSSI, Miriam Pillar. O pensamento de Monique Wittig. **Cadernos de gênero e diversidade**. v. 4, n. 2, p. 83-90, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25050/16055>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. 2004, n. 22. p. 201-246. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkJRgkCBftnpY7qgHmzYCgd/?lang=pt&format=pdf>

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995.
 Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

hooks, bell. **Teoria Feminista: Da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019

_____. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e o feminismo. 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria e prática**. Tradução Bhuvi Libânio. Ed. Elefanta, 2020

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IZIDORO, Giovanna Krubniki; BOURGUIGNON, Ana Maria; PONTES, Felipe Simão. Os Marcos Históricos do Movimento Lésbico no Brasil e os Avanços na Maternidade Lesbica.2019. **6º Colóquio Mulher e Sociedade**.Disponível em:
<https://sites.uepg.br/jornalismo/ocs/index.php/6mulheresociedade/6mulheresociedad e/paper/viewFile/149/47>

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. Lesbianidade e Branquitude. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 4, 2019. Disponível em:
<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/387/250>.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 5. ed

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

LEMOS, Ana Carla da Silva. **Movimento de Lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista**. Recife, UFP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38040>

LESSA, Patrícia. "O que a história não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres". **Em tempo de histórias**, Brasília, n. 7, p. 1-8, 2003.

_____. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades** (Brasil, 1979-2006). Brasília, 2007, 248 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3411/1/Tese_Patricia%20Lessa.pdf

LORDE, Audre. Textos escolhidos de Audre Lorde. **Difusão Herética: edições lesbofeministas independentes**. Disponível em: difusionfeminista@riseup.net; difusionfeminista.wordpress.com

_____. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. p. 33-47.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGARINHO, Mário César. Antropofagia Crítica: para uma teoria queer em português. **Revista Olhar**, São Carlos, SP, ano 12, n. 12, p. 106-112, jan./jul. 2010.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 58-91.

_____. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**. V. 22, n. 3, set./dez., Florianópolis, 2014.

MACEDO, Donaldo; BARTOLOMÉ, Lilia. A globalização como uma forma de colonialismo: um desafio para os educadores e as educadoras. In SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. p. 11-31.

MACIEL, Danielle Vaz; BONITO, Valter. O labor científico: a importância da pesquisa teórica no âmbito científico. **Anais do 10º salão internacional de ensino, pesquisa e extensão - SIEPE**, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

MARCOLINO, Emanuella de Castro et al. Bullying: Prevalência e fatores associados à vitimização e à agressão no cotidiano escolar. **Texto & Contexto- Enfermagem**.

2018, v. 27, n.1. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/3zS6tSTHCvCRsC6g6bCpxCH/?lang=pt&format=pdf>

MESSEDER, Suely Aldir. A educação e as sexualidades: um relato de experiência com a educação básica no seminário enlaçando sexualidades no estado da Bahia. Itabaiana: GEPIADDE, ano 7, volume 14, 2013. **Revista Fórum Identidades**.

Disponível em: <http://www.poscritica.uneb.br/wp-content/uploads/2021/01/MESSEDER-Suely-Aldir.-A-educacao-e-as-sexualidades.pdf>

_____. Os/as professores/as da educação básica e as sexualidades: uma experiência narrada a partir do Enlaçando Sexualidades no Estado da Bahia. **Teoria e Prática da Educação**. Vol. 17, n. 2, maio/agosto, pp. 119-125, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. Tradução Isabella B. Veiga. **Revista X**, Universidade Federal do Paraná, Departamento de Letras Estrangeiras, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. Os esplendores e as misérias da 'ciência': Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as 'ciências' revistado. Lisboa: Edições Afrontamento, 2003, p. 631-671.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MISKOLCI, Richard. Crítica à hegemonia heterossexual. CUT – **Revista de cultura Brasileira**, São Paulo, n. 193, p. 33-35, ago. 2014.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

NAVARRO-SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão. **Cadernos pagu**, 1999. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634809/2728>

NAVARRO- SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000. Disponível em:

<https://br1lib.org/book/5525268/fa5551?id=5525268&secret=fa5551>

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964- 1985). **Revista Periódicus**. v. 1, n. 7. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694/14301>

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, S. R. Editora da Unicamp, 1995, 189 p.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 94-106.

_____. **La invención de las mujeres**. Uma perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, Bogotá, Colombia Editorial em La frontera, 2017.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos *queer* no Brasil? **Revista Periodicus**, Salvador, v. 1, n.1, 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer* nos Trópicos. **Contemporânea – Dossiê Saberes Subalternos**, São Carlos, SP, v. 2, n. 2, p. 371-394, jul./dez. 2012.

POMBO, Mariana Ferreira. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e *queer*. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21786>

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 84-130.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: lander, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. MASP, Afterall, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>

RIBEIRO, Diana Raffaella Calazans. Identidade lésbica diversa e relacional. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. v. 2, n. 8, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10170>

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? Belo Horizonte**. Coleção feminismos plurais, 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e outros ensaios**. Tradução de Angélica Freitas e Daniel Luhmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. São Paulo: Autêntica, 2019.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Ana Cristina C.; SOUZA, Simone Brandão; FARIA, Thais. Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n.7. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22271/14302>

SANTOS, Vivian Matias. Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Revista Psicologia e Sociedade**, 2018, v. 30. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822018000100242&lng=pt&nrm=iso

SARMET, Érica. Feminismo Lésbico. IN: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A escola cidadã no contexto da globalização: uma introdução. In SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. p. 7-10.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOARES, Suane Felipe. Procura-se sapatão: histórias invisibilizadas dos movimentos lesbofeminista brasileiro. In **18º Redor**. Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas, 24 a 27 de novembro de 2014. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife- PE, 2014.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys, études féministes/estudos feministas**, v. 2, p. 1-64, jul./dez. 2011; jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da.; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira, BA: entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, BA. v. 3, n. 4, p. 106-120, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24674>

TOLENTINO, Juliana Gonçalves; BATISTA, Nicole Faria. Gênero, sexualidade e decolonialidade: Reflexões a partir de uma perspectiva lésbica. 2017. **Revista Três Pontos**, v. 14, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15229>

TUNNERMANN, Carlos Bernheim; CHAUÍ, Marilena Souza. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008

WITTIG, Monique. La marca del género. **La Jornada Semanal**, México, 1988.
Disponível em: <http://www.jornada.unan.mx/1998/10/25/sem-monique.html>

_____. O pensamento hétero. In: WITTIG, Monique. ***The straight mind and other essays***. Boston: Beacon, 2007.

WOODWARD, Kathryn, p. 7-72. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. d.)

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine a última, na linha “Assinatura do participante”.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Mayana Esther Morbeck Mota Coelho

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Maria de Fátima de Andrade Ferreira

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

<p>2.1. TÍTULO DA PESQUISA</p> <p>Professora e Sapão: Estudo Descritivo sobre Desobediência Epistêmica e Visibilidade Lésbica nas Universidades do Nordeste do Brasil.</p>
<p>2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):</p> <p><i>Trata-se de uma pesquisa para conclusão do mestrado do Programa de Pós-Graduação de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Ues, Campus Jequié-Bahia.</i></p>
<p>2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):</p> <p><i>Geral:</i></p> <p><i>Investigar de que forma as professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, estão produzindo (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes (da autoridade, da voz, do sentido) e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas/legitimidade das informações sobre gênero (sexualidade, masculinidades e feminilidades) e observar de que modo utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com sexo, raça e classe) nas práticas docentes, discursos e relação com alunos (as) na sala de aula, para produzir conhecimento científico nas Universidades X, Y e Z, sediadas no Nordeste do Brasil, campo de investigação;</i></p> <p><i>Específicos:</i></p> <p><i>Elaborar o marco teórico da pesquisa (uma revisão histórico-conceitual do tema) para contextualizar conceitos/categorias utilizadas pela pesquisa sobre o movimento lesbofeminista na contemporaneidade e observar de que modo os estudos selecionados sobre o tema podem embasar as falas das interlocutoras da pesquisa e analisar significados, práticas docentes, discursos e relação com os (as) alunos (as);</i></p> <p><i>Realizar levantamento sobre o corpo docente das universidades, sediadas no Nordeste do Brasil, para selecionar 03 destas instituições (que serão denominadas por nomes fictícios X, Y e Z, para preservar as suas identidades e das professoras interlocutoras da pesquisa), que possuem no seu quadro docente, professora autodeclaradas lésbicas e que aceitem participar da pesquisa, além de descrever as características do campo e das interlocutoras da pesquisa;</i></p> <p><i>Mapear e analisar linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos das professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, observando e descrevendo de que forma utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com raça, classe, sexualidade, masculinidades e feminilidades) para produzir conhecimento científico;</i></p>

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 1

Rubricas:

Realizar análise documental e observação direta, assistemática/sistemática para identificar se existem (ou não) elementos de práticas de resistência à dominação em suas mediações em sala de aula, currículos, ementas e na forma de fazer pedagógico no campo de investigação;

Identificar e analisar narrativas das professoras, interlocutoras da pesquisa, observando se produzem (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes – da autoridade, da voz, do sentido e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas, legitimidade de informações sobre gênero, lésbicas e feministas nos espaços universitários pesquisados.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Será realizada uma pesquisa de campo, descritiva e qualitativa com professoras universitárias, interlocutoras da pesquisa, que se autodeclararam lésbicas para mapear e analisar as linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos, observando e descrevendo se utilizam (ou não) conhecimento e práticas dissidentes. Você responderá a um questionário com 14 (catorze) perguntas abertas referentes ao seu cotidiano e prática pedagógica em sala de aula, para esta aplicação do questionário, será realizada uma entrevista.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Por plataforma digital para encontros virtuais, de acordo com data pré estabelecida por ambas.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

30-60 min.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Constrangimento em participar da entrevista (pela ocorrência de perguntas que ensejem memórias/sensações desagradáveis).

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Além da garantia do sigilo da sua entrevista, iremos arquivar a gravação no armazenamento em nuvens para que não haja perda ou vazamento da entrevista. Nós nos comprometemos ainda a lhe apresentar a transcrição da entrevista antes da publicação.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A sua contribuição pode trazer benefícios para a compreensão do feminismo e suas interseccionalidades como teoria que produz pensamentos críticos sobre os padrões heteronormativos fazendo com que a sua entrevista seja a forma de interligar a prática pedagógica com a teoria científica.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A sua participação nos levará a compreender os discursos que se tem produzido sobre a proposta investigativa, além de possibilitar discussões posteriores à conclusão da pesquisa com vistas a pensar sobre as normas heteronormativas e o espaço/ambiente sala de aula na universidade.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

- 6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?**
R: *Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.*
- 6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**
R: *O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.*
- 6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**
R: *Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*
- 6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**
R: *Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*
- 6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?**
R: *Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*
- 6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?**
R: *Nenhum.*
- 6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?**
R: *Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.*
- 6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**
R: *Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*
- 6.9. Qual a “lei” que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**
R: *São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.*
- 6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?**
R: *Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Mayana Esther Morbeck Mota Coelho
Endereço: Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié-Bahia.
Fone: (73) 3526-2660 / **E-mail:** mmorbeckcoelho@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)
Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho, Jequié-BA. CEP 45208-091.
Fone: (73) 3528-9727 / **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br
Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:



com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Jequié, 03 de Novembro de 2021

Cristiane Batista da S. Santos
 Prof.ª Dr.ª Cristiane Batista
 DGE - UESB
 eAD 745191657

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Jequié, 03 de Novembro de 2021

Luayp

Assinatura do(a) pesquisador

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 4

Rubricas:

Luayp

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine a última, na linha “Assinatura do participante”.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Mayana Esther Morbeck Mota Coelho

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Maria de Fátima de Andrade Ferreira

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

Professora e Sapão: Estudo Descritivo sobre Desobediência Epistêmica e Visibilidade Lésbica nas Universidades do Nordeste do Brasil.

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

O feminismo pode ser um caminho possível e relevante instrumento para estudar, entender e repensar as epistemologias, saberes e práticas de professoras, seus discursos e instituições em que atuam. Esse movimento é uma antítese ao patriarcado, ao machismo e um importante mecanismo para lutar contra o complexo sistema de dominação, opressão e exclusão contra todos aqueles e aquelas que não compartilham do padrão masculino, homem europeu branco, proprietário, cristão e heterossexual.

Assim, a visibilização do feminismo lésbico ajudará no reconhecimento epistemológico deste movimento e sensibilizará a reflexão e a descrição sobre questões reais, situações do cotidiano e trará a compreensão e o reconhecimento das opressões para além do binarismo de identidade de gênero (BUTLER, 2019; COLLINS, 2016; DAVIS, 2016; HOOKS, 2020; LORDE, 2019).

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Investigar de que forma as professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, estão produzindo (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes (da autoridade, da voz, do sentido) e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas/legitimidade das informações sobre gênero (sexualidade, masculinidades e feminilidades) e observar de que modo utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com sexo, raça e classe) nas práticas docentes, discursos e relação com alunos (as) na sala de aula, para produzir conhecimento científico nas Universidades X, Y e Z, sediadas no Nordeste do Brasil, campo de investigação;

Elaborar o marco teórico da pesquisa (uma revisão histórico-conceitual do tema) para contextualizar conceitos/categorias utilizadas pela pesquisa sobre o movimento lesbofeminista na contemporaneidade e observar de que modo os estudos selecionados sobre o tema podem embasar as falas das interlocutoras da pesquisa e analisar significados, práticas docentes, discursos e relação com os (as) alunos (as);

Realizar levantamento sobre o corpo docente das universidades, sediadas no Nordeste do Brasil, para selecionar 03 destas instituições (que serão denominadas por nomes fictícios X, Y e Z, para preservar as suas identidades e das professoras interlocutoras da pesquisa), que possuem no seu quadro docente, professora autodeclaradas lésbicas e que aceitem participar da pesquisa, além de descrever as características do campo e das interlocutoras da pesquisa;

Mapear e analisar linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos das professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, observando de que forma utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com raça, classe, sexualidade, masculinidades e feminilidades) para produzir conhecimento científico;

Realizar análise documental e observação direta, assistemática/sistemática para identificar se existem (ou não) elementos de práticas de resistência à dominação em suas mediações em sala de aula, currículos, ementas e na forma de fazer pedagógico no campo de investigação;

Identificar e analisar narrativas das professoras, interlocutoras da pesquisa, observando se produzem (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes – da autoridade, da voz, do sentido e (in)visibilidade das

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 4

--

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Você responderá a um questionário com 14 perguntas abertas referentes ao seu cotidiano e prática pedagógica em sala de aula.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Por plataforma digital para encontros virtuais, de acordo com data pré estabelecida por ambas.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

30-60 min, por exemplo.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO

MODERADO

ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Constrangimento em participar da entrevista (pela ocorrência de perguntas que ensejem memórias/sensações desagradáveis).

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Além da garantia do sigilo da sua entrevista, iremos arquivar a gravação no armazenamento em nuvens para que não haja perda ou vazamento da entrevista. Nós nos comprometemos ainda a lhe apresentar a transcrição da entrevista antes da publicação.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A sua contribuição pode trazer benefícios para a compreensão do feminismo e suas interseccionalidades como teoria que produz pensamentos críticos sobre os padrões heteronormativos fazendo com que a sua entrevista seja a forma de interligar a prática pedagógica com a teoria científica.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A sua participação nos levará a compreender os discursos que se tem produzido sobre a proposta investigativa, além de possibilitar discussões posteriores à conclusão da pesquisa com vistas a pensar sobre as normas heteronormativas e o espaço/ambiente sala de aula na universidade.

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 4

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: *Nenhum dos dois.* A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: *O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.*

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: *Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: *Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: *Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: *Nenhum.*

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: *Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.*

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: *Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*

6.9. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R: *São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.*

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: *Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: *Mayana Esther Morbeck Mota Coelho*

Endereço: *Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié-Bahia.*

Fone: (73) 3526-2660 / **E-mail:** *mmorbeckcoelho@gmail.com*

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP), Jequiezinho, Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / **E-mail:** *cepjq@uesb.edu.br*

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

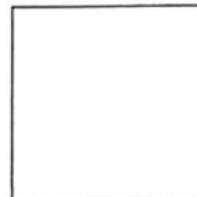
Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Jequié, 03 de Novembro de 2021

KYARA MARIA DE
ALMEIDA
VIEIRA:007792324
37

Assinado de forma digital
por KYARA MARIA DE
ALMEIDA
VIEIRA:00779232437
Dados: 2021.12.01 10:08:09
-03'00'

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Jequié, 03 de Novembro de 2021

Assinatura do(a) pesquisador

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine a última, na linha “Assinatura do participante”.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Mayana Esther Morbeck Mota Coelho

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Maria de Fátima de Andrade Ferreira

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

<p>2.1. TÍTULO DA PESQUISA</p> <p>Professora e Sapão: Estudo Descritivo sobre Desobediência Epistêmica e Visibilidade Lésbica nas Universidades do Nordeste do Brasil.</p>
<p>2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):</p> <p><i>Trata-se de uma pesquisa para conclusão do mestrado do Programa de Pós-Graduação de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Ues, Campus Jequié-Bahia.</i></p>
<p>2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):</p> <p><i>Geral:</i></p> <p><i>Investigar de que forma as professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, estão produzindo (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes (da autoridade, da voz, do sentido) e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas/legitimidade das informações sobre gênero (sexualidade, masculinidades e feminilidades) e observar de que modo utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com sexo, raça e classe) nas práticas docentes, discursos e relação com alunos (as) na sala de aula, para produzir conhecimento científico nas Universidades X, Y e Z, sediadas no Nordeste do Brasil, campo de investigação;</i></p> <p><i>Específicos:</i></p> <p><i>Elaborar o marco teórico da pesquisa (uma revisão histórico-conceitual do tema) para contextualizar conceitos/categorias utilizadas pela pesquisa sobre o movimento lesbofeminista na contemporaneidade e observar de que modo os estudos selecionados sobre o tema podem embasar as falas das interlocutoras da pesquisa e analisar significados, práticas docentes, discursos e relação com os (as) alunos (as);</i></p> <p><i>Realizar levantamento sobre o corpo docente das universidades, sediadas no Nordeste do Brasil, para selecionar 03 destas instituições (que serão denominadas por nomes fictícios X, Y e Z, para preservar as suas identidades e das professoras interlocutoras da pesquisa), que possuem no seu quadro docente, professora autodeclaradas lésbicas e que aceitem participar da pesquisa, além de descrever as características do campo e das interlocutoras da pesquisa;</i></p> <p><i>Mapear e analisar linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos das professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, observando e descrevendo de que forma utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com raça, classe, sexualidade, masculinidades e feminilidades) para produzir conhecimento científico;</i></p>

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 1

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:



Realizar análise documental e observação direta, assistemática/sistemática para identificar se existem (ou não) elementos de práticas de resistência à dominação em suas mediações em sala de aula, currículos, ementas e na forma de fazer pedagógico no campo de investigação;

Identificar e analisar narrativas das professoras, interlocutoras da pesquisa, observando se produzem (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes – da autoridade, da voz, do sentido e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas, legitimidade de informações sobre gênero, lésbicas e feministas nos espaços universitários pesquisados.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Será realizada uma pesquisa de campo, descritiva e qualitativa com professoras universitárias, interlocutoras da pesquisa, que se autodeclararam lésbicas para mapear e analisar as linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos, observando e descrevendo se utilizam (ou não) conhecimento e práticas dissidentes. Você responderá a um questionário com 14 (catorze) perguntas abertas referentes ao seu cotidiano e prática pedagógica em sala de aula, para esta aplicação do questionário, será realizada uma entrevista.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Por plataforma digital para encontros virtuais, de acordo com data pré estabelecida por ambas.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

30-60 min.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Constrangimento em participar da entrevista (pela ocorrência de perguntas que ensejem memórias/sensações desagradáveis).

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Além da garantia do sigilo da sua entrevista, iremos arquivar a gravação no armazenamento em nuvens para que não haja perda ou vazamento da entrevista. Nós nos comprometemos ainda a lhe apresentar a transcrição da entrevista antes da publicação.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A sua contribuição pode trazer benefícios para a compreensão do feminismo e suas interseccionalidades como teoria que produz pensamentos críticos sobre os padrões heteronormativos fazendo com que a sua entrevista seja a forma de interligar a prática pedagógica com a teoria científica.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A sua participação nos levará a compreender os discursos que se tem produzido sobre a proposta investigativa, além de possibilitar discussões posteriores à conclusão da pesquisa com vistas a pensar sobre as normas heteronormativas e o espaço/ambiente sala de aula na universidade.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

- 6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?**
R: *Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.*
- 6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**
R: *O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.*
- 6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**
R: *Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*
- 6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**
R: *Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*
- 6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?**
R: *Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*
- 6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?**
R: *Nenhum.*
- 6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?**
R: *Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.*
- 6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**
R: *Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*
- 6.9. Qual a “lei” que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**
R: *São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.*
- 6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?**
R: *Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Mayana Esther Morbeck Mota Coelho
Endereço: Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié-Bahia.
Fone: (73) 3526-2660 / **E-mail:** mmorbeckcoelho@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)
Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho, Jequié-BA. CEP 45208-091.
Fone: (73) 3528-9727 / **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br
Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:



com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Jequié, 03 de Novembro de 2021

Adriane das Neves Silva

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Jequié, 03 de Novembro de 2021

Luayp

Assinatura do(a) pesquisador

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 4

Rubricas:

Luayp

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(a) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubricar as primeiras páginas e assine a última, na linha "Assinatura do participante".

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

- 1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Mayana Esther Morbeck Mota Corêbo
1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Maria de Fátima de Andrade Ferreira

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

<p>2.1. TÍTULO DA PESQUISA</p> <p>Professora e Sapão: Estudo Descritivo sobre Desobediência Epistêmica e Visibilidade Lésbica nas Universidades do Nordeste do Brasil.</p>
<p>2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):</p> <p><i>Trata-se de uma pesquisa para conclusão do mestrado do Programa de Pós-Graduação de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Ues, Campus Jequié-Bahia.</i></p>
<p>2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):</p> <p><i>Geral:</i></p> <p><i>Investigar de que forma as professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, estão produzindo (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes (da autoridade, da voz, do sentido) e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas/legitimidade das informações sobre gênero (sexualidade, masculinidades e feminilidades) e observar de que modo utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com sexo, raça e classe) nas práticas docentes, discursos e relação com alunos (as) na sala de aula, para produzir conhecimento científico nas Universidades X, Y e Z, sediadas no Nordeste do Brasil, campo de investigação;</i></p> <p><i>Específicos:</i></p> <p><i>Elaborar o marco teórico da pesquisa (uma revisão histórico-conceitual do tema) para contextualizar conceitos/categorias utilizadas pela pesquisa sobre o movimento lesbofeminista na contemporaneidade e observar de que modo os estudos selecionados sobre o tema podem embasar as falas das interlocutoras da pesquisa e analisar significados, práticas docentes, discursos e relação com os (as) alunos (as);</i></p> <p><i>Realizar levantamento sobre o corpo docente das universidades, sediadas no Nordeste do Brasil, para selecionar 03 destas instituições (que serão denominadas por nomes fictícios X, Y e Z, para preservar as suas identidades e das professoras interlocutoras da pesquisa), que possuem no seu quadro docente, professora autodeclaradas lésbicas e que aceitem participar da pesquisa, além de descrever as características do campo e das interlocutoras da pesquisa;</i></p> <p><i>Mapear e analisar linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos das professoras autodeclaradas lésbicas, interlocutoras da pesquisa, observando e descrevendo de que forma utilizam marcadores sociais de gênero (e suas relações com raça, classe, sexualidade, masculinidades e feminilidades) para produzir conhecimento científico;</i></p>

Leia atentamente, ao imprimir este documento, se necessário, com o título e o resto da página.

Página 1

Centro de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB Inqur
(71) 3528-9727: cep@uesb.edu.br

Rubricas:

Realizar análise documental e observação direta, assistemática/sistemática para identificar se existem (ou não) elementos de práticas de resistência à dominação em suas mediações em sala de aula, currículos, ementas e na forma de fazer pedagógico no campo de investigação;

Identificar e analisar narrativas das professoras interlocutoras da pesquisa, observando se produzem (ou não) conhecimentos/saberes dissidentes – da autoridade, da voz, do sentido e (in)visibilidade das epistemologias lesbofeministas, legitimidade de informações sobre gênero, lésbicas e feministas nos espaços universitários pesquisados.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Será realizada uma pesquisa de campo, descritiva e qualitativa com professoras universitárias, interlocutoras da pesquisa, que se autodeclararam lésbicas para mapear e analisar as linguagens e práticas/saberes docentes e pedagógicos, observando e descrevendo se utilizam (ou não) conhecimento e práticas dissidentes. Você responderá a um questionário com 14 (catorze) perguntas abertas referentes ao seu cotidiano e prática pedagógica em sala de aula; para esta aplicação do questionário, será realizada uma entrevista.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Por plataforma digital para encontros virtuais, de acordo com data pré estabelecida por ambas.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

30-60 min.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Constrangimento em participar da entrevista (pela ocorrência de perguntas que ensejem memórias/sensações desagradáveis).

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Além da garantia do sigilo da sua entrevista, iremos arquivar a gravação no armazenamento em nuvem para que não haja perda ou vazamento da entrevista. Nós nos comprometemos ainda a lhe apresentar a transcrição da entrevista antes da publicação.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A sua contribuição pode trazer benefícios para a compreensão do feminismo e suas interseccionalidades como teoria que produz pensamentos críticos sobre os padrões heteronormativos fazendo com que a sua entrevista seja a forma de interligar a prática pedagógica com a teoria científica.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A sua participação nos levará a compreender os discursos que se tem produzido sobre a proposta

[Assinatura]

investigativa, além de possibilitar discussões posteriores à conclusão da pesquisa com vistas a pensar sobre as normas heteronormativas e o espaço/ambiente sala de aula na universidade.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhes ressarcir estes custos.

6.3. É se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídas.

6.9. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

Seja consciente: ao imprimir este documento, use a função de impressão e o verso do papel. :)

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Mayana Esther Morbeck Mota Coelho

Endereço: Rua João Rosa, s/n, Pau Ferro, Jequié-Bahia.

Fone: (73) 3526-2660 / **E-mail:** mmorbeckcoelho@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Daiva de Oliveira Santos (CAP), Jequezeirão, Jequié-BA, CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

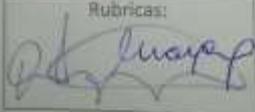
Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB-Impec
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

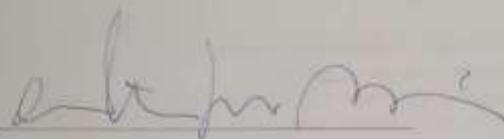
Rubricas:



Página 3

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Boquã, 03 de Novembro de 2021



Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)

DAVIELA GUIMARÃES MURAZINI

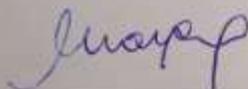


Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Boquã, 03 de Novembro de 2021



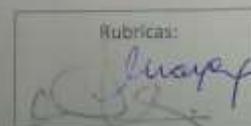
Assinatura do(a) pesquisador

Seja consultado ao imprimir este documento, as orientações, em a flutua e o erro de papel.

Página 4

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Boquã
(71) 3528-9727 | cep@uesb.edu.br

Rubricas:



APÊNDICE B - PERGUNTAS NORTEADORAS

- 1- Nome e idade
- 2- Formação e quantos anos de atuação?
- 3- Qual disciplina você ministra?
- 4- Já teve alguma participação em movimentos/militância?
- 5- Ainda participa? Se parou, por quê?
- 6- Teve que falar de maneira aberta sobre sua sexualidade no espaço universitário?
Em qual tipo de situação?
- 7- Acredita que a Universidade favorece uma educação dissidente?
- 8- Sua atuação em sala de aula aborda alguma situação de subversão epistêmica?
Se sim, pode explicar um pouco?
- 9- Você utiliza algum conceito do feminismo em sala de aula?
- 10- E do feminismo lésbico?
- 11- Como você problematiza sobre as questões tidas como absolutas e universalistas?
- 12- Você vê o feminismo como um Movimento ou teoria epistêmica?
- 13- Tem realizado produções científicas que apontam para a abertura, a transgressão, a subversão, a multiplicação de sentidos e para a diferença?
- 14- Quando começou a compreender a utilização de epistemologias feministas?